

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia

ANO LXIX

FLORIANÓPOLIS, 6 DE AGOSTO DE 2020

NÚMERO 7.677

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Mauro de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE

Rodrigo Minotto
2º VICE-PRESIDENTE

Laércio Schuster
1º SECRETÁRIO

Pe. Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO

Altair Silva
3º SECRETÁRIO

Nilso Berlanda
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Paulinha

Vice-Líder: Coronel Mocellin

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
Líder: Luiz Fernando Vampiro

PARTIDO SOCIAL LIBERAL

Líder: Sargento Lima

PARTIDO LIBERAL

Líder: Ivan Naatz

BLOCO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Milton Hobus

Vice-Líder: Marcos Vieira

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PSD **PDT**

Kennedy Nunes Paulinha

PSDB **PSC**

Marcos Vieira Jair Miotto

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Fabiano da Luz

PARTIDO NOVO

Líder: Bruno Souza

BLOCO PARLAMENTAR

Líder: Nazareno Martins

Vice-Líder: José Milton Scheffer

Lideranças dos Partidos

que compõem o Bloco:

PP **PSB**

João Amin Nazareno Martins

REPUBLICANOS

Sergio Motta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Ivan Naatz - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Paulinha
Fabiano da Luz
Luiz Fernando Vampiro
João Amin
Ana Campagnolo
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Volnei Weber - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Ivan Naatz
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

João Amin - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Jerry Comper
Romildo Titon
Ricardo Alba

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Felipe Estevão - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Neodi Saretta
Volnei Weber
Luiz Fernando Vampiro
Nazareno Martins

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Paulinha - Presidente
Marcos Vieira - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Moacir Sopelsa
Volnei Weber
João Amin
Nazareno Martins
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Luciane Carminatti
Valdir Cobalchini
Fernando Krelling
Jessé Lopes

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Fernando Krelling - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jair Miotto
Ada De Luca
Ivan Naatz
Felipe Estevão

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fernando Krelling
Jerry Comper
Bruno Souza
José Milton Scheffer
Sargento Lima
Marcius Machado

COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLÍTICA RURAL

José Milton Scheffer - Presidente
Moacir Sopelsa - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Marcos Vieira
Neodi Saretta
Volnei Weber
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

Jair Miotto - Presidente
Luiz Fernando Vampiro - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Bruno Souza
Felipe Estevão

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Ivan Naatz - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Jair Miotto
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Marcius Machado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Ada De Luca - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Milton Hobus
Moacir Sopelsa
Bruno Souza
Jessé Lopes

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO IDOSO

Ricardo Alba - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Marlene Fengler
Dr. Vicente Caropreso
Luiz Fernando Vampiro
Romildo Titon
Sergio Motta

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Milton Hobus - Presidente
Coronel Mocellin - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Fabiano da Luz
Jerry Comper
Volnei Weber
Nazareno Martins

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Maurício Eskudlark - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Milton Hobus
Fabiano da Luz
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
Bruno Souza

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luciane Carminatti - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Paulinha
Fernando Krelling
Nazareno Martins
Ana Campagnolo

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Marcus Machado - Presidente
Kennedy Nunes - Vice-Presidente
Jair Miotto
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
Romildo Titon
Bruno Souza

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Ismael dos Santos
Valdir Cobalchini
Ada De Luca
José Milton Scheffer
Coronel Mocellin

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Sergio Motta - Presidente
Valdir Cobalchini - Vice-Presidente
Ismael dos Santos
Jair Miotto
Paulinha
Romildo Titon
Jessé Lopes

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Ismael dos Santos - Presidente
Fernando Krelling - Vice-Presidente
Jair Miotto
Luciane Carminatti
Ada De Luca
Sergio Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Jerry Comper - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Neodi Saretta
Moacir Sopelsa
João Amin
Ricardo Alba

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela editoração, diagramação e por tornar público os atos da Assembleia Legislativa.</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias.</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão.</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXIX NESTA EDIÇÃO: 64 PÁGINAS</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 043ª Sessão Ordinária realizada em 22/07/2020 2 Ata da 044ª Sessão Ordinária realizada em 28/07/2020 9</p> <p>Publicações Diversas CPI 12 Mensagens Governamentais.... 56 Portarias..... 61 Redações Finais 61</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 043ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2020 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal
DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

A Presidência solicita a atenção de todos para a comunicação que pretende fazer neste momento.

A Procuradoria Jurídica da Casa entregou, no final da tarde de ontem, os pareceres exarados sobre cinco pedidos de

impeachment. E a Presidência informa ao Plenário os detalhes de cada pedido desses na ordem cronológica.

(Passa a ler.)

"Ingressou na Casa, no dia 31/03/2020, representação e, também, pedido de sustação do Decreto n. 525/2020. O representante é o cidadão Jairo Vieira dos Santos; representado o Governador do Estado; a conduta é a adoção de medidas de enfrentamento à pandemia Covid-19 em desacordo com a Constituição e a lei. Ainda, adiciona o impedimento ao direito de ir e vir, e o livre trabalho. Parecer da Procuradoria é por não conhecer em função da ausência de documentação.

No dia 04 de maio de 2020, ingressou, na Casa, uma representação subscrita pelos cidadãos Alexandre Alves Pereira e Maycon Marcelino Silveira; representado o Governador do Estado; Conduta: adoção de medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em desacordo com a Constituição e a lei. Também, no sentido de impedir o direito de ir e vir, livre trabalho e a dispensa irregular de licitação. O parecer da Procuradoria da Casa é no sentido de não conhecer. Entende a Procuradoria que não foi demonstrada a prática de crime de responsabilidade pelo senhor Governador, eis que esse

adotou medidas de enfrentamento à Covid-19 dentro de sua competência constitucional.

No dia 6 de maio de 2020, ingressou nesta Assembleia a representação subscrita pelo cidadão Leonardo Gabriel da Silva Schultz; representado também o governador do Estado. Conduta: adoção de medidas de enfrentamento à pandemia Covid-19 em desacordo com a Constituição e a lei. Também, no sentido de impedir o direito de ir e vir, livre trabalho e a dispensa irregular de licitação. O parecer da Procuradoria é na mesma direção, pelo não conhecimento, também entendendo que não houve prática de crime de responsabilidade pelo senhor Governador, eis que esse adotou as medidas de enfrentamento à Covid-19 dentro de sua competência constitucional.

Dia 11 de maio de 2020, ingressou, nesta Casa, um recurso ao Plenário. O cidadão Ralf Zimmer subscreveu o recurso. Representados o Governador e a Vice-Governadora. Conduta: pagamento irregular decorrente da isonomia remuneratória entre Procuradores do Estado e Procuradores da Alesc. Parecer da Procuradoria: não conhecendo o recurso ao Plenário por ausência de legitimidade do autor. Conhecer o pedido sucessivo de *impeachment*, pois entendeu a Procuradoria que a nova narrativa e os novos documentos juntados demonstram, em

tese, a justa causa, materialidade e indícios da autoria dos crimes de responsabilidade apontados a todos os representados.

No dia 12/05/2020, adentrou na Casa a denúncia subscrita pela eminente Deputada Ana Campagnolo e o eminente Deputado Maurício Eskudlark. Representado, o Governador do Estado. Conduta: adoção de medidas de enfrentamento à pandemia da Covid-19 em desacordo com a Constituição e a lei. Exemplo: impedir o direito de ir e vir, o livre trabalho e a dispensa irregular de licitação. Parecer da Procuradoria: não conhecer, pois entendeu a douta Procuradoria que não foi demonstrada a prática de crime de responsabilidade pelo Governador, eis que este adotou as medidas de enfrentamento à Covid-19 dentro de sua competência constitucional.

E, por último, no dia 13/05/2020, representação do Deputado Ivan Naatz. Representados, o Governador e a vice-Governadora. Conduta: pagamento irregular decorrente da isonomia remuneratória entre os Procuradores do Estado e Procuradores da Assembleia Legislativa. Este pedido está, ainda, sob a análise da Procuradoria, não tendo, portanto, até a presente data, parecer.”

“Isto posto, a única representação que encontra guarida, no parecer da douta Procuradoria, é o de autoria do cidadão Ralf Zimmer.

Recebido, ontem, pela Presidência, nos próximos dias darei seguimento e despacharei na forma do Regimento e da legislação vigente, portanto, só esse pedido. Nos demais, acato o parecer da Procuradoria, compromisso que já havia assumido anteriormente, posto que, no meu entendimento, o pedido de *impeachment* é um procedimento político, é bem verdade, mas ele precisa ter início com base jurídica.

Então, neste momento, não cabe à Presidência fazer julgamento que não seja apenas jurídico, e farei embasado no parecer da Procuradoria da Assembleia Legislativa. Procurarei manter informados todos os senhores Deputados de todos os passos que daremos neste processo, e pretendo conduzi-lo de forma isenta, respeitosa, responsável, honrando Santa Catarina, honrando a Assembleia Legislativa, de modo especial, na responsabilidade que tem de representar, enquanto Presidente, os 40 Deputados que compõem esta Casa, que nada mais são do que os representantes da sociedade que para cá nos trouxeram.

Feita essa comunicação, em função de que nos próximos dias, ainda sem data marcada, conversei hoje com o presidente da CPI dos Respiradores, Deputado Sargento Lima, e também com o relator, Deputado Ivan Naatz; a CPI deve encerrar os seus trabalhos nos próximos dias, ainda sem data estabelecida.

E combinamos, também, que a partir da próxima quinta-feira teremos sessões normais para que possamos cumprir adequadamente o nosso Regimento.

Submeto, ainda, aos Líderes, sugestão que recebi de diversos Deputados, no sentido de invertermos a ordem das sessões, como nós vínhamos procedendo. A sugestão é no sentido de que realizemos, na abertura, uma hora de Breves Comunicações e, posteriormente, horário dos Partidos Políticos, e depois a Ordem do Dia, e Explicação Pessoal, seria a volta do cumprimento, também, integral do Regimento, o que eu acho bastante razoável. Nós já estamos totalmente adaptados ao regime

misto, presencial e telepresencial, e acho que não há nenhuma dificuldade, muito embora, se houver manifestação dos Líderes, evidentemente que a Presidência está aberta a ouvi-los e, ao final, tomarmos uma decisão conjunta.

Enfim, eram essas as comunicações que desejava fazer no início desta sessão, agradecendo o comparecimento de todos, a presença dos Líderes, e agradeço, mais uma vez, a compreensão e o apoio que temos recebido em todos os momentos nessa dificuldade que vivemos, não só pela pandemia na área da saúde, mas também pela pandemia econômica que atravessamos e que, sem dúvida nenhuma, tem causado dificuldades imensas a toda população brasileira, e não é diferente no Estado de Santa Catarina.”

Muito obrigado a todos!

Neste momento, o sr. Presidente, Deputado Julio Garcia, concede a palavra aos seguintes srs. Deputados:

DEPUTADO KENNEDY NUNES - “Sr. Presidente, como Líder do PSD, quero dizer que a nossa Bancada é favorável ao retorno das sessões às quintas-feiras, no mesmo rito ao qual já estamos acostumados.

E quero lhe parabenizar, sr. Presidente, porque vossa excelência, como Presidente desta Casa, dá a tranquilidade que o Estado precisa e que, muitas vezes, outros líderes não têm. Quero lhe parabenizar porque a leitura que fez, agora, das análises feitas pelo Departamento Jurídico dos pedidos de *impeachment*, foi uma leitura jurídica. Ao mesmo tempo que mostra para Santa Catarina a seriedade que vossa excelência tem sobre o assunto, nos coloca também, Deputados, muito bem segurados com relação aos processos que nós vamos ter daqui para frente.

E quero dizer que fico contente porque a Casa, neste dia, dá uma manifestação, perante a sociedade, que nós não estamos apáticos e nem omissos. Nós estamos fazendo o processo dentro da ritualidade. Santa Catarina toda sabe qual é a minha posição em relação a este fato, mas eu, neste momento, também não posso prejudicar nada. Há uma vontade minha expressada pelas ruas e pelos fatos, mas eu preciso entender que não é assim que se funciona, é preciso ter as provas. E este parecer jurídico isento que vossa excelência traz para nós, aqui, me dá um certeza que aquilo que nós vamos proceder, daqui para frente, com esse processo, desta denúncia de *impeachment*, estaremos muito bem embasados juridicamente.

Por isso, não poderia, de forma nenhuma, deixar de parabenizar o seu papel como Presidente desta Casa. E, com certeza, todos nós, Deputados, queremos que Santa Catarina saia o mais rápido desse processo. E mais uma vez, muito obrigado, sr. Presidente.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “Quero aproveitar, ainda, e deixar bem claro que não conversei com a Procuradora que ficou encarregada dos pareceres durante todo esse período e, também, não estabeleci prazo, posto que, não havia imposição legal para isso. É preciso que isso fique bem claro, e considero importante.”

A Presidência, em continuidade, concede a palavra pela ordem aos seguintes srs. Deputados:

DEPUTADA PAULINHA - “Primeiramente, eu quero mais uma vez agradecer-lhe pessoalmente pelo carinho, pelo afeto genuíno que demonstrou no momento da minha convalescência, nesse período que

estava afastada em razão da doença. E quero, aqui, na presença dos demais Colegas, agradecer ao Deputado Julio Garcia pelas palavras de incentivo, de estímulo que fez chegar a mim.

Tenho duas perguntas. A primeira é, se eu bem entendi, as sessões continuam híbridas, apenas com seu rito regular em todos os seus horários, inclusive às quintas-feiras? É isso?”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “Perfeitamente.”

DEPUTADA PAULINHA - “A segunda pergunta que eu quero lhe fazer, mas antes de tudo quero destacar que conheço a sua hombridade, sua honradez e sei que vossa excelência não admitiria o prosseguimento de um pedido de *impeachment* que não estivesse absolutamente embasado na legalidade; conheço e vivo diariamente, aqui, a transparência que vossa excelência oferece, a sua justeza de causa e, mais, quero, aqui, também reiterar a confiança que eu tenho na assessoria desta Casa, que é excepcional, que nos atende indiscriminadamente de posições políticas ou ideológicas. Nesse sentido, quero apenas lhe fazer uma pergunta, que não sei se cabe resposta agora obviamente, mas hoje, pela manhã, me chegou uma notícia de que exatamente sobre este assunto haveria um arquivamento de denúncia pelo Ministério Público, da denúncia em relação à vice-Governadora, sra. Daniela, e do Secretário Tasca. Isso muda alguma coisa ou são assuntos diferentes? Ou a denúncia do sr. Ralf é diferente? Não tem nada a ver com isso? Só para me aclarar.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “A decisão do Ministério Público, ela não invalida o parecer da Procuradoria e também não muda o rumo das ações que devemos tomar. Não há nenhum impedimento para continuidade desse processo. É apenas o arquivamento de uma notícia que estava tramitando no Ministério Público.”

DEPUTADA PAULINHA - Obrigada, sr. Presidente.

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - “Sr. Presidente, apenas comunicar que, por parte do Partido dos Trabalhadores, nós somos de acordo com o retorno das atividades normais da Assembleia, inclusive nas quintas-feiras, e com o roteiro que já é praxe aqui da Casa. E também parabenizar o setor jurídico da Assembleia e vossa excelência pela postura e seriedade na análise dos pedidos dos processos.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Fabiano da Luz.

DEPUTADO IVAN NAATZ - “Sr. Presidente, nós do PL, também estamos de acordo com o retorno das sessões às quintas-feiras e estamos cientes que foi necessário um tempo para análise, para avaliação mais concreta, e parabenizamos a decisão que vossa excelência toma neste momento. Eu via ontem, pela TV e pela imprensa, alguns membros da sociedade falando que o momento é de combater a pandemia. Eu acho que o momento é de combater a pandemia, e combater as irregularidades, e combater os desvios, e combater a corrupção. É o momento de tudo. Não é o momento de passar por cima de nenhuma das responsabilidades, muito menos dessa responsabilidade de fazer essa investigação.

A CPI, sr. Presidente e srs. Deputados, deve encerrar seus trabalhos, de acordo com o que combinamos na última sessão, na próxima semana. Se não surgir nenhum fato novo até lá, nós devemos encerrar as sessões

presenciais na terça-feira, e aí abrir um prazo para a resposta do ofício que foi encaminhado, hoje, ao Ministério Público e também ao STJ, cerca de dez dias, mais ou menos, úteis, há um compromisso do relator de entregar o relatório da CPI.

Muito obrigado, sr. Presidente, parabéns pelo seu trabalho e vossa excelência é um líder nato em Santa Catarina.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - “Pela Liderança da Bancada do MDB e, em nome do Deputado Luiz Fernando Vampiro, eu quero também manifestar total concordância com o retorno das sessões às quintas-feiras, muito embora devo reconhecer, e acredito que todos os srs. Deputados assim o reconhecem, a produção Parlamentar, seja individual, seja no Plenário, seja nas comissões, embora vivendo um período excepcional, não tivemos nenhum prejuízo na nossa ação, e isso quero destacar aqui, cumprimentando cada Parlamentar, a Mesa Diretora, o nosso Presidente. Da forma como tem se havido, até parece que as limitações que nós estamos tendo não implicaram em nenhum prejuízo à ação desta Casa.

Então, eu quero, sr. Presidente, é claro que mais um dia, quinta-feira, é uma oportunidade ainda maior para que a produção seja ainda melhor. Mas, mesmo sem a quinta-feira, a Assembleia, claro que não temos acompanhado o que acontece fora de Santa Catarina, mas se pudéssemos acompanhar eu entendo que Santa Catarina serve de modelo, mais uma vez, para outros Estados em se tratando de produção legislativa de matérias extremamente importantes que foram aqui deliberadas e que impactam diretamente na vida dos catarinenses, principalmente num momento tão difícil que estamos vivendo.

Parabéns Presidente, parabéns a cada sra. Deputada e srs. Parlamentares.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

DEPUTADO SARGENTO LIMA - “Sr. Presidente, srs. Deputados, sras. Deputadas, encaminhando na Liderança da nossa Bancada, sim, retornaremos, com a proteção de Deus, as nossas atividades de forma normal, isso é importantíssimo. Como bem disse o Deputado Valdir Cobalchini, nada ficou em prejuízo, porém eu estou sentindo, aqui dentro, um sentimento de confiança. Estamos aprendendo a confiar mais no nosso trabalho, na nossa capacidade de saber controlar melhor a propagação desse vírus, confiança na nossa Presidência, confiança nas decisões que são tomadas aqui, confiança no voto dos nossos colegas Parlamentares aqui dentro, de todos os 40, e isso é muito importante. Então, essa confiança nós temos que retribuir àqueles que nos colocaram aqui.

Então, foi feito encaminhamento de forma positiva, parabênico o senhor pelos trabalhos executados.”

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - “Muito obrigado, Deputado Sargento Lima.

Então, havendo a manifestação dos Líderes e a concordância, que entendo seja de todos, as sessões passam a ser normais de acordo com o Regimento, tendo o ritmo da sua sequência o tradicional: Breves Comunicações, Partidos Políticos, Ordem do Dia e Explicação Pessoal. E as sessões passam a acontecer às terças-feiras, às 14h; quarta-feira às 14h, e quintas-feiras a partir das 9h. E conforme pergunta do Deputado Mauro de Nadal, a quem

agradeço, o retorno das sessões às quintas-feiras será na próxima semana, uma vez que a CPI amanhã funciona em horário normal. Muito obrigado a todos.”

Passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partidos Políticos

Partido: PT

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (Oradora) - Relata que ontem acompanhou a votação do FUNDEB e que felizmente o Congresso Nacional teve a sabedoria de entender e votar favorável ao fundo.

Afirma que esta vitória se deve a várias pessoas, e inicia agradecendo ao Presidente Julio Garcia pelo apoio, bem como aos demais Deputados, e registra que Santa Catarina vai receber por ano, a mais, R\$ 220 milhões para a educação básica.

Comenta que isso é motivo de comemoração pelos educadores, e acrescenta que se emocionou muito ao receber um vídeo da leitura do relatório, feita pela Deputada Dorinha, mencionando as contribuições do Fórum das Assembleias Legislativas, uma iniciativa nossa.

Fala que podem acontecer divergências, mas todos podem ter certeza de que ela é uma Parlamentar que briga muito pela educação e a valorização dos profissionais desta área. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradece a Deputada Luciane, afirmando que não existe país que prospere, e se desenvolva com justiça, se não tiver uma boa educação, e o Parlamento brasileiro, ontem, deu uma demonstração de civilidade, colocando acima de tudo aquilo que é fundamental nas nossas vidas, na vida de um país, que é a educação. Parabeniza a Deputada porque se não fosse pela iniciativa da mesma, e à Presidência coube apenas apoiar, não haveria esta participação tão efetiva que honrou o Parlamento catarinense e o Estado de Santa Catarina. Mais uma vez parabeniza a Deputada, reafirmando que todos estão muito felizes com a felicidade da Deputada e comemorando essa vitória da sociedade brasileira.

A Presidência concede a palavra, pela ordem, aos senhores Deputados:

DEPUTADO IVAN NAATZ - Parabeniza a Deputada Luciane Carminatti, compartilhando da sua felicidade, e afirmando que é uma grande Líder, sempre na luta pela educação. Registra que é um privilégio para a Assembleia Legislativa e para o Estado poder contar com o trabalho da mesma.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Afirma que conhece a luta da Deputada, que é de muitos anos, desde quando era professora e uma guerreira nos direitos dos professores e alunos. Parabeniza-a, dizendo que tem muito orgulho de tê-la ao seu lado. Igualmente, parabeniza, deixando um forte abraço ao nosso comandante, Deputado Julio Garcia. *[Taquiografia: Sara]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá continuidade ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partido: PDT

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Discorre sobre o pagamento das emendas Parlamentares que, conforme anunciou o Governo do Estado, serão pagas em sua totalidade até o mês de dezembro. Enaltece o trabalho do Parlamento e agradece ao Gover-

nador Carlos Moisés, bem como ao secretário da Fazenda, Paulo Eli, pelo esforço e contribuição durante momento de crise.

Conta que as emendas, no geral, contemplam municípios e demandas que muitas vezes são esquecidas pelo Governo. Comemora a construção coletiva entre poderes Executivo e Legislativo e destaca a priorização que será dada para a área da saúde.

Cita o andamento, na Casa, dos procedimentos relativos aos pedidos de *impeachment* do Governador, e fala da importância dos Parlamentares analisarem requisitos técnicos para embasar suas decisões. Comemora com alegria a importante vitória do Fundeb e destaca empenho da deputada Luciane Carminatti.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Diz que embora as emendas impositivas sejam uma obrigatoriedade, o Governo anterior não cumpriu com o pagamento. Afirma que boas ações devem ser valorizadas e agradece a todos os envolvidos, destacando a importância desta notícia.

Deputado Vicente Caropreso (Aparteante) - Enaltece o trabalho da equipe de Governo em pagar as emendas. Diz que a gestão anterior não cumpriu com a obrigatoriedade e frustrou todo o Parlamento. Parabeniza a Deputada pelo seu espírito de liderança. Também cumprimenta a Deputada Luciane Carminatti pela vitória, e ao Presidente Julio Garcia pela condução de todo o processo.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Cumprimenta a Deputada pela sua volta e restabelecimento pleno do seu estado de saúde. Destaca a luta do Deputado Marcos Vieira para alcançar essa conquista quanto às emendas parlamentares.

Deputado Ivan Naatz (Aparteante) - Diz que foi uma construção muito eficiente da Assembleia Legislativa e a consequência foi uma vitória coletiva. Parabeniza a Parlamentar pelo seu empenho e liderança.

Deputada Marlene Fengler (Aparteante) - Primeiramente, dá as boas-vindas à Deputada Paulinha, alegrando-se com a sua recuperação; também parabeniza a Deputada Luciane Carminatti pela conquista da Educação; igualmente cumprimenta a Líder do Governo e o Deputado Marcos Vieira quanto à atuação na questão das emendas parlamentares. *[Taquiografia: Roberto]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Informa que, a partir da próxima semana, será iniciado o horário reservado à Explicação Pessoal no seu fluxo de horário normal, e também as Breves Comunicações, e solicita aos Parlamentares que se atenham a esses horários para as questões de pela ordem, exceto as questões de ordem, para que se consiga restabelecer os horários destinados aos Partidos Políticos.

Dá continuidade ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partido: PSD

DEPUTADO MILTON HOBUS (Orador) - Informa que na manhã da presente data, aconteceu uma reunião da Comissão de Finanças, conduzida pelo Deputado Marcos Vieira, para tratar do orçamento impositivo.

Relembra que em dezembro de 2019, o ex-Secretário da Casa Civil, Paulo Eli, comentava a dificuldade de efetuar convênios, complicando os pagamentos das emendas dos Deputados, e assim foi sugerido que fosse feito

o repasse fundo a fundo, como é no Governo Federal. Acrescenta que essa definição, transformada em lei, foi importante para os municípios e instituições, e parabeniza a todos os envolvidos, em especial a Deputada Luciane Carminatti e o Deputado Marcos Vieira.

Demonstra preocupação com a falta de coordenação entre municípios e o Estado de Santa Catarina, na responsabilidade de investir no combate à COVID-19, e pede para que esta definição de responsabilidades seja resolvida rapidamente. Espera que na próxima audiência pública, agendada para início de agosto, o Secretário André Motta defina um plano de aplicação dos recursos. [Taquiografia: Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, à Deputada Ada De Luca e ao Deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Faz referência à fala do Deputado Milton Hobus, e acrescenta que o próprio Procurador Fernando Comin falou que precisa de urgente gestão, o que implica em planejamento, senão teremos problemas futuros.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Afirma que é preciso saber quanto foi passado para os municípios, de quem eram os recursos, quanto veio do Governo Federal para o Fundo de Saúde, em Santa Catarina, e desses recursos, quanto foi passado para o Fundo de Saúde dos Municípios. Diz que o governo afirma que está passando recursos para todos os municípios, para todos os hospitais, que têm reclamado que não receberam. [Taquiografia: Sara]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá continuidade ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partido: MDB

DEPUTADO JERRY COMPER (Orador) - Inicia dando boas-vindas à Deputada Paulinha e Deputados Nazareno Martins e Volnei Weber, que estão recuperados, bem como deseja ao Deputado Ismael dos Santos pronto restabelecimento.

Fala do município de Taió, e presta uma homenagem aos profissionais da Saúde, apresentando um vídeo no telão do Plenário com o Grupo Vocal Fridas de Taió. Agradece à Prefeitura do município pela oportunidade de trazer um pouco de alegria, bem como ao Coral, pela mensagem positiva de que a cura logo vem.

Deputada Paulinha (Aparteante) - Diz que é uma bela homenagem, e parabeniza o Deputado Jerry e os profissionais da saúde.

Deputado Valdir Cobalchini (Aparteante) - Fala que a apresentação é muito linda, e que a música une as culturas, homenageando os heróis da saúde.

Deputado Fabiano da Luz (Aparteante) - Parabeniza o reconhecimento do trabalho das mulheres, dizendo que são um grande exemplo.

Deputada Ada De Luca (Aparteante) - Afirma que foi maravilhosa a mensagem do Coral Fridas de Taió.

Deputado Luis Fernando Vampiro (Aparteante) - Comenta sobre a dificuldade de se adaptar ao momento de pandemia, afirmando que a atividade cultural foi muito afetada, mas mesmo assim estão superando e fazendo esta homenagem aos trabalhadores da Saúde. [Taquiografia: Guilherme]

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Diz que Santa Catarina, na presente data, deu um importante passo para corrigir o equívoco das eleições de 2018, quando elegeu um Governo totalmente despreparado para gerir o estado.

Exibe reportagem do *ND Notícias*, contendo o ponto de vista do jornalista Paulo Alceu sobre possível *impeachment* no Estado de Santa Catarina. O formador de opinião é favorável ao processo, pois segundo ele o período de pandemia não é justificativa para relevar roubos e desvio de verba pública.

Conclui, dizendo que Paulo Alceu retratou muito bem o seu pensamento. Afirma que o argumento de que não se deve levar o processo de *impeachment* adiante por conta da pandemia é incoerente. [Taquiografia: Roberto]

Ordem do Dia

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0210/2020, de autoria dos Deputados Ada De Luca e Julio Garcia, que altera a Lei nº 17.842, de 2019, que "Autoriza a doação de imóvel no Município de Içara", para modificar a sua finalidade.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Finanças e Tributação; e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Neste momento, o sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, solicita a abertura do painel de votação para que os srs. Deputados possam exercer o seu direito de voto.

Encaminharam voto favorável os srs. Deputados: Ada De Luca e Luiz Fernando Vampiro favorável.

Os srs. Deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA - sim

DEPUTADO ALTAIR SILVA - sim

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - sim

DEPUTADO BRUNO SOUZA - sim

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - sim

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ - sim

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - sim

DEPUTADO FERNANDO KRELLING - sim

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - sim

DEPUTADO IVAN NAATZ - sim

DEPUTADO JAIR MIOTTO - sim

DEPUTADO JERRY COMPER - sim

DEPUTADO JESSÉ LOPES - sim

DEPUTADO JOÃO AMIN - sim

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - sim

DEPUTADO JULIO GARCIA - sim

DEPUTADO KENNEDY NUNES - sim

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - sim

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - sim

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - sim

DEPUTADO MARCIUS MACHADO - sim

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - sim

DEPUTADA MARLENE FENGLER - sim

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - sim

DEPUTADO MAURO DE NADAL - sim

DEPUTADO MILTON HOBUS - sim

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - sim

DEPUTADO NAZARENO MARTINS - sim

DEPUTADO NEODI SARETTA - sim

DEPUTADO NILSO BERLANDA - sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - sim

DEPUTADA PAULINHA - sim

DEPUTADO RICARDO ALBA - sim

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO - sim

DEPUTADO ROMILDO TITON - sim

DEPUTADO SARGENTO LIMA - sim

DEPUTADO SERGIO MOTTA - sim

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - sim

DEPUTADO VOLNEI WEBER - sim

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as): Dr. Vicente Caropreso, José Milton Scheffer, Luciane Carminatti, Luiz Fernando Vampiro, Moacir Sopelsa, Paulinha, Sergio Motta e Valdir Cobalchini favoráveis ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação, totalizando assim 32 votos, sendo 32 "sim", zero "não" e zero abstenção.)

Está encerrada a votação.

Informa que votaram 31 srs. Deputados, sendo 31 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção. Porém, acatou-se o resultado com os registros efetuados fora do sistema eletrônico de votação e pela assessoria, que confirmaram 32 votos "sim", nenhum voto "não" e nenhuma abstenção.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0448/2020, que dispõe sobre o veto total ao PL n. 0132/20, de autoria do Deputado Milton Hobus, que estabelece prazo mínimo para entrega de propostas referentes aos editais de licitação de contratação da Administração Pública Estadual.

Conta com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela rejeição do veto em Plenário.

Em discussão.

Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. Presidente, eu gostaria de propor para que os vetos fossem deixados para terça-feira que vem, já que nós estamos com quórum reduzido e com dificuldade, por exemplo, o Deputado Milton Hobus está com dificuldade lá, da internet, então se houvesse condições de mantermos os vetos, que são quóruns qualificados, para a próxima terça-feira, como Líder do PSD estou fazendo esse pedido.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Nós estamos somente com esse veto, sr. Deputado Kennedy Nunes, e estamos com 31 Deputados. Consulte o sr. Deputado Milton Hobus.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Sr. Presidente, eu concordo que seja votado hoje mesmo, não tem problema nenhum.

Esse projeto de lei foi feito e aprovado por nós, Deputados, e o parecer na CCJ também foi pela derrubada do veto, porque o que nós queremos com esse projeto de lei, sr. Presidente, nada mais é do que melhorar a transparência necessária nas compras governamentais, especificamente no episódio que nós estamos passando hoje, onde vimos problemas críticos que aconteceram. Sabemos que o Estado já tomou providências, que já melhorou os procedimentos de compras, mas esta lei só vem a dar mais segurança para o próprio Governo, que diz que quer transparência nos seus processos formais dentro das suas estruturas, uma vez que o Governo não tem capacidade de ver tudo.

Então, leis, e boas leis normatizam isso, por isso, nós propusemos esse projeto de lei, que foi aprovado nesta Casa, e eu não entendi porque o veto do Governador. Portanto, eu voto pela derrubada do veto. E, por favor, o sr. Presidente poderia dizer se “um” ou “dois”.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Quem votar “um” mantém o veto e quem votar “dois” derruba o veto.

DEPUTADO MILTON HOBUS - Peço voto “dois” para os nobres colegas, até respeitando a matéria legislativa constitucional que nós fizemos nesta Casa, e que só vem dar mais transparência às compras públicas de Santa Catarina nessa pandemia.

Obrigado, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Continua em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Paulinha, Moacir Sopelsa, Milton Hobus, Kennedy Nunes e Valdir Cobalchini.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Senhoras e senhores Deputados, destaque que regimentalmente a discussão é uma vez por Deputado. Está encerrada a discussão.

Em votação.

Encaminharam voto os srs. Deputados: Paulinha, Kennedy Nunes e Sargento Lima.

Os srs. Deputados que votarem “sim” mantêm o veto e os que votarem “não” derrubam-no.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO -

DEPUTADO BRUNO SOUZA -

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN -

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO -

DEPUTADO FABIANO DA LUZ -

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO -

DEPUTADO FERNANDO KRELLING -

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS -

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO

DEPUTADO JERRY COMPER -

DEPUTADO JESSÉ LOPES -

DEPUTADO JOÃO AMIN

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES -

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO -

DEPUTADO MARCIUS MACHADO -

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER -

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS -

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS -

DEPUTADO NEODI SARETTA -

DEPUTADO NILSO BERLANDA

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA -

DEPUTADA PAULINHA -

DEPUTADO RICARDO ALBA -

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO -

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA -

DEPUTADO SERGIO MOTTA -

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI -

DEPUTADO VOLNEI WEBER

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as

manifestações dos(as) Deputados(as): Ada Faraco de Luca, João Amin, Laércio Schuster, Luciane Carminatti, Maurício Eskudlark, Moacir Sopelsa, Nilso Berlanda, Romildo Titon e Volnei Weber contrários à manutenção do veto, fora do sistema eletrônico de votação, totalizando assim 33 votos, sendo seis “sim”, 27 “não” e zero abstenção.

Está encerrada a votação.

Informa que votaram 33 srs. Deputados.

Temos 27 votos “não”, seis votos “sim” e nenhuma abstenção.

Está rejeitado o veto.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0087/2020, de autoria da Deputada Ada De Luca, que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, e adota outras providências. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0092.0/2020. Dentro deste projeto foi apensado o PL./0101.5/2020.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Neste momento, o sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, solicita a abertura do painel eletrônico para que os srs. Deputados possam exercer o seu direito de votar.

Os srs. Deputado que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA -

DEPUTADO ALTAIR SILVA

DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO -

DEPUTADO BRUNO SOUZA -

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN -

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO -

DEPUTADO FABIANO DA LUZ -

DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO -

DEPUTADO FERNANDO KRELLING -

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS -

DEPUTADO IVAN NAATZ

DEPUTADO JAIR MIOTTO -

DEPUTADO JERRY COMPER -

DEPUTADO JESSÉ LOPES -

DEPUTADO JOÃO AMIN -

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER

DEPUTADO JULIO GARCIA

DEPUTADO KENNEDY NUNES -

DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER -

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI -

DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO

DEPUTADO MARCIUS MACHADO -

DEPUTADO MARCOS VIEIRA

DEPUTADA MARLENE FENGLER

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK -

DEPUTADO MAURO DE NADAL

DEPUTADO MILTON HOBUS -

DEPUTADO MOACIR SOPELSA

DEPUTADO NAZARENO MARTINS

DEPUTADO NEODI SARETTA -

DEPUTADO NILSO BERLANDA -

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA -

DEPUTADA PAULINHA

DEPUTADO RICARDO ALBA

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO

DEPUTADO ROMILDO TITON

DEPUTADO SARGENTO LIMA -

DEPUTADO SERGIO MOTTA -

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI -

DEPUTADO VOLNEI WEBER

(Votação nominal realizada de forma híbrida digital e manual. O sr. Presidente da sessão, Deputado Mauro de Nadal, acolheu as manifestações dos(as) Deputados(as): José Milton Scheffer, Luiz Fernando Vampero, Marlene Fengler, Moacir Sopelsa, Nazareno Martins, Paulinha, Ricardo Alba, Rodrigo Minotto, Romildo Titon e Volnei Weber favoráveis ao projeto, fora do sistema eletrônico de votação, totalizando assim 35 votos, sendo 34 “sim”, zero “não” e uma abstenção.)

Está encerrada a votação.

Informa que votaram 35 srs. Deputados.

Temos 34 votos “sim”, nenhum voto “não” e uma abstenção.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0090/2019, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, que dispõe sobre obrigatoriedade de a empresa contratada pela Administração Pública Estadual apresentar relação contendo o nome de todos os sócios.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Ismael dos Santos.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2019, de autoria do Deputado Luiz Fernando Vampero, que institui a Semana Cultural Interescolar nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0242/2019, de autoria do Deputado Volnei Weber, que acrescenta o art. 19-A à Lei nº 17.492, de 2018, que “Dispõe sobre a responsabilidade territorial urbana, o parcelamento do solo, e as novas modalidades urbanísticas, para fins urbanos e rurais, no Estado de Santa Catarina e adota outras providências”.

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça; de Trabalho, Administração e Serviço Público; e de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Rodrigo Minotto.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0496/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando

ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca dos estudos e periodicidade de avaliação dos índices de evasão do jovem do campo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0499/2020, de autoria da Deputada Marlene Fengler, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca das solicitações feitas pelo SindSaúde/SC de ajustes na MP n. 228/2020 para que as medidas da referida norma alcancem toda a categoria.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0500/2020, de autoria do Deputado Altair Silva, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca dos estudos e periodicidade de avaliação dos índices de evasão do jovem do campo no ensino escolar.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0501/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Educação, informações acerca da distribuição de kits de alimentação escolar para os alunos da rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0502/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca da reforma da sede do Instituto Médico Legal, de Concórdia.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs.

Deputados: Moacir Sopelsa, que solicitou ao autor para assinar a referida matéria; e Neodi Saretta.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0503/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando à Secretaria de Estado da Saúde, informações acerca das atas das reuniões do COES realizadas antes de adotarem a metodologia de matriz compartilhada de responsabilidade, em junho, bem como das atas das reuniões realizadas entre o COES e órgãos ou entidades externas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0504/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade, informações acerca do plano anual de aquisição de carros oficiais contendo as informações exigidas pelo art. 8º do Decreto n. 660/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0505/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca de quais categorias do funcionalismo público seriam contempladas com reajustes.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0506/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca dos motivos que levaram ao cancelamento da ordem de serviço para a revitalização da Rodovia Jorge Lacerda.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0507/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Administração, informações acerca do auxílio alimentação recebido pelos servidores civis do Poder Executivo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0508/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário do Estado da Saúde, informações acerca da instalação de tomógrafo no Hospital Governador Celso Ramos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0509/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da utilização de leitos de UTIs e enfermarias.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0510/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca das providências que estão sendo adotadas, face à iminência de possíveis consequências remuneratórias indesejadas para os servidores da Segurança

Pública do Estado, visto a proximidade do Julgamento da ADI 5114 no STF.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados: Jessé Lopes e Sargento Lima.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0511/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da fundamentação legal que justificou o ato administrativo que determinou o não pagamento dos valores referentes à remuneração de produtividade de serviços médicos estabelecidos pela Lei nº 16.160/2013, para os médicos lotados no Hospital Regional Hans Dieter Schmidt.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0512/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, informações acerca da licitação de serviços terceirizados prestados à Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0335/2020, de autoria do Deputado Ricardo Alba, manifestando à tripulação da aeronave Arcaño 01 do Batalhão de Operações Aéreas do Corpo de Bombeiro Militar do Estado, aplauso pelo apoio no resgate ao motociclista acidentado em trilha de difícil acesso na cidade de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0336/2020, de autoria do Deputado Ricardo Alba, manifestando à Guarnição ASU-282 do Corpo de Bombeiro Militar de Imbituba, aplauso pelo resgate ao motociclista acidentado em trilha de difícil acesso na cidade de Imaruí.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0337/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini, manifestando aos familiares do servidor Cleder Johann, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0338/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, manifestando à Federação das Cooperativas Agropecuárias do Estado de Santa Catarina, aplauso pela passagem dos seus 45 anos de fundação.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Moacir Sopelsa.

Em votação.

Os srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0932/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Departamento Estadual de Trânsito e ao Comando de Policiamento Rodoviário, informações acerca de multas aplicadas aos motoristas de aplicativos nas redondezas do Flóripa Airport.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado Sargento Lima.

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0949/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando ao Departamento Estadual de Trânsito, informações acerca da acessibilidade das pessoas com Deficiência Física.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s.: 0931/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes; 0933/2020, 0934/2020 e 0935/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0936/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 0937/2020, 0938/2020, 0939/2020, 0940/2020, 0941/2020, 0942/2020, 0950/2020, 0951/2020 e 0952/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0943/2020, 0944/2020, 0945/2020, 0946/2020 e 0947/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; e 0948/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 1367/2020, 1368/2020, 1381/2020, 1382/2020, 1393/2020 e 1394/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1369/2020, 1370/2020, 1372/2020, 1373/2020 e 1374/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 1371/2020, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência; 1375/2020, 1376/2020, 1377/2020, 1378/2020, 1379/2020 e 1380/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1383/2020, de autoria do Deputado Nilso Berlanda; 1384/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão; 1385/2020 e 1386/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 1387/2020, 1388/2020 e 1389/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1390/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti; 1391/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima; 1392/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes; e 1395/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz.

Finda a pauta da Ordem do Dia.

Deputado Jessé Lopes - Pela ordem, sr. Presidente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Com a palavra, pela ordem, o sr. Deputado Jessé Lopes.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Eu quero falar sobre a Indicação n. 1392/2020, que trata de um pedido para a Secretaria de Estado da Saúde, para o Governador, resolver o problema dos hospitais. Algumas semanas atrás eu fiz, aqui, uma denúncia de que o Governo do Estado estava retendo dinheiro federal de auxílio emergencial para os hospitais, porque estavam utilizando por meio de contratos e não por meio de convênios, burocratizando e enchendo de condições, inclusive a cláusula de mediante a produção, dificultando o repasse.

Fiz, aqui, a denúncia e o que é que aconteceu? Uma semana depois eles pagaram todas essas portarias, e eu achei que tinha sido resolvido. Mas, não. Aí, agora, ele mesmo ferrou de vez, porque ele fez aqui uma normativa regularizando que todos os recursos para o enfrentamento emergencial vão ser feitos dessa forma como eles decidiram fazer, mediante a produção aprovada e posterior ajustes, se necessário, para os pagamentos.

Todas as dificuldades para pagar os hospitais. É dinheiro de fluxo de caixa. Está aqui, dificultando os repasses de um auxílio emergencial. Não é o dinheiro que vem normalmente para os hospitais. É um auxílio emergencial. Tem que passar na sua integralidade e facilidade, porque a UTI está lá, funcionando à disposição do cidadão, independentemente de qualquer coisa, porque é um auxílio emergencial. É diferente. E ele está restringindo. Mas, o que chama atenção, e a nossa assessoria trabalhou muito rápido, é que existe uma sanção do Governador no dia 4 de maio de 2020, com autoria do Deputado José Milton Scheffer, que fica suspensa, está aqui.

(Passa a ler.)

“Fica suspensa até 31 de dezembro de 2020 a obrigatoriedade de manutenção das metas quantitativas e qualificativas contratualizadas pelos prestadores de serviços da saúde de média e alta complexidade das UTIs, no âmbito da gestão estadual e municipais, bem como da política hospitalar catarinense, garantindo-se aos hospitais os repasses dos valores financeiros na sua integralidade”.

Deputado José Milton Scheffer, “larga a perna do Governador um pouquinho e cobra dele o projeto que é da sua autoria, e resolva o problema dos hospitais de Santa Catarina”. Obrigado, sr. Presidente. [Taquiografia: *Silvia*]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Passa ao horário reservado à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Exibe no telão dados de custo por aluno na educação pública e privada. Comenta que, de acordo com o dado apresentado, um aluno no ensino público custa R\$ 14.079,00 por ano, pago pelo Estado usando dinheiro arrecadado de impostos, enquanto um aluno do ensino particular custa R\$ 6.000,00, pago pelos pais.

Comenta que o decreto de situação de emergência paralisou as instituições de ensino, mas os pais que têm filhos matriculados em escolas particulares precisam continuar pagando as mensalidades, resultando no cancelamento de quase 45% das matrículas, e quase 95% destas escolas precisarão recorrer a créditos bancários para bancar seus custos fixos. Acrescenta que dados mostram que uma instituição de ensino infantil particular fecha a cada dia.

Exibe no telão imagens de profissionais de educação tanto público, quanto privado, publicando nas redes sociais que atendem em domicílio para educar e cuidar de crianças. O Deputado demonstra preocupação com a falta de fiscalização da Secretaria da Educação nessas ações clandestinas.

Relembra que o Deputado João Amim elaborou um projeto para discutir um possível retorno às aulas, e foi duramente criticado pelos professores. O Deputado argumenta que os educadores estão sendo beneficiados ao receber salário integral e fazer trabalhos particulares, obviamente não desejando que as aulas retornem. Também exibe a imagem de um hotel que está anunciando que cuida dos filhos com uma programação de lazer e ensino escolar.

Solicita à Secretaria da Saúde que estude os protocolos de outros países que possibilitaram o retorno às aulas de forma segura e ordenada. Pede para que o Governo do Estado tome uma atitude e organize o setor educacional privado de Santa Catarina.

Deixa claro que não há problema em profissionais da educação receberem para tomar conta de crianças, mas afirma que o Governo, ao decretar o fechamento das escolas, precisa fiscalizar esse tipo de atividade clandestina. Avaliando tais fatos, pede para que a Secretaria da Educação resolva este caso e abra os CIs.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo tema abordado e comenta que esse tipo de atividade clandestina está acontecendo em diversos setores nesta pandemia. [Taquiografia: *Northon*]

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Comenta sobre a aprovação do FUNDEB, considerando uma vitória do povo brasileiro, pois é a garantia do futuro das crianças e adolescentes.

Registra que o próximo dia 25 de julho marca a comemoração do Dia dos Agricultores, bem como dos Motoristas, ressaltando que sempre devem ser lembrados, pois juntos são responsáveis pela vida de milhões de pessoas.

Fala das dificuldades e doenças enfrentadas por estes profissionais, reafirmando que é preciso valorizar estes trabalhadores, pois enquanto sociedade dependemos destes dois setores.

Discorre sobre a atividade dos motoristas e suas dificuldades, principalmente agora, neste momento de pandemia. Apresenta dados sobre a agricultura e lembra que mais de 70% da produção agrícola passa por estes profissionais.

Finalmente, ressalta que, além de parabéns, é preciso ações concretas para efetivamente contribuir para que tenham mais dignidade no seu trabalho, na sua vida, e ao mesmo tempo, continuar com esse processo de desenvolvimento, de inclusão, de geração de renda, de empregos e de qualidade de vida. [Taquiografia: *Guilherme*]

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Conta que conheceu há poucos dias o Instituto Paulo Escobar, o qual tem a missão de incluir socialmente pessoas com deficiência através de atividades esportivas e de lazer, a fim de promover maior qualidade de vida.

Convida a todos para conhecer melhor o belo trabalho realizado pelo instituto, que conta com um grupo que trabalha voluntariamente com intuito de fazer o bem. Exibe vídeo apresentando a instituição, que

iniciou com apenas quatro atletas e hoje atende mais de 50 pessoas na região de Florianópolis.

Diz que o grupo clama por ajuda da sociedade e alguns patrocínios para que continuem desenvolvendo essa atividade e fazendo a felicidade de tantos participantes.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - parabeniza o Parlamentar pelo tema do seu pronunciamento e crítica falha na Constituição Federal, que cria dificuldades para ajudar instituições beneficentes. [Taquígrafia: Roberto]

DEPUTADO RODRIGO MINOTTO (Orador) - Relembra que o Governador do Estado Carlos Moisés foi eleito com 71,09% dos votos, dando a entender que o povo catarinense acreditou neste candidato.

Comenta que o histórico referente ao exercício de 2019 é positivo, e relata que Santa Catarina foi o terceiro estado com o maior índice de atividade econômica de acordo com o Bacen; gerou 71.400 empregos, teve o menor percentual de informalidade do país com 22,7%; conquistou o segundo lugar no ranking de competitividade, de acordo com o Sebrae; obteve o melhor desempenho da história de Santa Catarina nas exportações de carnes; conquistou, de 2018 para 2019, um salto de 740% no Prodec; economizou 29,5 milhões de reais em um ano com a reforma administrativa; obteve o menor número de cargos comissionados na história de Santa Catarina; economizou 61 milhões de reais com a modernização dos serviços através de tecnologia; diminuiu em 1,5 bilhão de reais o déficit do Tesouro Estadual; em 2019 arrecadou 29 bilhões de reais em arrecadação tributária própria, aumentando 11,2% em relação a 2018, e atribui essas conquistas ao povo catarinense que trabalha e produz para fortalecer o estado de Santa Catarina; reduziu a

folha de pagamento do estado de 49% para 45,75% em dezembro de 2019, e lembra que o limite prudencial é de 50%; em 2019 pagou a dívida pública em pouco mais de 2 bilhões de reais, 300 milhões de reais a mais que o ano anterior; reduziu de 17% para 12% o ICMS, e foi o primeiro estado brasileiro a regulamentar o ICMS para bens digitais, através da Lei 17.736/19, aprovada pela Assembleia Legislativa, tornando-se referência nacional; 100 milhões de reais em emendas serão pagas até julho, e deste total, 76 milhões foram priorizados para a área da saúde, e comenta que até o final de 2020, serão pagos 491 milhões de reais em emendas, de acordo com o programa apresentado pelo Governo do Estado que investirá em educação, saúde, infraestrutura e demais áreas.

Reitera que todos esses dados são importantes, pois mostram que há uma política de incentivo fiscal por parte do Governo, e demonstra unidade dos Deputados em querer fazer o bem para Santa Catarina.

Enaltece a conclusão da ponte Hercílio Luz, e comenta que houve mais de 1,1 milhão de visitantes, em 7 dias, durante o evento Viva Ponte.

Afirma que se tivesse mais tempo, poderia comentar mais ações positivas do Governo do Estado, e espera que os Deputados tenham sempre resiliência, sabedoria e responsabilidade, buscando o que é melhor para o povo catarinense.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Parabeniza o Deputado pelo discurso e discorre sobre a força do povo catarinense, afirmando que os números de Santa Catarina poderiam ser melhores se o Governo Estadual fosse mais preparado. [Taquígrafia: Northon]

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Fala sobre o pedido do vereador Jaime Lima, de São Bento do Sul, sobre o Núcleo de Funcionamento de Perícias, que se encontra em instalações inadequadas, culminando com o impedimento por parte da Vigilância Sanitária.

Elogia o trabalho do Delegado Fabiano Santos Silveira, merecedor de uma moção de apoio da Casa pela arrecadação de alimentos e outros para entidades filantrópicas da região.

Comenta sobre a visita do Ministro da Saúde ao Estado, neste momento, e chama de praga a doença coronavírus, que está ceifando muitas vidas. Reforça que algumas pessoas não estão dando a devida importância à mesma, e fala que a data é extremamente importante, pois foi dado o início, o teste de uma vacina em parceria com o Instituto Butantã e a China, e quase ao mesmo tempo a vacina da Oxford.

Lembra que o número de contaminados só cresceu por causa do descaso das pessoas, e pede à população que se cuide mais, dizendo que é do grupo de risco e está respeitando o decreto.

Solidariza-se com as famílias que perderam entes queridos, e diz que é necessário redobrar os esforços para atender a todos. [Taquígrafia: Guilherme]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para terça-feira, às 14h, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição: Taquígrafa Sílvia] [Revisão: Taquígrafa Sara].

ATA DA 044ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 28 DE JULHO DE 2020

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Rodrigo Minotto - Romildo Titon - Sargento Lima - Sérgio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura da ata da sessão anterior para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores deputados.

Passa ao horário reservado às Breves Comunicações.

Breves Comunicações

DEPUTADO KENNEDY NUNES (Orador) - Menciona reivindicação dos cidadãos de Criciúma, questionando a mudança do setor de CNH do Detran, que estava sendo deslocado para um shopping center do município. Diz que, logo após fazer essa denúncia, a diretora do Detran negou o fato, alegando que apenas estava sendo instalado um posto avançado com pista de teste no estacionamento do shopping.

Crítica o *modus operandi* do Governo, cita outras denúncias feitas por Parlamentares e condena a postura dos governantes, que no primeiro momento se defendem criando uma mentira e depois voltam atrás.

Questiona Posto Avançado do Detran, localizado no Shopping Iguatemi, expondo demora habitual no atendimento ao cidadão e necessidade de outro deslocamento para concluir o serviço.

Finalizando, diz que o atual Governo está proibindo o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, por incompetência, omissão e outras ações que estamos testemunhando. [Taquígrafia: Roberto]

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - Cita aprovação, na Comissão de Constituição e Justiça, do relatório da emenda substitutiva global ao projeto de reforma da Previdência e também da PEC.

Diz que tem muito orgulho da Segurança Pública de Santa Catarina e exibe vídeo destacando o trabalho da Polícia Civil no Estado e no País.

Menciona injustiça na nova reforma previdenciária, pois enquanto a Polícia Militar manteve a paridade e integralidade, os policiais civis não possuem a garantia do benefício.

Finaliza, pedindo igualdade entre as forças e desmentindo números fantasiosos que estão sendo expostos e prejudicam diretamente a Segurança Pública do Estado.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) - Menciona carência de efetivos da Polícia Civil em Santa Catarina. Reivindica remuneração e aposentadoria justa para a categoria. [Taquígrafia: Roberto]

DEPUTADA PAULINHA (Oradora) - Inicialmente, fala sobre a dor da mulher que apanha do seu companheiro, até mesmo diante de seus filhos. Diz que não consegue manter o

mínimo de respeito por um homem que agride fisicamente e moralmente uma mulher.

Refere-se ao autor do pedido de *impeachment* do Governador e da vice Daniela, no caso dos procuradores. Afirma que os fatos não têm relação, mas existe um conjunto de valores que não podem ser desprezados, como credibilidade, caráter e respeito. Diz que Ralf Zimmer Junior é um agressor de mulheres, condenado, que não tem o seu respeito e nem admiração.

Entra na questão de mérito do caso dos procuradores. Cita os dois órgãos de controle que se manifestaram sobre esse caso, o TCE e o Ministério Público catarinense.

Afirma que o presidente Julio Garcia agiu de acordo com suas prerrogativas, pois o pedido vem consubstanciado de todos os itens que o Regimento Interno da Casa requer. E, neste primeiro momento, de admissibilidade, não existia outra iniciativa que pudesse ser proclamada.

Entretanto, é importante que algumas questões sejam trazidas com clareza, pois está dito pelo MP que não há indícios de ação ou omissão ilegal derivada de má fé, desonestidade dos responsáveis, capaz de causar lesão ao erário ou mesmo desrespeito aos princípios que regem a administração pública.

Solicita aos Parlamentares que cobrem respostas do Governador, da vice e dos secretários para os problemas do Estado, mas que o façam sob a ótica da Justiça.

Agradece ao secretário Paulo Eli, que anunciou que 245 municípios receberam o valor de R\$ 70 milhões, fruto das emendas parlamentares, para atender várias áreas num momento de pandemia.

Menciona, também, um professor da Univali que usou o termo autismo político como adjetivo pejorativo, e se solidariza com os autistas e suas associações, que jogaram luz sobre a palavra autismo usada na entrevista. *[Taquígrafa Eliana]*

DEPUTADO JESSÉ LOPES (Orador) - Relata a questão do monopólio, no porto de São Francisco, pois estava na iminência de acontecer uma licitação fraudulenta disfarçada de credenciamento, porque a Antaq determinou que a SCPar não poderia fazer esse tipo de credenciamento, beneficiando a mesma empresa que está lá há 18 anos.

Recebeu a informação de que foi proferida uma liminar em desfavor da SCPar que suspende a tramitação do procedimento de credenciamento previsto, na ordem de serviço, pelo juiz Sérgio Eduardo Cardoso, da Vara Federal de Jaraguá do Sul.

Ressalta mais uma irregularidade da SCPar, e dessa gestão que, ao invés de tentar resolver o problema, dá sequência a algo que prejudica o próprio porto de São Francisco, que já deixou de arrecadar, nestes 18 anos, uma estimativa de R\$ 400 milhões, somente em taxas, e também prejudicando toda a cadeia produtiva.

Informa sobre sua decisão de oficializar uma CPI para investigar quem está se beneficiando disso, quem são os facilitadores para isso. A Antaq e a presidente da Cidasc, à época, disseram que era irregular. Fala deste Governo que insiste em fazer uma licitação fraudulenta disfarçada de credenciamento.

Solicita o apoio dos Colegas para fazer justiça aos agricultores de Santa Catarina que estão, há 18 anos, sendo prejudicados por conta do monopólio de um bem público. *[Taquígrafa Eliana]*

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Menciona a existência de diversos debates acerca da reforma previdenciária e diz que sente falta de números para embasar alguns argumentos. Cita frase do economista Thomas Sowell: "A primeira regra da economia é a

escassez, já a primeira regra da política é ignorar a primeira regra da economia."

Discorre sobre os impostos sobre o consumo, destacando que, proporcionalmente, a população mais pobre paga a maior parte dos gastos públicos, pois a tributação em qualquer item do supermercado é a mesma, independente da condição econômica do consumidor.

Comenta a questão da isonomia salarial entre as forças de Segurança. Demonstra-se favorável a igualdade do tempo de contribuição dos policiais civis e militares, para que seja oferecida, de maneira justa, paridade e integralidade às categorias.

Reafirma a necessidade de tratar com responsabilidade as contas públicas para, assim, defender a maior parte da população, que não está representada por sindicatos, mas sente no bolso o valor excessivo de impostos cobrados pelo Governo. *[Taquígrafa: Roberto]*

Partidos Políticos

Deputado Maurício Eskudlark - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Maurício Eskudlark.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Afirma que "o Deputado Bruno mais uma vez falta com a verdade, porque os militares estão ficando com 35 anos de serviço para manter a integralidade e a paridade, enquanto os civis não estão ficando com os 35 anos. Se Deputado Bruno quer assinar esta emenda junto comigo, fazer um entendimento com o Governo para ficar 35 anos para a Polícia Civil, para ficar também com a integralidade e a paridade, eu sou favorável. Então, a Polícia Militar é 35 anos de contribuição, mas está ficando com a integralidade e a paridade. O Deputado Lima assina, Jessé assina, os deputados o Ivan, todos assinam. Então, a Polícia Civil não está ficando com integralidade e paridade. Nós só estamos garantindo, para aqueles que estavam já antigamente. A partir de agora, a partir de 2016, os policiais civis vão ficar pelo teto da Previdência. Então, se ele quer fazer este discurso, tudo bem. Vamos fazer, assinamos e mudamos a lei, se houver concordância do Governo vamos fazer isso. Então, mais uma vez, infelizmente, o Deputado Bruno, que está trazendo esses cálculos de bilhões, onde disseram que eram seis mil policiais civis para aposentar, quando o Estado tem três mil policiais civis. São mais 700 a 900 policiais que vão levar este direito. Então, é mais um equívoco do Deputado Bruno. Muito obrigado."

Deputado Bruno Souza - Pede a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Bruno Souza.

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Diz ao Deputado Maurício Eskudlark que "ele tem que ter um pouco mais de respeito e cuidado com as palavras. Não vou admitir que ele fique me chamando de mentiroso, na Assembleia Legislativa, no meio de uma sessão. Eu teria diversos adjetivos para classificar o Deputado Maurício Eskudlark, e eu tenho guardado todos eles para o meu interior. Então, o Deputado deveria cuidar muito com o que fala aqui e respeitar mais os seus colegas. Isso é um desrespeito com os seus colegas, Deputado Maurício Eskudlark, eu aqui discordo da posição de diversos colegas, mas nunca chamei nenhum de mentiroso. O senhor respeite os seus colegas e tenha decoro aqui dentro. Muito obrigado."

Deputado Coronel Mocellin - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Coronel Mocellin.

DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - Afirma que "as carreiras da Segurança Pública, realmente o deputado Maurício Eskudlark tem razão, nós procuramos trabalhar em isonomia, até para haver uma harmonia entre as categorias. E eu concordo plenamente com aquela última proposta, até do Bruno, que não diverge do Deputado Maurício, de que haja 35 anos de contribuição para todas as categorias da Segurança Pública e a paridade e integralidade. Então, acho que se possível construir um documento neste sentido, para que haja a isonomia tanto em tempo de serviço, contribuição e a paridade e a integralidade do salário do aposentado. Eu acho que isso é importante para que não haja uma divergência, tanto de questão salarial e nem tempo de serviço. Era isso que eu queria contribuir." *[Taquígrafa: Sara]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Após as manifestações, passa ao horário reservado aos políticos.

Partido: PSC

DEPUTADO JAIR MIOTTO (Orador) - Discorre sobre a estratégia de regionalização do Governo para combater a crise, tornando mais coerente as medidas necessárias de contenção que devem ser tomadas em determinada região.

Fala da importância de equilibrar a crise da saúde com a questão econômica em cada município. Diz que as decisões referentes ao enfrentamento da pandemia estão sob responsabilidade das Prefeituras, que recebem orientações do Ministério Público.

Lembra que as igrejas, no Estado de Santa Catarina, estão desde o dia 20 de abril atuando sob restrições, funcionando com apenas 30% da capacidade total e adotando todos os cuidados necessários.

Faz apelo aos Prefeitos para que mantenham as igrejas em atividade, e destaca além da questão religiosa o trabalho social e de aconselhamento mental dessas instituições, extremamente importante durante o momento de pandemia que vive a sociedade. *[Taquígrafa: Roberto]*

Partido: PSDB

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Registra a nota de repúdio publicada em sua página oficial, pois na condição de Presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Pessoa com Deficiência não poderia se omitir quanto ao comentário feito, relacionando determinada situação política e autismo. Desta forma, sugere que o autor refaça a sua colocação, sem envolver pessoas e famílias que merecem todo o respeito e consideração.

Comenta a fala do Deputado Jair Miotto sobre a saúde no Estado, e repete o que vem abordando nas últimas sessões, que todos devem somar esforços para combater o coronavírus e minimizar os problemas que estão acontecendo nesta pandemia.

Afirma que, infelizmente, as pessoas só começam a se preocupar quando algum familiar precisa de uma UTI. Ressalta, ainda, que é preciso união de esforços, dando tranquilidade para quem está na linha de frente e para a população. *[Taquígrafa: Guilherme]*

Partido: PT

DEPUTADO NEODI SARETTA (Orador) - Diz que a pandemia afetou a todos, inclusive as micro e pequenas empresas. Lembra que muitas demitiram funcionários e outras já fecharam as portas, gerando desemprego e prejuízos.

Comenta que é necessário disponibilizar recursos para que estas empresas possam se reerguer e manter os empregos, mas isso não está acontecendo, mesmo com o anúncio do Governo Federal de que existe um crédito facilitado.

Fala sobre a dificuldade em se conseguir estes empréstimos e cita a solicitação encaminhada ao Secretário de Estado da Fazenda, pedindo a liberação de crédito facilitado para estes empresários que suspenderam ou reduziram o trabalho em decorrência da pandemia.

Registra, também, que protocolou pedido de informação, solicitando ao Governo que esclareça quantos funcionários da Saúde estão disponíveis na atuação do combate à Covid-19, já que muitos foram infectados pelo vírus, fazendo-se necessário saber das medidas protetivas que o Estado esta tomando para estes profissionais.

Finaliza, comentando sobre as UTIs, e afirma que estão lotadas e necessitam urgentemente de uma ampliação de leitos. [Taquiografia: Guilherme]

Partido: PL

DEPUTADO IVAN NAATZ (Orador) - Informa que o Partido Liberal sempre será defensor do servidor público, e principalmente professores, enfermeiros, médicos e todos com piso salarial menor em comparação aos outros servidores.

Comenta sobre o relatório construído pelo Deputado Maurício Eskudlark, com a participação e consenso de sindicatos, servidores de todos os departamentos do Governo do Estado, e acrescenta que o relatório atende os desejos da categoria e da sociedade.

Tece críticas aos que atacam os servidores públicos do menor piso salarial, mas que não têm coragem de atacar os que possuem os maiores salários.

Reitera que o partido se posicionará contra qualquer tributação aos pequenos servidores públicos e, também, contra a alteração das condições de aposentadoria dos atuais servidores que estão prestes a se aposentar. [Taquiografia: Northon]

Partido: PL

DEPUTADO MARCIUS MACHADO (Orador) - Comenta que nem sempre há 100% de coesão dentro de um partido, e cita o exemplo de ser favorável à tributação de altos salários. Relata que acompanhou, na reunião da CCJ, uma emenda do Deputado Bruno Souza, definindo que a partir de dois salários haverá uma taxação.

Demonstra preocupação com a agenda das eleições de 2020, pois está causando aglomerações nas pré-campanhas, resultando em um aumento no número de infecções por COVID-19. Aconselha que as eleições devam ser suspensas até haver uma solução concreta no combate ao Coronavírus. [Taquiografia: Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Na sequência, concede a palavra, pela ordem, aos Deputados Jessé Lopes e Ivan Naatz.

DEPUTADO JESSÉ LOPES - Pondera algumas questões, dizendo que tem algo que é mais importante do que decidir se é contra a classe a ou b, que é a questão de responsabilidade. Diz que não é justo que o imposto das pessoas, principalmente dos mais pobres, pague aposentadorias, seja de quem for. Ressalta que o imposto tem que ser para o benefício de quem está pagando imposto, com segurança, educação e saúde, e não para pagar aposentadoria de servidores. Aposentadoria de servidor tem que ser paga pelos mesmos, com as suas contribuições, e que serão retribuídas. Como na aposentadoria privada, e isso é justo. Indaga por que é

preciso tirar dinheiro dos impostos para cobrir déficit no Iprev, e qual é a justiça disso, por que as pessoas mais pobres, às vezes até desempregadas, estão tendo que pagar, dos seus impostos, a aposentadoria do servidor público, porque é do dinheiro dos impostos que está sendo tirado para cobrir um déficit. Diz que é preciso resolver porque este déficit está aumentando, e é maior do que o investimento em saúde e educação; um dinheiro que era para sete milhões de catarinenses, está servindo a setenta mil servidores, e algo precisa ser feito. Diz que é uma situação difícil, mas é preciso ter essa responsabilidade.

DEPUTADO IVAN NAATZ - Reitera seu carinho ao deputado Jessé, mas afirma que o mais pobre é o que mais usa o serviço público, tem o seu filho na escola pública, é o que mais precisa do posto de saúde, é o que mais usa o imposto. Considera um pensamento totalmente desassociado, porque quem sustenta todo o sistema é a classe média, e ela não usa o serviço público, pois coloca os seus filhos na escola particular, tem plano de saúde, universidade particular, e na sua grande maioria só paga, não recebe nada em troca. Reafirma que quem mais utiliza o imposto é o pobre, que mais precisa das estruturas do estado, dos professores bem pagos, boas salas de aula, boa formação para professores. Cita que o mais pobre, quando chega numa delegacia, não chega acompanhado de advogado, chega sozinho e precisa ser bem atendido e bem tratado. Ainda, ressalta que quem sustenta a pirâmide tributária no Brasil é a classe média, quem ganha de sete a oito salários mínimos para cima, esse só paga, não usa nada, às vezes, nem um financiamento bancário subsidiado ele usa. Além disso, falar que o Governo do Estado precisa tirar dinheiro do servidor para poder melhorar a vida dos... Para sobrar dinheiro, para botar dinheiro aqui e ali... Relata que tramita na Casa um pedido do Secretário Paulo Eli para trazer para o Governo do Estado mais 50 procuradores que vão ganhar trinta e cinco mil por mês, e mais 50 auditores fiscais que vão ganhar outros trinta e cinco mil. Diz que tem um ato de sustação, na Assembleia, que protocolou, tem uma decisão do Tribunal de Contas para não chamar mais esses cem que vão ganhar trinta e cinco mil por mês. Discorda dessa história que tem que tributar o trabalhador chão de fábrica para poder sobrar dinheiro. [Taquiografia: Sara]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão até o horário reservado à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão, dando início à pauta da Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário ao Projeto de Lei n. 0273/2019.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0087/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0090/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0140/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0210/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0242/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0513/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, solicitando aos Secretários de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável e Fazenda, informações acerca das empresas contempladas com a linha emergencial de crédito do Badesc.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0514/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca dos afastamentos de trabalho dos profissionais da saúde, por motivo de contágio da COVID-19.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0339/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, cumprimentando militares lotados no 10º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, pelo ato de desrespeito no cumprimento do dever, durante o salvamento de um animal vítima de abandono na própria residência de seu dono.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0340/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling, cumprimentando o Senhor Ivan Lourenço de Moraes, pela atuação à frente do Rotary Club de Canoinhas entre 2019 e 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 0968/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando aos Presidentes das Empresas TIM, Oi, Claro e Vivo, informações acerca da viabilidade da instalação de uma antena no Bairro Distrito de Marechal Bormann, localizado no Município de Chapecó.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0969/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Diretor Geral da Nella Linhas Aéreas, informações acerca da viabilidade da Companhia operar voos em Santa Catarina, em especial com destino Lages-SC a São Paulo-SP.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0970/2020, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando aos Presidentes das Empresas TIM, Oi, Claro e Vivo, informações acerca da viabilidade da instalação de uma torre transmissora na localidade de Passo Velho em Bom Jardim da Serra.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0977/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, solicitando ao Diretor Presidente da Celesc, informações acerca das comunidades que serão beneficiadas pelas melhorias no Programa Celesc Rural.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 0953/2020, 0954/2020, 0955/2020 e 0956/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 0957/2020 e 0958/2020, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0959/2020, de autoria do Mauro de Nadal; 0960/2020, 0961/2020, 0962/2020, 0963/2020, 0964/2020, 0965/2020, 0966/2020 e 0967/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 0971/2020, 0972/2020, 0973/2020, 0974/2020, 0975/2020, 0976/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 0984/2020, de autoria do Poder Legislativo, e 0985/2020, de autoria do deputado Moacir Sopelsa.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 1396/2020 e 1403/2020, de autoria do Deputado Fernando Krelling; 1397/2020, 1398/2020, 1399/2020, 1400/2020, 1401/2020 e 1402/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1404/2020, de autoria do Deputado Milton

Hobus; 1405/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1406/2020, 1407/2020, 1408/2020, 1409/2020, 1410/2020, 1411/2020, 1412/2020 e 1413/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 1414/2020 e 1415/2020, de autoria do Deputado Jerry Comper.

Deputado Moacir Sopelsa - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede a palavra, pela ordem, ao deputado Moacir Sopelsa.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Referencia, com pesar, o passamento do senhor Euclides Antônio Marcon, pessoa de uma família que são os pioneiros da Cidade de Concórdia, desbravadores do nosso município; também foi Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores de Concórdia, e nos deixou no dia de ontem. Deseja registrar os pésames desta Casa e da sua família à família enlutada.

Deputado Neodi Saretta - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Concede palavra, pela ordem, ao deputado Neodi Saretta.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Solidariza-se, juntamente com o deputado Moacir Sopelsa, com a família Marcon e amigos pelo passamento do ex-Presidente da Câmara. Afirma que o senhor Euclides Marcon foi uma grande liderança política, com larga ficha de serviços prestados à comunidade, e com certeza toda a comunidade regional se sente enlutada.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Feito o registro dos deputados Moacir Sopelsa e Neodi Saretta.

A Presidência, antes de entrar no horário reservado à Explicação Pessoal, comunica que "a CCJ deliberou hoje sobre o Projeto da Reforma da Previdência. Amanhã, o projeto tramitará na comissão de Finanças e, conforme acordo de Líderes ainda no mês de fevereiro, o projeto será apreciado na sessão da próxima quinta-feira, pela manhã. Então, ficam todos avisados, e ainda temos o dia de amanhã para análise do projeto e encaminhamentos. A ideia é votarmos o projeto, e teremos duas alternativas, segundo a comissão de Finanças, que é o substitutivo do Relator, Deputado Maurício Eskudlark, e o projeto original do Governo. Evidentemente que haverá, conforme o Regimento Interno, a possibilidade de destaque para a votação em separado dos artigos e incisos da matéria. Então, peço a todos os senhores Deputados e senhoras Deputadas que nos preparemos para a votação de quinta-feira, é um projeto muito importante, e acho que a Assembleia Legislativa deve essa

satisfação à sociedade, cumprindo mais uma vez o seu papel. Então, o apelo que faço é que todos nos preparemos para a votação da matéria na próxima quinta-feira, na sessão da manhã."

Finda a pauta da Ordem do Dia.
[Taquígrafa: Ana Maria]

Explicação Pessoal

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA (Orador) - Lamenta que o país tenha alcançado a marca de 2,5 milhões de pessoas infectadas e 88 mil mortos por COVID-19, sendo 70 mil infectados e 924 mortes em Santa Catarina.

Questiona as pessoas que estão sendo irresponsáveis com os cuidados necessários para combater o Coronavírus, e cita que este comportamento é um problema no mundo inteiro. Acrescenta que as estruturas de saúde, no Brasil, não estão adequadas para demandas que podem se multiplicar. Registra que Santa Catarina triplicou o número de mortes nos últimos 30 dias.

Concorda com a fala do Deputado Neodi Saretta referente à falta de créditos para as pequenas empresas do país. Acrescenta que, em junho, o Governo Federal anunciou que 4,5 milhões de micro e pequenas empresas receberiam acesso a crédito barato para retorno das operações, e mais de 75% destes empreendedores ainda não conseguiram acessar os recursos. Informa que a consequência disso é o fechamento de mais de um milhão de postos de trabalho com carteira assinada no primeiro semestre de 2020.

Cita um estudo do SEBRAE, informando que a pandemia mudou o funcionamento de 5,3 milhões de pequenas empresas no país, e 10,1 milhões interromperam as atividades temporariamente. Lamenta as tentativas de tributação, dificultando a situação destes pequenos e médios empreendedores, enquanto grandes empresários resguardam seus lucros e são apoiados pelo Governo Federal.

Comenta que é uma situação dramática que os pequenos empreendedores estão vivendo, sendo necessário colocar suas próprias vidas em risco para garantir o seu sustento. Afirma que é preciso concretizar esperanças para que estes empreendedores possam ter acesso ao crédito.
[Taquígrafa: Northon]

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, agradece a presença dos senhores Deputados e senhoras Deputadas, e encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sara].

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

CPI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES
ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 14 DE MAIO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – (Falha na gravação no início da reunião.) ...sejam expostas pelos mesmos para a nossa taquígrafia poder acompanhar.

Passamos à discussão e votação dos requerimentos apresentados a essa diretoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Questão de ordem, senhor Presidente. Pela ordem.

Se for possível, com exceção do *a*, apensar os requerimentos *b* a *f* para dar agilidade à discussão e para nós começarmos a oitava? Se os demais Deputados concordarem. Do *b* ao *f*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Do *b* até o *f*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso. Eu explico porque não do *a*, porque o *a* é requerimento genérico de novas testemunhas, sem as testemunhas elencadas. Então do *b* ao *f* eu acredito que a gente poderia ser mais ágil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pergunto aos senhores Deputados de existe alguma objeção?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria apenas de discutir o requerimento c.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em discussão.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, senhores Deputados, eu tenho... Bom dia a todos os Deputados e a todas as Deputadas... o requerimento de autoria do Deputado João Amin para que seja requisitado ao Coaf cópia do seu relatório, que é quando a empresa Veigamed leva lucro de 100% na operação do governo do Estado de Santa Catarina.

Eu gostaria de apresentar um requerimento no sentido de que esse... que o requerimento do item c seja sobrestado até uma próxima reunião, porque há um requerimento, que já está em andamento no Ministério Público, no processo que está investigando paralelamente essa situação, e talvez a chegada daquele documento possa suprir o requerimento do item c.

Isso não quer dizer que a gente não vá deferir o requerimento, mas que a gente sobreste esse requerimento para uma nova oportunidade, para ver se esses dados não chegam pelo processo cível.

Também recebi o requerimento, só que a forma como o requerimento foi apresentado... requerimento do autor para que seja requisitado junto ao Coaf pela cópia do seu relatório que aponta que a empresa teve um lucro de 100% na operação do governo do Estado de Santa Catarina. Acredito também que o requerimento precisaria ser um pouco mais detalhado.

Então, por essa razão, eu gostaria de sobrestar esse requerimento para uma nova oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pergunto ao autor do requerimento, Deputado João Amim, se existe algum óbice de colocar em discussão posterior, na próxima reunião, o requerimento de vossa excelência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não... Há discordância, Presidente, eu não aceito o sobrestamento. Peço a votação e num momento oportuno gostaria de discuti-lo, já que foram colocadas algumas dúvidas sobre o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode discutir agora. O senhor tem três minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, é melhor botar em votação primeiro, Presidente, porque aí eu discuto durante a votação do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os demais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Se eu puder dar uma sugestão de encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu acredito que o requerimento do Deputado João Amin possa ser votado e aceito, e mesmo que encaminhado ao Coaf, digamos que o Coaf não responda em tempo hábil, mas isso não impede, Deputado Ivan, que a gente faça a utilização das informações que o Ministério Público já solicitou e... *(falha no áudio)*. Daí não haveria perda de tempo e se poderia tocar isso pra frente.

Encaminha para o Coaf, sabemos que é demorado, sabemos que às vezes pode não vir, e vamos fazer o caminho... o outro caminho junto ao Ministério Público, que já fez essas solicitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo com o Deputado Milton Hobus. Então eu retiro o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto novamente os senhores Deputados se há concordância no apensamento dos requerimentos b, c, d e f.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – De acordo, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Algum outro Deputado que queira discutir?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor Presidente, senhores Deputados, senhor Vice-Presidente, Deputado Valdir Cobalchini, público que nos assiste, essa informação é uma das poucas que a gente pelo menos acompanha pela imprensa de que a força-tarefa compreendida pelo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, senhor Presidente, eu tenho dificuldade de ouvir o Deputado João Amin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A gente vai trocar o microfone, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Agora me ouve, Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k., o.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então vou cumprimentar novamente os Deputados, já que o Sopelsa não estava ouvindo.

A importância que eu vejo, e por isso me motivei a fazer o requerimento – e agradeço o Deputado Milton Hobus pelo encaminhamento, conseguindo nessa sugestão de encaminhamento ultrapassar dificuldades inexplicáveis – é que de acordo com as informações que a gente tem da força-tarefa, compreendida pelo Tribunal de Contas, pelo Ministério Público e pela Polícia Civil, um dos poucos documentos ao qual não teve acesso ainda essa força-tarefa, é esse exclusivo do Coaf.

A informação questionada pelo Deputado Ivan Naatz com relação aos 100% de lucro, é o que está veiculado na imprensa. Não é o João Amin que está falando. Estou fazendo um requerimento de acordo com uma notícia de imprensa. Se as informações vierem, se as informações vierem, a gente vai poder ver se é 100, 200, 300, 50, 2.

Então, esse exercício de futurologia que está sendo seguido às vezes pelo Relator é que me causa estranheza, né, já que decisões do STF permitiram às CPIs em outros Estados, exemplo do Rio de Janeiro, de busca de documentos, mesmo o Coaf se negando a disponibilizar. A Procuradoria da Assembleia – e aqui está o nosso representante da Procuradoria auxiliando no andamento da reunião – partiu, acionou, entrou com uma medida jurídica ao STF – vejo aqui, em homenagem a todos os advogados, o convidado Gastão, advogado referência aqui de Florianópolis, de Santa Catarina e do Brasil. Partiu da Procuradoria da Assembleia um requerimento, juridicamente não é essa palavra, né, acionou-se o STF e o STF determinou que o Coaf encaminhasse essas informações à Assembleia do Rio de Janeiro.

Então, isso é de fundamental importância, porque independente dos documentos que chegarem aqui, esses documentos já passaram por algum lugar. A força-tarefa já vai ter conhecimento, a própria imprensa vai ter conhecimento, porque hoje em dia mesmo com sigilo há o vazamento, com toda a prudência das autoridades, mas sempre há, infelizmente, não há como inibir isso. E quem sabe a CPI tenha um papel de ator principal e não de coadjuvante, porque o que eu vejo que está acontecendo é que a gente vai ficar sempre coadjuvante. Já que estamos fazendo futurologia, eu me permito fazer uma também, né?

Enquanto a gente não fizer a acareação e conseguir as informações do Coaf, a gente vai estar sempre atrás.

Então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado, Presidente Sargento Lima, obrigado pela oportunidade de discussão. E ela sendo discutida em bloco, eu agradeço, até para dar essa agilidade necessária aos trabalhos da CPI.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, coloco em votação os itens b, c, d e f de forma apensada.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone: “O e não?”)

O e não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah, não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Em votação.

Os Senhores Deputados que discordam, se manifestem ou permaneçam como estão, se concordam.

(O senhor Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone: “O e não?”)

O e? O e foi elencado junto, até o g. Ficando de fora do apensamento o a e o g.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ah tá, o e está incluso, então?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá incluso.

Aprovado.

O item a, requerimento a.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Esse eu gostaria de discutir, Presidente, já que na ordem do dia há um requerimento por parte do Deputado Ivan Naatz requerendo novas testemunhas, e a

gente não sabe quais são as testemunhas. É difícil a gente poder apreciar algo que a gente não sabe.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então vamos tentar elucidar essa questão.

Com a palavra o Deputado Ivan Naatz, para discutir o item a.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não sei por que não colocaram na ata o nome das testemunhas, talvez para que elas não conversem entre elas, se acertem para os próximos dias. A gente pode identificar... eu também não sei por que, tem que perguntar à assessoria por que o nome não está aqui, mas talvez seja por isso, uma reserva. Mas tem que perguntar à assessoria técnica por que o nome não está aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Se o autor do requerimento puder passar a lista e a gente puder avaliar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sei... Aqui no requerimento não está.

(A assessora Sílvia Leticia Batistello, do gabinete do Deputado Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não estou entendendo, doutora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Venha aqui, por favor. Por gentileza.

(A assessora Sílvia Leticia Batistello, que estava na plenária, dirige-se à mesa do Relator.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Sílvia não é da CPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sugestão, senhor Presidente, sugestão senhor Presidente: aprova a oitiva de novas testemunhas e o requerente, o Deputado-Relator Ivan Naatz depois coloca os nomes no grupo da CPI para todos os Deputados – que é uma coisa de interesse nosso, só dos membros conhecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Todos escutaram a sugestão do Deputado Milton Hobus?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu consulto a Procuradoria da Assembleia para ver se isso é possível e se a gente vai ter a oportunidade de convocar essas pessoas, né, porque já que não há o nome delas na lista eu não sei se há a possibilidade legal de encaminhar um expediente a essas pessoas que a gente não conhece quem são.

É só um questionamento jurídico, senão eu concordo plenamente com a sugestão de encaminhamento do Deputado Milton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, eu tenho aqui, apresentado à CPI, eu não sei, minha assessoria apresentou à CPI, não sei por que não está no relatório, a relação de documentos.

Foi recebido pela gerente de Comissão de Inquérito Parlamentar no dia 13 de maio: Janine Silveira dos Santos Siqueira, gerente de Contratos e Licitações da Defesa Civil; Carlos Eduardo Besen Nau, lotado na Secretaria da Defesa Civil; Déborah Regina Vieira Trevisan, consultora jurídica, lotada na Secretaria da Defesa Civil; João Gilberto Rocha Gonçalves, representante legal do INCS, Instituto Nacional de Ciências da Saúde – esse tem sede fora do Estado, vai ser convidado a comparecer, a gente vai ter que resolver se vai lá ou ele virá aqui –; e Iná Adriano de Barros, técnica em atividades administrativas da Secretaria da... agora da Secom.

Esse é o relatório das pessoas, cinco pessoas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Com relação aos nomes das pessoas relacionadas à Defesa Civil, queria que o Deputado Ivan pudesse explicar o porquê, uma vez que a CPI aqui é para os respiradores e pelo que me consta não tem participação da Defesa Civil no processo de compra dos respiradores. É para a gente não misturar as coisas, porque nós não podemos misturar as coisas, são ações...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na verdade, Deputado Milton Hobus, não está aqui em análise o contrato dos respiradores... dos leitos de UTI. Eles não estão em observação. O que está em observação são as mecânicas dos procedimentos licitatórios.

E a... Eu não gostaria de falar, porque é uma estratégia nossa, né, de trabalho, mas como vossa excelência questionou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O.k, só para entender, só para entender.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É o trâmite que circulava. Quem circulava por lá, quem dava ordem, como funcionavam as coisas lá dentro, se tinha alguém que era de fora circulando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Está explicado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...qual foi a participação de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É o mecanismo que foi utilizado na compra dos *(ininteligível)*...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Satisfeito, satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem queira discutir.

Em votação.

Os Deputados que concordam, permaneçam como estão.

Aprovados os itens *f, e, d, o item c e o item b* dos requerimentos ali constados.

Em votação, agora, o item *a*, que é justamente... também aprovado, né?

O item *g*, da oitiva das testemunhas.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Dos já convocados, isso mesmo. Estão listados os nomes ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Já que não foram passadas aos Deputados com a necessária antecipação as datas no roteiro apresentado na semana passada, eu faço um apelo, e isso compete ao Presidente, no artigo 161.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu faço um apelo ao Presidente, que é quem tem, através do Regimento, o poder para tomar essa decisão, eu solicito que, já aprovados os depoimentos de Elton, Márcia e Douglas, faça-se já na semana que vem os três depoimentos e na sequência a acareação.

É um requerimento que eu faço verbal a vossa excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor posteriormente encaminha o requerimento, de forma escrita mesmo, ali para a presidência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Farei ainda durante a sessão.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom, nós vamos partir agora para as testemunhas que serão ouvidas, sendo que a primeira delas é o senhor Coronel Bombeiro João Batista Cordeiro Junior.

Gostaria que a assessoria o conduzisse até este ambiente. *(Pausa.)*

(O senhor depoente, Coronel BM João Batista Cordeiro Júnior, adentra ao recinto e senta-se no local indicado pelo Presidente.)

Bom dia, Coronel João Batista. Tudo bom com o senhor? Seja bem-vindo a esta Comissão.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, o senhor foi informado por que se fazer presente aqui hoje nesta Comissão? O senhor tem ideia por que foi convidado para esta reunião?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Pela investigação sobre a aquisição dos... dos ventiladores, pelo que eu vi no que veio pra mim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor tem que falar um pouquinho mais próximo do microfone, por gentileza.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Pelo que o documento que me foi apresentado, pela investigação sobre a aquisição de ventiladores pela Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para registro, Coronel, vou pedir que o senhor fale o seu nome completo, o endereço e a sua data de nascimento.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – João Batista Cordeiro Júnior; Servidão da Mata, nº 43, Canavieiras, Florianópolis; 25/11/1970.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor João Batista, o senhor está compromissado aqui com a verdade diante desta Comissão e gostaria de alertar o senhor que o senhor também tem o direito de, se caso alguma pergunta lhe for feita e o senhor quiser usar o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor se expresse, “Eu quero permanecer calado”, até porque o silêncio não emite nenhum tipo de resposta.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu gostaria só que a assessoria se certificasse de que nenhuma das outras testemunhas se encontra na sala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...e que se fechassem as portas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, eles já se encontram isolados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim, mas é necessário que se fechem as portas, porque o som pode ecoar.

Essa é uma sugestão. Já que as outras testemunhas não se encontram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A assessoria garante que elas não estão tendo acesso ao que é comentado.

Com a palavra o Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Comandante... Coronel, né, João Batista?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado pela oportunidade, obrigado pelo senhor ter vindo até a CPI para ajudar a gente a esclarecer esse procedimento.

O senhor não está aqui para responder nenhuma indagação com relação ao que se comentou na imprensa dos cem leitos de UTI, aquela licitação. Mas eu vou lhe perguntar algumas coisas com relação àquele procedimento, porque eu entendo importante nós identificarmos alguns fatos que aconteceram naquele episódio para que se possa elucidar o que aconteceu naquilo que a gente efetivamente está investigando.

Então eu quero deixar bem claro para o senhor que esta CPI não se trata dos cem leitos de UTI, mas efetivamente dos trâmites que aconteceram nesse processo de epidemia; como as coisas aconteceram dentro do processo de epidemia, porque é na Secretaria, no órgão que o senhor preside, né, ou comanda, a primeira compra que a gente tem notícia diante da pandemia; o senhor gerenciou a primeira compra.

Então a gente quer compreender aqui como essas compras se procederam, efetivamente. É por isso que o senhor está aqui. O senhor não é acusado, não é investigado, o senhor [está aqui] para colaborar com aquilo que a gente precisa compreender, certo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que se procedeu o início daquela compra? A ordem para dar início à licitação da compra dos cem hospitais de... de UTI, ela veio do Governador, veio da Casa Civil? De onde veio a ordem, da Secretaria da Saúde, para dar início àquele procedimento da compra dos cem leitos de UTI?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim. Naquele momento, né, era final de março, início de abril, nós tínhamos informações que vinham, principalmente, através do, de um núcleo de inteligência que a Defesa Civil tem e com projeções de, de, futuras, claro que com, com pouca quantidade de dados, daí naquele momento se fazia mais projeções levando em consideração é... situações semelhantes, né, no mundo, no Brasil.

E... daí se chegou a um momento, né, que pelas projeções ali e a gente pegando e... pensando em trabalhar com gestão de risco, né, ver o que seria mais severo aqui no nosso Estado, é... tinha projeções de números de necessidades. Então... e se viu que naquele momento,

se fosse colocar esses leitos dentro dos hospitais da rede normal, né, dentro dos hospitais existentes, que não teria condição, né, com a quantidade de números que seriam necessários. Então, né, se avaliou a questão de... de como gestão de risco a Defesa Civil fazer o contrato dos hospitais de campanha. Então... né, a ideia naquele momento eram... era fazer o registro de preço de dez hospitais de campanha. Mas daí a Secretaria de Estado da Saúde pediu que o primeiro hospital de campanha já fosse é... adquirido e contratado para se colocar em funcionamento, porque a quantidade de leitos naquela região específica da Foz do Rio Itajaí ela era menor do que o que seria possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O.k.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – O que seria... aquilo que existia e seria possível de colocar no hospital.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi.

Eu queria que o senhor me ajudasse e dissesse o seguinte: de quem partiu a ordem para comprar os cem leitos de UTI?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – A... a ordem, não... Foi a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – A Defesa Civil do Estado ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, só um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado, eu tenho uma preocupação. Nós estamos investigando a compra dos leitos dos hospitais de campanha ou dos respiradores? Eu tenho uma preocupação, as indagações que estão sendo feitas não estão sendo feitas em cima dos respiradores, mas, sim, em cima do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A CPI é sobre os respiradores. Eu deixo essa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopesa, já foi previamente explicado aqui que isso seria uma forma de melhor explicar o mecanismo das compras e das aquisições que foram feitas. Acredito que o senhor estava fora e isso foi conversado aqui na reunião anteriormente mesmo e acordado aqui entre os Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – (*Ininteligível.*) Continuo deixando minha dúvida sobre indagações do hospital e não dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Deputado Moacir Sopesa, apenas para o senhor entender, o cronograma de trabalhos que nós fizemos aqui para a CPI foi de se começar juntando a documentação, num primeiro passo possível, e ouvindo algumas pessoas que trabalham nesse... na pandemia, na equipe do governo, para entender como vinham sendo feitas as compras, as aquisições, para gente chegar até aos respiradores, e aí justamente poder medir essas compras como eram, como foram feitas, para a gente poder saber diferenciar uma coisa da outra, entendeu?

É só entender o processo de como é que vinha acontecendo, funcionando, para se chegar até os respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, senhor Presidente.

Eu peço só para que esse questionamento prudente do Deputado Moacir Sopesa conste em ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, quem deu a ordem? Esse procedimento saiu de quem... foi criado um gabinete de crise do Covid, como é que foi?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É... no nosso Estado existe o Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil. Quando há um momento de crise é... é acionado, né, um grupo de ações coordenadas em apoio a uma agência líder, né? A gente chama de agência líder, né? Se for uma crise na agricultura, vai ser a Secretaria da Agricultura.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – A gente tá agora também com uma crise de estiagem, né, então a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável estão... vão ficar como agência líder. Naquele momento ali, agora com relação à pandemia, é a Saúde.

Então o GRAC ele recebe solicitações da... da Saúde e também recebe informações de outros órgãos – o GRAC é composto por diversas estruturas de Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu entendi...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – E daí foi através do GRAC. A Saúde solicitou, através do GRAC, essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Secretaria então... A resposta é que a Secretaria da Saúde é que deu a ordem.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Solicitou, solicitou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

Alguma outra Secretaria participou desse processo? A Secretaria de... ou outra, a Secretaria da Fazenda, do processo de licitação?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, do processo de licitação, não. A Fazenda participou do processo de abertura de crédito orçamentário, né, descentralização de crédito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Participou. A Secretaria de Administração participou também, porque a gente solicitou fazer reunião com diversos órgãos pra gente avaliar, né, o termo de referência... É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Alguns órgãos, sim, participaram.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Entendi. A Casa Civil também participou?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não participou. A Casa Civil não participou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Casa Civil não participou daquele processo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, desse processo licitatório, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém da Casa Civil?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ninguém da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor confirma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Confirmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

É... com relação a... O senhor que instalou lá o comitê de crise, certo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dentro da Secretaria ou da Defesa Civil. Havia pessoas que circulavam dentro da Defesa Civil que não fossem servidores do Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ah, muitas pessoas, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que essas pessoas faziam que não...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR —Olha, assim ó, o próprio GRAC é formado pela Fecam, Fecomércio, Facisc, Fiesc, todos os órgãos, né, que têm interesse e que possam auxiliar o Estado, participavam.

Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Diversos são os órgãos que participavam ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é... Naquele período, naquele período da compra dos respiradores, as empresas se ofereciam para fazer a venda do produto? Como se procedeu dentro da Secretaria, como é que vocês procederam dentro da Secretaria para escolher as empresas que seriam escolhidas para participar do certame?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês escolheram com uma lista, alguém indicou, como é que foi?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi criado uma, uma estrutura, que na verdade ela, ela servia pra receber as demandas das estruturas de Estado com relação a EPI, com relação a álcool, com relação a equipamento, né, pra auxiliar a saúde e também todos os demais órgãos de Estado, porque nessa pandemia diversos órgãos de Estado tinham que... precisavam de EPI, de álcool, ã... assistência social também, alimentação.

Então ali, nesse órgão, nós, nós centralizamos a questão, não é o órgão, né, foi criada uma equipe ali pra isso é... de receber as demandas das estruturas e de, e de buscar fo... doadores e também fornecedores. Então chegava a questão de fornecedores, né, doadores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse caso específico...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ...e somente através do site da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nesse caso específico dos leitos de UTI, como é que vocês escolheram a empresa?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nós fizemos um chamamento público e colocamos o chamamento público...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Público?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ...na praça. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque durou muito pouco tempo, né, quarenta e... Por que durou tão pouco tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Pela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que foi...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Pela questão da urgência, né, da situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, eu sei que o senhor está construindo, né, a tese...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem. Deputado, só um minutinho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E se a gente pudesse direcionar diretamente à questão dos respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor conhece o senhor Adriano... Leandro Adriano de Barros?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Se é o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O advogado.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ...o advogado, eu conheço. Conheci naquele, no, no, no momento ele era...

era o representante de uma da... dos fornecedores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele se apresentou como um dos representantes?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ele...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu não o... Não o conhecia antes, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Ele se apresentou como um dos representantes?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ele... e... e a empresa que ele se apresentou como representante acabou sendo escolhida?...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Na verdade, né, foi feito um chamamento e a empresa dele foi a que teve menor preço no chamamento. Tiveram quatro empresas que ofertaram preço e a empresa dele foi o menor preço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Então o senhor Leandro Adriano de Barros participou desse processo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ele era representante de uma das empresas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

É... eu não compreendi, naquela licitação, por que o Governador do Estado assinou o contrato firmado com a ma...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Na verdade é assim, ô. Depois que nós é... fizemos o... o objeto do contrato, nós fizemos reunião com diversas entidades, né? É... com a CGE, por exemplo, e a CGE ela fez diversos apontamentos, vinte e poucos apontamentos pra gente melhorar aquele processo de dispensa de licitação. E nós pegamos de cabo a rabo, né, pegamos todos aqueles, aqueles apontamentos e fomos fazer, e um deles era que tivesse um “de acordo” do Governador. Então a gente cumpriu... cumpriu isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o “de acordo” do Governador é resultado de um acordo que o senhor tinha como o Tribunal de Contas ou uma recomendação?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não. Uma recomendação da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês seguiram lá algum procedimento da Procuradoria-Geral da União, que emitiu uma nota a respeito dessas licitações de emergência?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Assim, ô... Eu tenho... Eu tenho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou a própria Controladoria...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu tenho... eu tenho uma equipe lá, né, porque quando a gente faz um processo desse tem, né, uma estrutura que solicita, uma estrutura que avalia. Então passou por todos esses órgãos e eu imagino que toda a legislação vigente, né?... Passa, é... consultoria jurídica, tudo, eles avaliaram isso aí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E, por último, a última pergunta que eu vou fazer a vossa excelência.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o governo desistiu daquela licitação?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nós tivemos apontamentos do Tribunal de Contas do Estado... Até assim, o apontamento do Tribunal de Contas ele não disse pra, pra gente pegar e encerrar, e anular, né, mas ele apontou que... poderíamos ter lá, depois de contratado e... problemas com relação ao pagamento, porque a gente fez uma contratação por valor global e daí eles sugeriram unitário. Isso que foi que eu me lembro, que era o que mais pesou ali.

Então... a gente poderia até fazer um termo aditivo e alterar isso aí, mas também nós, naquele, naquele momento, depois quando a gente fez o processo, eu me lembro que as projeções começaram a ficar melhores, né, os números começaram a ficar melhores. É naquele momento também a Saúde tinha lançado um processo para aquisição de leitos dentro de hospitais privados, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ...leitos de UTI.

Então a gente viu que teria mais tempo pra gente fazer o processo, já que também tiveram mandados de segurança, tiveram uma série... dois mandados de segurança, né? O primeiro a gente mandou uma resposta através da PGE e... né, e foi favorável ao Estado. Daí tinha o segundo. Então...

E também os senhores tinham me chamado aqui na Assembleia Legislativa, eu comecei a ficar com dúvidas, né, nesse processo. E a gente decidiu então encerrar esse processo, anular o processo, e na época era de já pegar e constituir um processo novo já, como a gente tinha prazo, né, com... sem ser dispensa de licitação, através de uma licitação, a gente tinha tempo. Naquele... no momento que a gente fez a dispensa, a informação que a gente tinha é que tinha que ser muito célere, até chegar naquele outro momento tinha tempo, então a gente decidiu dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só para constar também, nós já temos inscritos dois Deputados – o primeiro deles é o Deputado João Amin e o segundo é o Deputado Felipe Estevão.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Milton Hobus também, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pode me inscrever também, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Senhor João Batista, bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou em dúvidas, né, que as dúvidas fizeram com que se voltasse atrás ou não se contratasse o hospital de campanha. Foram dúvidas ou foi uma decisão da Justiça? [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi]

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não, não havia ainda decisão da Justiça, nem houve nenhuma decisão da Justiça de... de a gente anular o processo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo. Era isso que eu...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – “Houveram” mandados de segurança que... que eram dois fornecedores brigando por preço. Então, foi isso que ocorreu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo. É bem aí que eu queria chegar.

Em uma das *lives* do Governador – e o senhor estava do lado –, o Governador falou que quem estava criticando o custo ou a construção do hospital de campanha é porque não entendia do assunto.

No seu entendimento, já que o senhor, para estar ocupando esse cargo tão importante, entende, hoje, era para construir ou não o hospital de campanha?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Naquele momento, com as informações que a gente tinha, nós todos, né, tínhamos certeza que... que... que havia necessidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o que mudou daquele momento para agora?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Mudou assim, ô. Quando... quando a gente pegou e viu os estudos, nós tínhamos três cenários: um cenário que era otimista, um cenário que era neutro e o cenário que era pessimista.

Naquele momento lá, a tendência das projeções é que... que o Estado ã... estaria entre o cenário neutro e o cenário pessimista. Então, então assim era uma... era uma situação mais urgente. E daí, com as medidas que foram adotadas de isolamento, de distanciamento social, é... se conseguiu que, que a curva do Estado ficasse num cenário otimista.

Então, assim, a gente conseguiu ter mais tempo pra... pra tomar as medidas, né, com... com... com mais tranquilidade. Naquele momento lá foi, foi bem acelerado o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E por que não foi pensado o mesmo com esse cenário mais do que pessimista? Por que não foi pensando naquele momento, já que seria muito mais rápido e muito mais barato, usar as estruturas? Eu dou um exemplo aqui: o hospital de Lages, o próprio Hospital Marieta, que eu não tenho conhecimento se tem alguma estrutura para serem construídas UTIs ou não disponível.

A rede hospitalar de Santa Catarina é muito organizada e tem muito espaço físico. Por que desde aquele momento não foi pensado no hospital de Lages e em todas as estruturas semelhantes?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi pensado nisso, tanto é que o mais difícil nesse processo de se colocar leito de UTI... é dentro de hospitais, né? Se viu uma série de hospitais, a Secretaria da Saúde tá fazendo até hoje isso, né? E... e tem locais que têm que fazer obras, a própria aquisição de ventiladores até hoje tá numa dificuldade.

Então, se viu assim ô, vamos, vamos ter que ter duas frentes pra se trabalhar com a gestão de risco, pra gente pegar e acelerar o processo. Naquele momento lá tava, tava se fazendo força no, no, nesses dois vertentes aí, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Imediatamente ao cancelamento, o Governador anunciou que ia construir dez estruturas. Quantas já estão construídas hoje?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ã... Não foi lançado ainda o processo licitatório, até porque os números...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, mas a pergunta foi quantas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, a mesma orientação que eu fiz ao Relator, para a gente tentar conduzir o máximo possível o...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não foi licitado ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhuma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas, então, o número é zero.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não foi lícitado nenhuma de hospital de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O objeto de estudo ali, que é o contrato dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas é o zero? Eu preciso de um número.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nenhum, nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhum? Zero.

Bom, Presidente, o senhor... Qual é... Qual foi a sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A mesma orientação que eu fiz ao Deputado Ivan Naatz, de tentar convergir ao máximo possível para o assunto em questão, que é a compra dos respiradores. Eu orientei ele duas vezes e oriento o senhor também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas é que o Deputado Ivan Naatz, antes da reunião, falou pra gente não repetir assuntos que já estão veiculados, ele falou até da vaga de estacionamento, que é público e notório, da pessoa que não era servidora do Estado e estacionava na Defesa Civil, Deputado Lima.

Eu acho que fui interrompido em um momento muito importante de saber o número de estruturas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A resposta foi dada? Quantas?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nenhuma. Zero, foi a resposta.

Mais alguma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu teria algumas, mas eu não entendi o motivo da interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente e senhores Deputados, eu quero cumprimentar o Coronel João Batista...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ... e agradecer a presença.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom dia, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Coronel João Batista, as reuniões do GRAC eram feitas e todas as demandas necessárias para enfrentamento da pandemia eram trazidas para essa reunião. Correto?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – ... até hoje, né, ainda existem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – (Ininteligível) ...sejam...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Até hoje ainda existem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...ventiladores.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Isso, isso... Até hoje existem as reuniões, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Elas são feitas duas vezes por dia e as demandas que não são resolvidas lá entre os órgãos do GRAC, é... são encaminhadas pra cima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pra cima, pra quem?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Pro grupo gestor, ou pro grupo econômico, ou prum Secretário específico, né, depende da demanda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Essas reuniões do GRAC eram feitas atas?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Todas elas são feitas atas ainda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Por que o senhor não informou [sobre] essas atas, uma vez que na oitiva que nós fizemos com todos os Deputados e com vossa excelência, nós pedimos num documento onde mandasse plano de contingência para saber o que estava pensando e planejando o governo, e as atas dessas reuniões. Por que o senhor não enviou, não atendeu esse compromisso até hoje, que já faz mais de trinta dias?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nós encaminhamos todas as informações solicitadas atinentes à Defesa Civil pra Casa Civil, porque ali tinham informações que eram atinentes à Secretaria da Fazenda, à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Defesa Civil. Pelo menos essas que eu, que eu me lembro, não sei se tinha mais órgãos.

Então tudo que era atinente à Defesa Civil, plano de contingência, né, as informações que o senhor, o senhor solicitou, foram encaminhadas para a Casa Civil para ela chamar as informações dos outros órgãos, fazer uma compilação e encaminhar pra Alesc.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Só relatando ao senhor que não recebemos até hoje essas informações.

Continuando, Coronel João Batista.

Vocês tinham as relações de materiais, alguém pesquisava preço, isso era tudo na Defesa Civil ou era em outras Secretarias?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É... com relação às doações, ficou de responsabilidade da Defesa Civil. Então a Defesa Civil captava as necessidades de todos os órgãos, por exemplo, máscara pra todos os órgãos de segurança pública. Todos os órgãos essenciais do Estado receberam máscaras que foram doadas, álcool, a saúde também, né? E como a gente conseguia fornecedores, a gente também repassava... Existe uma estrutura lá, um... um conjunto de pessoas que repassam essas informações do que é captado e de... e os, os fornecedores pra Secretaria de Estado da Saúde também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Coronel João Batista, o grupo de crise se reunia com que frequência com o Governador? E o que era passado para o Governador? Todas as informações que vocês decidiam eram de conhecimento do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nos primeiros dias as reuniões elas... elas eram diárias. Agora a gente não tem mais essa periodicidade, até porque assim, muitas das coisas que precisavam de regulamentação do Coes, precisavam de discussão, é... já... já estão mais é... adiantadas, né, esse processo. Mas... a gente discutia toda a questão da pandemia, né, e... e o ponto de vista...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Com a presença do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Com a presença do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ele sabia dos encaminhamentos, respiradores para comprar, hospitalais para fazer, enfim, tudo isso era de conhecimento do Governador?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – O que era discutido nas reuniões, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas, evidentemente que se...

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Todos os assuntos os assuntos relacionados a, a pandemia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Governador sabia. Coronel João Batista, o senhor soube que a Fiesc, que participava do GRAC também, junto com empresas catarinenses se ofereceram para trazer os respiradores para o Brasil somente com o custo de importação? Sem auferir qualquer lucro fazendo uma ajuda para o Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu fiquei, eu fiquei sabendo disso através da imprensa, que a, que a Fiesc queria fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas isso nunca foi discutido nas reuniões que a Fiesc participou no GRAC se colocando à disposição?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Isso nunca aconteceu de, de a Fiesc ofertar, pelo menos que eu saiba, doações. Eu vi numa matéria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não assinou documento nenhum junto com o Governador garantindo que a empresa Intelbras pudesse trazer ventiladores para Secretaria da Saúde ou para o governo do Estado?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não assinou?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor também não tem conhecimento disso?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhores, primeiro eu só vou aqui, até estava vendo o nosso colega Sopelsa na questão de se ater à compra dos respiradores, mas eu quero aqui evidenciar que é pertinente sim, entendermos esse mecanismo, afinal, dá a entender que esses mecanismos eram os mesmos. E aqui eu vou formular minha primeira pergunta ao Coronel, é importante, Sopelsa, entendermos qual era a sistemática, o mecanismo.

Porque o material que nós temos – e com o decorrer da CPI nós vamos debatendo – foi usada a mesma sistemática, o mesmo mecanismo, como bem disse aqui o João Amin, há relatos de que o próprio Leandro tinha vaga, mesmo não sendo funcionário do governo, tinha vaga lá. A relação, então, é isso que queremos entender.

Nós agradecemos a presteza e disponibilidade de estar hoje disponibilizando essas informações, mas algumas perguntas nós queríamos formular aqui para esclarecer essa névoa de informações que às vezes não chegam, como bem questionou o Deputado Milton.

O nosso depoente, por exemplo, diz que o advogado Leandro era representante de uma empresa. Qual era essa empresa?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Era a Mahatma Gandhi... alguma coisa. Mahatma Gandhi, eu não sei o nome completo, mas era essa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Importante. O mecanismo, esse mecanismo a sistemática do hospital Mahatma Gandhi... porque querendo ou não, pela documentação que nós estamos acessando tem uma ligação direta. Foi usado a mesma sistemática, os mesmos critérios para a compra dos respiradores?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ah! Eu não sei dizer, porque dos respiradores eu não participei de nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi. Qual era a sua participação nessas contratações? Até onde foi a influência da Casa Civil, a sua participação foi até que ponto?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Com relação, à... aos ventiladores eu não sei porque eu não participei de nada, não, não conheço o processo, não, não participei. E com relação a... aos hospitais de campanha, a contratação, não houve nenhuma participação da, da Casa Civil nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, então, essa responsabilidade da compra, daquele contrato foi exclusivamente sua.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi exclusivamente da Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Da sua equipe.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Foi uma solicitação da, da Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, eu quero entender. Alguns estudos mostram, por exemplo, o hospital de campanha do governo federal com custos muito mais abaixo.

Qual foi o critério usado para aquele... Uma compra fora da órbita, eu estou tentando entender até hoje, porque quase R\$ 80 milhões no hospital de campanha.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É porque assim ó, se fez comparação na... naquele momento de coisas diferentes, né? Se comparava, por exemplo, um hospital de Goiás em que não tinha os equipamentos, não tinha os insumos, não tinha o pessoal, né, para trabalhar 24 horas por dia, seis meses de, de coisa.

Então, assim, se a gente for avaliar custos, eu imagino que se nós tivéssemos prosseguido com aquele, com aquele processo, nosso hospital seria o mais barato em relação a custo do Brasil, em relação ao custo da, de UTI, à... vaga de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual foi o critério para esse hospital ir para Itajaí?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Ah, Isso aí a Saúde é que, que define. A Saúde definiu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Coronel Helton?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual é a sua relação como Prefeito de Itajaí?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Eu não tenho relação com o Prefeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi. Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Secretário, bom dia.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Bom-dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Só para esclarecimento de todos nós, o senhor afirma que, ou confirma que existiam nesse quadro do comitê de crise universitários ou cientistas ou alguma universidade, algum técnico, algum cientista da área acompanhava esse grupo até para dar orientações, para apresentar estudos que pudessem embasar as decisões de compra, sendo de hospital, de respiradores, do que fosse, ou eram apenas pessoas do governo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – O Grupo Gestor de crise ele é composto pelos integrantes do governo. À, existiu estudos, existe estudos ainda, né, depois eles foram aprofundados, foram melhorados, as metodologias, se agregou à... calculadora epidemiológica, uma série de, de coisas. Mas essas pessoas elas não trabalham dentro do Grupo Gestor, eles produzem trabalhos que embasam as decisões, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas, o governo busca esses cientistas, as universidades, alguém para se basear para tomar decisões?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Busca, busca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – São universidades catarinenses?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – São universidades catarinenses, universidade de fora de Santa Catarina e do exterior também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Que apresentam estudos para o governo?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Que apresentam estudos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sobre Santa Catarina?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sobre Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coronel, desde que houve o início de todo esse processo, até o momento em que foi realmente abortada a missão da construção ali do hospital, o senhor conseguiu observar nesse grupo de pessoas que o senhor falou que havia, foi criado um pequeno grupo para gerir a compra em si mesmo, né?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, esse grupo é pra, pra questão das doações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah! Das doações.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mesmo dentro do grupo das doações, ou do grupo da compra, o senhor conseguiu constatar ali, em algum momento o senhor observou algum fato que lhe pareceu ilícito e, se o senhor observou, o senhor comunicou isso a alguém?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não vi nenhum fato ilícito e, e a gente tentou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou irregular.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – É, não irregular. Tanto, tanto é que a gente tentou com a maior lisura, a gente conversou antecipado com os órgãos de controle. Nós, nós tomamos todos os procedimentos pra, pra que isso não houvesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E, eventualmente, se o senhor tivesse observado algum, a quem o senhor se reportaria?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Assim, ó, eu sou, eu sou o responsável pela Defesa Civil do Estado, então, existe a autotutela do, do Estado, da administração pública. Até por isso que a gente reviu os atos tudo né? A responsabilidade é minha com relação a Defesa Civil do Estado e se eu tivesse visto algum ato irregular teria tomado as medidas cabíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seria isso, muito obrigado.

Última pergunta, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É, eu tinha uma pergunta para fazer quando fui interrompido.

O senhor é coronel, então tem uma larga experiência e esse é o motivo da minha pergunta. O senhor acabou de falar que se visse algo errado detectaria e tomaria as medidas cabíveis necessárias.

O senhor não viu, nem sentiu, nem ficou desconfiado de nenhuma atuação por parte do senhor Douglas Borba, ou por parte do senhor Helton, ou por parte do senhor Tasca, ou por parte do senhor Luiz Felipe em alguma irregularidade?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não, não. Muito pelo contrário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Contrário?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Muito pelo contrário. Eu não, não vi a... ação irregular desses profissionais, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhuma?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Nenhuma insistência, nem nada?

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não havendo mais quem queira se manifestar através de questionamentos, Coronel, essa Comissão agradece a presença do senhor aqui.

Eu gostaria de pedir à assessoria que conduziu o Coronel e trouxesse o próximo a depor, que seria a senhora Karen Sabrina Bayestorff.

O SR. CORONEL BM JOÃO BATISTA CORDEIRO JÚNIOR – Muito obrigado pela oportunidade, até logo pros senhores.

(O senhor Coronel BM João Batista Cordeiro Junior deixa o recinto.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, pela ordem. Só o requerimento que eu havia feito verbalmente, anteriormente para o senhor, já foi protocolado na Comissão.

Eu faço um outro questionamento: seria possível o senhor Matheus nesse momento em vez da senhora Karen?

(Manifestações entre os Deputados fora do microfone.)

(Pausa.)

(O senhor Matheus Hoffmann adentra o recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom dia, senhor Matheus.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seja bem-vindo a nossa Comissão.

Eu gostaria de perguntar ao senhor se o senhor tem ideia do porquê que foi convidado para essa reunião nossa.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, Deputado. De fato, eu não tenho, não sei porque estou aqui, a... imagino porque eu seja Secretário Adjunto da Casa Civil, a... E o Secretário, o ex-Secretário Douglas Borba teve o nome mencionado aí nas investigações. Acredito que foi por isso, mas gostaria já de, de antemão, se o senhor me permitir, fazer algumas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, já que o senhor respondeu que não, que não sabia, e para auxiliar e esclarecer, somente auxiliar e esclarecer: fatos relacionados à dispensa de licitação nº 754/2020 pela Secretaria do Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed e da compra e aquisição dos duzentos respiradores pulmonares no valor de R\$ 33 milhões. Esse é o fato que pelo qual essa Comissão achou interessante ouvir o senhor aqui.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu já vou passar a palavra para o senhor.

É necessário que o senhor tenha entendimento que durante todo esse período o senhor vai estar comprometido com a verdade.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E também é necessário perguntar ao senhor se veio acompanhado de advogado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Não tem necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E também é necessário que eu informe ao senhor que se caso quiser usar o benefício de permanecer calado, é necessário que quando for feita a pergunta, o senhor seja explícito em dizer que prefere permanecer calado, porque o silêncio não passa nenhum indicativo de resposta.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Uma questão de ordem, senhor Presidente.

Se o Secretário Adjunto diz que não sabe o motivo de ele estar aqui, mas como que ele chegou aqui hoje? Como é que ele soube dessa reunião que está acontecendo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu fui intimado na condição de testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Através da intimação, né?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Na condição de testemunha eu fui intimado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Relator da CPI, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor continua como Secretário Adjunto da Casa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu... o meu pedido de exoneração eu já encaminhei, ainda não foi publicado. Eu ainda estou. Muito possivelmente deve ser publicado entre hoje e amanhã. Até porque a gente... a pedido do Secretário, do novo Secretário, Amandio, ele me pediu que fizesse algumas transições de algumas situações lá, mas a... acredito que até amanhã isso já, isso já esteja resolvido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, claro, é Secretário Adjunto da Casa Civil, obviamente participou desse processo da crise e acompanhou tudo isso aí, né?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não acompanhou?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, não. A... Eu queria deixar bem claro que eu não fiz parte do Coes, eu não... primeiro que não é atribuição do Secretário Adjunto da Casa Civil, então não fiz parte do Coes. Estive na Defesa Civil apenas uma vez, pra pegar, colher uma assinatura do Secretário Douglas Borba de um processo inerente à Casa Civil.

A... não conheço nenhum servidor da Secretaria da Saúde, nunca tive nenhum contato com nenhum servidor e muito especificamente com essa Superintendência, que é a de compras, licitações, enfim, essa que tá envolvida nessa questão da... da compra a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou perguntar para o senhor e o senhor vai ter a oportunidade.

Então, o senhor é Secretário Adjunto da Casa Civil e não participou de nenhuma forma nesses procedimentos da crise do Covid, compra...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, com certeza não. Não é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não participou de reunião...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que foi lá na Defesa Civil levar um documento para o Secretário Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Douglas Borba estava lá na Casa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nesse dia que eu, que eu tive lá sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lembra quando era isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não lembro, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não lembra o que ele foi fazer lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O que que o Douglas foi fazer lá?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O Douglas, de fato, ele participa do Coes. Ele era membro integrante do Coes. Por isso que ele tava lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o ex-Secretário Douglas Borba durante o processo de crise deu expediente na Defesa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Eu não posso precisar pro senhor qual foi o expediente que ele deu porque eu não sei. Até porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu perguntei se o senhor foi lá e ele estava lá.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Se o senhor puder deixar eu concluir. A... A hora que eu fui eu tava lá porque eu precisava colher uma assinatura dele, perguntei aonde é que ele tava e ele tava lá e fui até o Coes, fui até a Defesa Civil. Agora, o que que ele tava fazendo lá, qual era, qual era a... as atribuições dele dentro do Coes, eu não posso precisar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu não perguntei isso. Eu perguntei é se constantemente o Secretário Douglas Borba se encontrava na Defesa Civil.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não posso precisar isso. O dia que eu precisei uma assinatura dele, eu liguei e ele estava lá. Agora, qual que era a rotina dele... Isso é uma, uma coisa que eu queria deixar bem clara, assim, o Secretário da Casa Civil – assim como qualquer outro Secretário de Estado – ele tem as suas atribuições de Secretário, aquelas que estão estabelecidas em lei. O Secretário Adjunto tem outras, e assim como qualquer outro cargo comissionado dentro da Casa Civil ou de qualquer outra Secretaria tem as suas atribuições.

E a gente não pode confundir essas situações, né? E não é porque a, a, algum Secretário eventualmente participou de uma certa reunião, que os outros membros da, da Secretaria também vão tá.....

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu não estou falando de uma reunião, estou falando de dois meses. Estou falando de um período de dois meses, da crise do Covid e o senhor, Secretário Adjunto...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, o senhor não participou. Qual é... O senhor já teve outros cargos no Governo? Outros cargos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. No governo do Estado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do Estado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor assumiu o posto de Secretário Adjunto indicado por quem?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – A convite do Secretário Douglas Borba...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Que foi uma, que foi um... uma inclusive uma prerrogativa de todo o... que o Governador Moisés, e que já era uma linha de campanha dele, ele... deu a prerrogativa a todos os Secretários do Estado que escolhessem não só o seu Adjunto, como toda a equipe que, que na Casa Civil... na Casa Civil e nas Secretarias...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, então eu concluo o seguinte: Primeiro, o senhor não participou de nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor foi indicado pelo Secretário Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

E o senhor foi lá na Defesa Civil levar documentos para o Douglas Borba assinar.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Uma vez, nesses dois meses que o senhor tá relatando que, que eu também não sei precisar se é esse o tempo que o Coes teve reunido, em uma oportunidade eu tive lá na Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece o Douglas Borba de onde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Ah, é como o, o senhor sabe, ã... eu sou oriundo do Município de Biguaçu, o que hoje tá parecendo ser um crime, né, todo mundo de Biguaçu hoje me parece tá lastreado num, num crime por ser de Biguaçu. Mas, eu sou de Biguaçu, conheço o Douglas Borba desde o... do, da faculdade na verdade a gente se conheceu. A gente já advogou junto, depois disso ã, ele se elegeu Vereador, eu fui Secretário lá no Município de Biguaçu, mas efetivamente no processo administrativo, ã... profissionalmente em serviço público é a primeira vez que a gente trabalha junto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Biguaçu.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi Secretário de Biguaçu. Da Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De qual pasta?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui Secretário de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Naquela época o senhor tinha relação com o Secretário Douglas Borba, porque ele era Vereador do Município, certamente vocês se conheciam.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim, claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor conhece o senhor Leandro Adriano de Barros?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é a relação que o senhor tem com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – De conhecimento, apenas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca trabalhou com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – O Leandro foi Secretário de Saúde num período em que eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico no Município de Biguaçu. Mas, nunca tive relação próxima com o Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que não teve relação próxima com o Leandro, foi Secretário junto com ele...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber o seguinte: qual é a relação que tem o senhor Leandro com o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não posso precisar, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Saúde...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Eu fui Secretário de Desenvolvimento Econômico.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. O senhor foi Secretário do Desenvolvimento Econômico junto com o Leandro, que era Secretário da Saúde, junto com o Douglas Borba que era Vereador dentro Biguaçu, e o senhor não sabe qual era a relação?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu, eu, o senhor sabe todas as amizades que o Deputado Lima tem por ele ser Deputado no mesmo período que o senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu perguntei para o senhor. Eu não estou respondendo pergunta, quem está respondendo pergunta aqui é o senhor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Tá bom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não sabe.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não! Eu já respondi pro senhor que eu não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participa de Conselho Fiscal do Estado?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Participo

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Casan e Ciasc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor também está se desligando desses Conselhos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como provavelmente?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tive ainda uma conversa com os presidentes desses, desses, desses órgãos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor pretende deixar o governo do Estado e continuar como conselheiro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não... Eutô dizendo pro senhor, ainda que eu não tenho decisão formada sobre isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem indicou o senhor para esses cargos nos Conselhos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Quem indica é o Governador em todos os Conselhos, é um ofício assinado pelo Governador, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor ocupava dois postos: o de Secretário Adjunto, Conselho da Casan e Conselho da Celesc.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não. Ciasc, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso, desculpa. É porque está escrito errado. Então o senhor participou de dois Conselhos.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso. Assim como vários outros Secretários do Estado também participam, né, Deputado? E não é de agora, isso se a gente pegar todos os outros Secretários de Estado, a gente vê que todo Secretário de Estado participou de um, de um Conselho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor é Secretário Adjunto...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Participava de dois Conselhos. O senhor recebia remuneração desses três?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Recebi, recebo, aliás.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. E para ser Conselheiro...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Agora, eu só queria, só queria esclarecer que assim, eu ser con... eu ser... estar ocupando um determinado cargo no Conselho Fiscal, eu acho que não é objeto aqui da investigação dos respiradores, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Matheus Hoffmann, o objeto daquilo que está sendo investigado pela CPI ele está condensado nas perguntas da Relatoria e dos demais Deputados ali.

Ao término, o senhor vai poder ter as considerações finais do senhor e passar o parecer do senhor à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece a senhora Mariana Rabelo Petry?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Conheço, ela mora lá em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela tem posto no governo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Que eu saiba, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem? O que ela faz?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu sei que ela é advogada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Junto com quem?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Pela televisão, a gente sabe aí que ela trabalha com o Leandro, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o Leandro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Anísio Petry Filho, Popó?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Irmão dela, é uma pessoa que eu conheço, é meu amigo, joga bola comigo toda, todo, todo sábado inclusive lá no BAC.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba joga bola junto com você?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Joga também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Os senhores fazem parte do mesmo partido político, o senhor e o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso é notório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É notório né, se tá no, tá no site do TRE a gente faz parte do, do PSL, o partido do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Faz parte do partido do Governador junto com o Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o senhor me disse o seguinte: que não participou de nada na licitação, não acompanhou nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Reafirmo, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que joga bola com o Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor disse que joga bola com o Leandro, que é sócio do Douglas Borba.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, com o Leandro, não Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, mas com as pessoas que ali estão, o Popó. Joga bola com o Popó? Muito bem.

O senhor alguma vez conversou com Douglas Borba ou com o Secretário sobre essa crise que estava sendo instalada no governo, alegações de corrupção, o que saiu na imprensa. O senhor saiu na imprensa como amigo íntimo dos três, um círculo que tinha de amizades...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu sou amigo íntimo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho que eu vou concluir.

O senhor além de ser Secretário Adjunto, ganhou dois cargos de conselheiro, o que me parece que até não tem muita legalidade, o senhor foi presenteado com um monte de coisas no governo e o senhor não acompanhou nada? Nunca conversou com eles sobre esses escândalos: olha... o meu nome está aqui no jornal, minha fotografia está aqui na rede social, o senhor nunca falou nada sobre isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Olha, Deputado, primeiro eu queria esclarecer que não fui presenteado com nada. Em todos os cargos que eu assumi eu desempenhei uma bela função, ã... trabalhei bastante pra que tivesse êxito nessas funções, então, não foi presente nenhum, tá? Eu fiz por merecer e desempenhei as funções que, que estavam inseridas, ã... inseridas nas minhas atribuições.

Com relação ao Douglas, eu realmente conversei com ele, ã, perguntei dessa história toda e a, e a informação que ele me, que ele me, me, me... passou foram as mesmas que ele já prestou aí na, na televisão de que não tinha conhecimento, não tinha envolvimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não tem conhecimento de nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Foi a informação que ele me... que ele me passou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A gente tem conhecimento que o Leandro, o Popó e a Maria... Mariana Ribeiro Petry, eles circulavam dentro da Secretaria de Defesa Civil, dentro da Casa Civil, circulavam dentro da Secretaria da Saúde, circulavam na Defesa Civil...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só um minutinho que eu quero concluir. Essas pessoas circulavam dentro destes departamentos.

O senhor via eles lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu posso falar sobre a Casa Civil, né, que é onde eu exerci a minha profissão. Nunca vi nenhum deles lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhum. Agora, agora em outros setores eu não posso falar porque, primeiro, na Secretaria de Saúde eu nunca fui, nem sei aonde é que fica. Nem sei aonde é que fica. Na Defesa Civil eu fui nesse momento, onde estava acontecendo a pandemia e está instalado o Coes, eu fui apenas uma vez, pra tratar de assunto totalmente diverso do, do investigado aqui nessa Comissão processante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que me intriga, de verdade, é que se eu visse meu nome estampado em redes sociais, em jornais com vínculo de informação, com pessoas que estavam sendo acusadas de corrupção, obviamente, eu ia sentar com essa pessoa ia dizer o que está acontecendo? Por que o meu nome está envolvido nisso? Eu não quero meu nome estampado em jornais! Essa é a que se espera de um homem mediano. O senhor fez isso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu já relatei pro senhor que eu conversei com Douglas Borba sobre essa situação, perguntei pra ele: porra cara, o que que é isso? Ele disse: cara não tem nada, é a mesma informação que eu já disse na, na televisão, que eu não tenho envolvimento nenhum.

Com relação, com relação, com relação à minha... à minha conduta, Deputado, eu reitero aqui que não tenho nenhuma participação nisso. Nunca conversei com ninguém da Secretaria de Saúde, não conheço essas pessoas. ã... é bom reafirmar, inclusive, que já foi feito, que o... que o sigilo dos autos aí de todas as investigações já foram levantados e o meu nome em nenhuma oportunidade é mencionado. ã... recebi com bastante estranheza a intimação pra tá aqui hoje, e esse é um dos motivos aí que meu nome tem circulado aí nas redes sociais. Se eu puder concluir, Deputado...

SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor concluiu?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu posso concluir ou não Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, depois o senhor vai ter oportunidade. Eu só quero esclarecer para o senhor...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É que eu tô respondendo a pergunta que o senhor fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não está aqui na situação de acusado.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sim, eu sei disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor está aqui na condição de testemunha.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por isso que não tem esses documentos aqui, que tem aqui, o que acontece a gente também sabe, então, que o senhor não é acusado de nada. O senhor está aqui na condição de testemunha. Nós queremos saber como as coisas aconteceram, o senhor disse que não sabe nada, não viu nada.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não participei!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é Secretário Adjunto e não viu nada, não ouviu nada, não viu ninguém?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É que eu não faço parte do Coes e não era atribuição minha naquele momento tá participando

dessas reuniões. Como que eu vou relatar pro senhor uma situação que eu não presenciei?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o eminente Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, senhor Matheus.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Eu peço só que, diferente do que aconteceu com o Deputado Ivan, que o senhor responda as perguntas sem nenhuma informação extra, que não há necessidade.

Voltando um pouquinho, como Secretário adjunto, o senhor afirmou, e o senhor não tem obrigação nenhuma de responder, pode permanecer calado, se não houver a informação ou se não quiser dar, esse é o seu direito, o Aviso de Miranda dá essa prerrogativa ao senhor. O senhor falou aqui – tá na ata – que não conhece e não teve nenhum contato com nenhum funcionário da Saúde, no governo todo, em um ano e seis meses, cinco meses, um ano e sete meses, porque é desde a transição.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu com... na minha, nas minhas atribuições eu tive contato com o Secretário Helton, mas servidores da Secretaria da Saúde não é minha... eu não tenho contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O seu relacionamento com o Secretário Douglas, hoje, inclusive... é do mesmo partido, mas o senhor já desempenhou uma função em outro partido para o Deputado... para o Secretário Douglas. [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Como assim?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor trabalhou para o PS... para algum outro partido, a pedido do Secretário Douglas?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu já fui do PP, partido que o... que o senhor faz parte, já fui do PSDB...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – ...e hoje estou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Está respondido.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – E hoje estou no PSL.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor teve conhecimento, dentro do governo, qualquer órgão que o senhor tenha passado, de gabinete de *fake news*?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - De produção de *fake news*?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hm, tive pela imprensa, que parece que saiu alguma coisa na imprensa aí, que, que num grupo dos assessores, e tal, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O nome do Deputado Ivan foi mencionado nesse?...?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não... pelo, pelo, pelo que eu vi foi na imprensa, é essa a informação que eu tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E na informação na imprensa, estava o nome do Deputado Ivan?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não sei precisar se tinha algum... em algum Deputado envolvido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O meu nome estava?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não.

É... esse seu relacionamento com o Secretário Douglas, ele... essa sua conversa com o Secretário Douglas, ela foi... ela continua acontecendo?... Continua acontecendo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, faz alguns dias que eu não conversei com o Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É desde o...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Desde domingo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Desde que ele foi sábado para a polícia, o senhor conversou com ele?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Conversei com ele no domingo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – No domingo.

O que ele falou para o senhor? Algo que pode acrescentar aqui para a CPI?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, foi o que eu já relatei antes, que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor nunca desconfiou de nada?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quando saiu na imprensa o senhor ficou estarecido, que nem nós?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Desde a dispensa de licitação para a contratação de empresas de publicidade no período da pandemia, desde a iluminação da Ponte Hercílio Luz, a compra de máscaras superfaturadas, é... a contratação e o cancelamento do hospital de campanha e os respiradores. O senhor acompanhou tudo pela imprensa?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Tudo pela imprensa, Deputado.

O que eu posso falar pro, pro Deputado, e se eu puder responder, porque está dentre as minhas atribuições, que são os processos administrativos dentro da Casa Civil. Sobre esses processos eu posso responder com bastante tranquilidade, porque não tenho dúvida que lá os processos são feitos da forma mais zelosas possíveis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Obrigado, Matheus. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Matheus, bom dia.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Eu só fiquei assim um pouco curioso. O senhor trabalha como Secretário Adjunto da Casa Civil...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...que praticamente faz a gestão de todo o governo, e o senhor alegou aqui que não sabe nem onde fica a Secretaria da Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu, eu nunca tive na Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini.

(O senhor Deputado Valdir Cobalchini gesticulou que não falaria no momento.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria concluir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas.

Senhor Matheus, o senhor está aqui numa situação no mínimo nebulosa, embaraçosa, e a gente quer entender, porque a julgar aqui, olhando, ou parece tremenda incompetência ou corrupção.

Primeira pergunta: o senhor sabe as penalidades aqui se o senhor estiver mentindo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Sei, eu sou advogado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor está ciente. Muito bem.

O senhor participou de alguma reunião onde mencionaram a compra dos respiradores?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma, Deputado. Reitero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não tem...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...conhecimento algum.

O Leandro, ele tinha ou ele não tinha uma vaga no estacionamento da Defesa Civil?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hm, eu não tenho essa informação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O Leandro tinha sido funcionário da Secretaria da Saúde. O senhor tinha conhecimento, sabia disso?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Soube pela imprensa, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

Veigamed, qual é o seu conhecimento dessa empresa?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Nenhum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Uma pergunta que me causou aqui grande estranheza: você sendo Secretário Adjunto, ou seja, é normal que a Casa Civil transite em todas as Secretarias, o senhor nunca foi na Secretaria de Saúde?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É normal que o Secretário da Casa Civil, que tem algumas atribuições, exerça as suas atribuições, e o Secretário Adjunto, que tem outras atribuições – mas, se, se os Deputados puderem depois inclusive confirmar, tá lá na, na lei, na lei

do servidor público, e tá descrita quais são as atribuições –, as atribuições do Secretário Adjunto é a parte administrativa da Secretaria, não só da Casa Civil, todas as outras Secretarias de Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, somos do mesmo partido, eu mesmo interagi com vocês... com você em muitas ocasiões...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e sabia da legalidade, do poder que você exercia, deliberava contratos.

Por exemplo, um contrato nebuloso, não vou me ater a isso, mas aqueles R\$ 2,5 milhões de publicidade, estranhíssimo, mas não é o caso, não vamos a fundo, mas mesmo... eu o conheci e fui testemunha da sua participação, você não teve contato nenhum com o Secretário Helton?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, o meu contato... eu tive contato com o Secretário Helton em outras oportunidades, não no momento da pandemia, não em nenhum momento da pandemia, mas pra tratar de situações administrativas da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Você tem informação se o Secretário Douglas, na condição de Chefe da Casa Civil, participou ou do hospital ou da compra dos respiradores?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tenho essa informação, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu me considero aqui por satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sem perguntas, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Sopsela. Vossa excelência está com o microfone desligado. Pode falar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Sem perguntas, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria só concluir.

O senhor foi sócio do escritório de advocacia do Douglas Borba?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Fui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto tempo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum... Já faz algum tempo que eu não faço parte da sociedade, mas fui sócio aí por um... acredito que alguns anos, uns cinco anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cinco anos?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor, então por ter sido sócio do Secretário Douglas Borba, sabe como é a vida dele, sabe onde ele mora, o que ele tem, os patrimônios dele.

O senhor sabe se o Secretário Douglas Borba tem casa na praia, por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Ele tem uma casa na praia, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Uma casa na praia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tem um apartamento também em Biguaçu ou em outros lugares? O senhor sabe?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Apartamento eu desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele mora onde em Biguaçu?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Ele mora nessa... ele tá morando nessa casa na praia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Então, antes de concluir, eu queria pedir um favor ao senhor: o senhor deixe o Conselho da Casan, deixe também o Conselho da Celesc.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu não estou no Conselho da...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque a gente precisa de gente que tenha memória aqui...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Eu não tô no Conselho da Celesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para ser conselheiro do Ciasc ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, concluiu?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só vou fazer esse pedido para o senhor, como Deputado, para o senhor deixar também... Porque o senhor tem um problema sério de não ver nada, e lá no Conselho a gente precisa de gente que veja as coisas, tá bom? Mas é só um pedido.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Matheus, em questão de uns 52 dias, se não me falha a memória, foi decretado Estado de calamidade pública no Estado de Santa Catarina.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se não me falha a memória ou a conta mesmo, né?

Quais são as atribuições da função do senhor dentro da Secretaria?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – A minhas atribui... as minhas atribuições dentro da Secretaria é... a parte administrativa da Secretaria, pessoal, financeira...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por exemplo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Todos os contratos, todos é... gestão de todos os contratos da Secretaria da Casa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Gestão de todos os contratos da...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - ...Secretaria da Casa Civil.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por que eu comecei falando dos 52 dias, aproximadamente...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...que estamos na batuta de um decreto?

Foram feitas várias perguntas para o senhor, por todos os Deputados, né?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e a maioria delas negativava na informação de saber, conhecer, ter ido, ter frequentado, ter se envolvido, ter estado ou ter ficado na companhia de alguém.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Todas as perguntas negativadas, ou seja, nesses últimos 52 dias, não vou nem perguntar do último um ano e meio, mas nesses últimos 51 dias, o senhor pode exemplificar alguma coisa que foi feita pelo senhor dentro da Secretaria? Por exemplo, um contrato.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Vários contratos foram renovados. O contrato, por exemplo, que foi citado aqui pelo Deputado João Amin, da... da dispensa de licitação, dos R\$ 2,5 milhões da... da publicidade, foi um contrato gestado pela Casa Civil e, portanto, é, é atribuição do Secretário Adjunto, é... é... processo de licitação esse, inclusive, que foi já auditado pelos órgãos, inclusive está nesta Casa, nesta Casa Legislativa, foi auditado pelo Ministério Público, Tribunal de Contas e ninguém apresentou algum questionamento com relação a ele. Por que, Deputado? Porque ele é um processo totalmente diferente desse processo que foi apresentado na Secretaria de Saúde, seguindo ritos estabelecidos no Direito Administrativo, e que a gente tem convicção que o processo está totalmente correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E das atribuições no Ciasc e... qual o outro órgão, Casan?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor ocupava a função de conselheiro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - É... Conselho Fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso.

O senhor poderia explicar para mim o que, nesses últimos 52 dias, de atuação direta do senhor dentro desses dois órgãos, como conselheiro, no que o senhor colaborou lá?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Esse, esses, esses Conselhos, assim como todos os outros conselhos de empresas públicas aqui no Estado, eles acontecem periodicamente, reuniões, né? Quando são, quando os Conselhos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quinzenalmente, mensalmente?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É... geralmente mensalmente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Uma vez por mês.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Isso, exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E ali os conselheiros deliberam acerca de...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Deliberam, recebem, recebem as informações da empresa da... da... da consultoria, da auditoria, que... que todas essas empresas são obrigadas a ter, e aí deliberam sobre, sobre as contas dessa, dessa empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, se a gente fizer uma conta matemática dentro desses últimos dois meses, deveria ter havido pelo menos duas reuniões?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nas duas últimas reuniões... houve essas duas últimas reuniões?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Na Casan... eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, com a participação efetiva do senhor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – No Ciasc houve uma reunião remota, houve uma reunião remota, e eu participei, e na Casan não houve, não houve reunião nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E todas as duas funções ali remuneradas?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Remuneradas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Matheus, você tinha muito relacionamento com o Douglas. Como era o relacionamento do Douglas com o Governador? Eles eram apenas profissionais desde a gestão da campanha ou viraram amigos...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Um relacionamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...íntimos...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Um relacionamento é... de Chefe da Casa Civil com o Governador do Estado, que, obviamente, tem que ser um relacionamento próximo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas como é que?... Podes detalhar essa proximidade?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Um frequentava a casa do outro?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não tenho essa informação.

O Douglas é obviamente frequentava a Casa do Governador, o Governador vocês sabem...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, a Casa do Governador é a Casa do Governador. A casa pessoal?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não tenho conhecimento que o Douglas tenha frequentado a casa do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Tu acreditas que tudo o que o Douglas fazia o Governador sabia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu não posso precisar essa informação, eu não tenho essa... falar em acreditar, em...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Era difícil o Douglas convencer o Governador a algo?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu acho que não era papel do Douglas convencer o Governador e, sim é... eles discutirem as ações do governo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por exemplo, esse contrato que tu mencionaste, que não foi auditado ainda porque a gente não aprovou as contas do governo...

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - ...nem o TCE aprovou as contas do governo, eles podem até ser encaminhados para lá, tu tens muito mais experiência em ser Secretário do que eu.

Esse contrato da publicidade foi tratado direto com Douglas ou o Governador sabia?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – É... a... quem, quem trouxe pra nós a demanda foi o Secretário Douglas, que, na verdade, foi em uma conversa com a Secretaria de Comunicação em virtude...

O processo foi instruído da seguinte forma, Deputado: é... naquela oportunidade havia é... no início da pandemia uma avalanche de *fake news* que tomava o Estado, com um monte de desinformação, isso tudo tá relatado no processo – o senhor recebeu o processo, né? É... a partir dessa demanda, inclusive com várias, com várias comprovações de *fake news*, se verificou então a necessidade de ter um contrato, que até hoje o Estado não tinha gasto nada? e é bom que se deixe claro que nenhum, nada foi pago ainda desse contrato, tá? Não foi pago nem um real dessa publicidade ainda, o processo tá caminhando, tá nos órgãos de controle, a gente teve o cuidado de encaminhar para a CGE antes de fazer o pagamento de qualquer nota fiscal dele. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu acompanhaste a fala do depoimento do Luiz Felipe dizendo que o Douglas pressionava muito?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, não acompanhei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Está no Marcelo Lula o depoimento, inclusive.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não acompanhei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não?

A pressão do Douglas era uma pressão como? Como acontecia com relação às outras Secretarias, tu pressionavas também?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Obviamente não, até porque não era o meu papel ter esse contato institucional, esse é o papel do Secretário da Casa Civil, e não do Adjunto. É... eu posso precisar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas tu que alertavas o Douglas, por exemplo, está parado aqui na Saúde, temos que fazer isso andar, está parado aqui na Defesa Civil, temos que fazer isso andar.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, não era... não é o meu papel fazer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu não alertavas então o Douglas...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – ...a ele fazer esses chamamentos aos outros Secretários?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Com certeza, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E como é que era? eu te interrompi?, como era o relacionamento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu posso te... eu posso te precisar como era a conduta do Douglas nos procedimentos internos da Casa Civil, e entre outras Secretarias eu não posso precisar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E como é que era?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - É... é... ele era, ele dava bastante autonomia aos, aos, a todos os servidores. Ele pedia uma situação, eu dizia: olha, Douglas, o correto é fazer assim. Ele assim: não, faz como tem que ser feito. Isso é uma informação que eu posso garantir pra vocês, inclusive se tiver alguma dúvida vocês podem chamar aqui qualquer servidor efetivo da Casa Civil e eles vão... e eles vão confirmar essa informação pra vocês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Então essa informação que eu estou te passando, já que tu não tiveste conhecimento, do professor Luiz Felipe, Controlador-Geral do Estado, é de que o Douglas chegava até a ser mal-educado com ele. Isso aí tu não tiveste conhecimento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Não, porque eu não participei desse tipo de conversa, então eu não presenciei, eu não posso falar o que eu não presenciei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado, só uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Toda liberdade, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Um dia antes do pagamento antecipado, produzido pelo dinheiro na compra dos...

... pelo governo na compra dos respiradores, chegou aqui na Assembleia Legislativa o projeto de lei do governo pedindo autorização da Assembleia, ou seja, um PL, para que pudesse o governo fazer compras com pagamento antecipado. Esse PL aportou aqui no dia anterior do pagamento. E aí ele foi retirado pelo governo no dia seguinte e o governo fez o pagamento antecipado dos respiradores.

O SR. MATHEUS HOFFMANN – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sobre esse PL, já que isso é da Casa Civil, o que o senhor tem a dizer sobre esse projeto de lei?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Se o Deputado puder verificar depois o organograma da Casa Civil, a gente vai verificar que a Diretoria de Assuntos Legislativos, a Dial, esse órgão ele tá diretamente ligado ao gabinete do... do Secretário... do Chefe da Casa Civil. Os demais órgãos, financeiro, planejamento, RH, enfim, da parte administrativa, estão ligados aí ao gabinete do Adjunto. Desse, desse, desse processo eu não posso mencionar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - ...porque realmente não passou por mim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desse processo o senhor também não sabe?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, porque não passou por mim, Deputado. Como é que eu vou precisar de um processo que não teve... que não passou por mim?!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não, mas a Casa Civil era responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei do governo do Estado na Assembleia. Como é que o Secretário Adjunto não tem esse conhecimento?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não... o... Deputado, eu volto a reafirmar, a Diretoria de Assuntos Legislativos, que é ocupada por um Procurador do Estado, Procurador efetivo do Estado, ela tá ligada ao gabinete do Secretário, do Chefe da Casa Civil, e não tem ligação hierárquica com a Subchefia da Casa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Mas, Secretário Matheus, o senhor por diversas vezes acompanhou o Douglas aqui na Assembleia para tratar de projetos, relacionamento institucional com a Assembleia. O senhor não sabe desse projeto que o Deputado Ivan menciona?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Não, Deputado, esse proce... esse projeto não passou pro... pela Subchefia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor sabe o valor pago pelo governo do Estado já antecipadamente sem licitação, com dispensa?...

O SR. MATHEUS HOFFMANN - O valor, o valor é público e notório, todo mundo sabe que é R\$ 33 milhões, e esse eu acho que é o objeto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não, não, o valor total é mais, é público e notório e é mais do que isso, R\$ 33 milhões só para respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, o senhor pediu pela ordem, tem inscrito ainda o Deputado Cobalchini. Aí, posteriormente, eu retorno para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - São R\$ 46 milhões, isso apontado pela Assembleia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sem prejuízo para o senhor.

Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Secretário Matheus, eu tenho apenas um questionamento.

De tudo o que eu conheço, até porque fui também Secretário da Casa Civil, nos governos tem, e nesse também tem, grupo gestor.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - E todas as aquisições, principalmente de vulto como essa, elas precedem de autorização do grupo gestor.

Neste caso específico _ até porque a Casa Civil integra o Grupo Gestor -, da compra dos respiradores, houve a aprovação do Grupo Gestor para essa aquisição?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - O, Deputado, como o senhor... e é uma coisa que a gente tem... que eu gostaria de esclarecer, que muito se fala em Casa Civil, em Casa Civil, a gente tem que... que... dividir as atribuições, né? Por exemplo, a participação no Grupo Gestor é uma, é uma, é uma atribuição do Secretário da Casa Civil. O Secretário, o Secretário Adjunto, Subchefe, não participa. Eu não tenho... eu não tenho essa informação se passou lá ou não passou, Deputado. É... de fato, eu não conheço o, o, os trâmites internos dos processos na Secretaria da Saúde. Se... eu sei que é... a... existe uma legislação que estabelece quando que o processo deve passar no grupo gestor ou não. Mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - Na sua opinião, deveria ter passado e aprovado?

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu... eu não quero emitir opinião, porque eu não tenho opinião formada sobre isso, é... mas pelo que, pelo que eu ouvi falar, também em imprensa, tá, a Secretaria da Saúde teria autonomia pra fazer esse tipo de procedimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Consulto os Deputados que nos acompanham, o Deputado Sopelsa, o Deputado Milton Hobus, se têm alguma pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Satisfeito, Deputado Sargento Lima, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Demais Deputados?

Deputado João Amin, o senhor estava em conclusão.

(O Deputado João Amin acenou que não falaria no momento.)

O senhor [referindo-se a Matheus Hoffmann] tem um espaço de tempo agora para umas conclusões finais, que o senhor disse que teria algo a dizer, né? Se quiser utilizar desse tempo aí, pode ficar à vontade.

O SR. MATHEUS HOFFMANN - Eu gostaria... eu gostaria de reiterar, Presidente, que nesse período da pandemia eu, como

Subchefe da Casa Civil, realmente me limitei a exercer aquelas atribuições que são inerentes ao meu cargo, juntamente com toda a equipe da Casa Civil, é... e praticamos, sim, alguns atos de processo, de inclusive processos de... de atribuições de funcionamento remoto da Casa Civil, onde inclusive têm circulares, enfim, é... é... assinadas por mim, é... estabelecendo esses critérios, que eram realmente as atribuições do Subchefe da Casa Civil nesse momento da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Matheus, muito obrigado pela presença do senhor.

Peço à assessoria que o conduza à saída. E pedimos que traga a nossa presença o senhor Leandro Adriano de Barros. (Pausa.)

(O depoente Matheus Hoffmann retira-se do recinto. Após uma pausa, o senhor Leandro Adriano de Barros adentra ao recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.)

Senhor Leandro Adriano de Barros, seja muito bem-vindo a esta Comissão.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhor Leandro, após ser intimado para estar aqui presente, convidado para vir na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito, gostaria de fazer algumas perguntas e um encaminhamento para que o senhor mais tarde realize o mesmo.

O senhor foi convidado e sabe o porquê está aqui presente hoje? O senhor tem ideia do porquê foi convidado para esta Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por quê?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Pra CPI dos respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Certo.

Eu gostaria que o senhor falasse o nome do senhor completo, o endereço completo e a vossa data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Leandro Adriano de Barros; Avenida Delta Willy, nº 150, Bairro Beira Rio, Biguaçu; data de nascimento 06/05/84.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por gentileza, repita a data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Oi?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A data de nascimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - 06/05/84.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor também tem o direito de permanecer calado, mas para que o senhor utilize desse direito, o senhor tem que se manifestar: eu prefiro ficar calado ou não responder. Simplesmente o silêncio não configura como resposta.

O senhor está compromissado com a verdade?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Sim, senhor, falarei a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Com a palavra o Relator, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Leandro Adriano, bom dia.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem conhecimento que o Ministério Público entrou com um pedido de prisão preventiva ou prisão cautelar contra o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Prisão temporária.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Temporária.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor tem conhecimento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Tenho, tive acesso aos autos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor sabe as razões pelas quais o Ministério Público quer prender o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - Na verdade, vi que as razões foram em, em, é... relacionadas a uma mensagem, naturalmente que me colocou próximo da empresa, né, que está sendo investigada, mensagem essa que eu passei no dia 3 abril pra senhora Márcia, né, servidora então da Secretaria, por solicitação do senhor Fábio Guasti, que é representante e proprietário da empresa Meuale, a qual eu represento na área jurídica. E acredito que com base nisso, né,

é... é... o meu nome foi envolvido numa relação posterior à contratação da empresa Veigamed pelo Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, o senhor também representa a empresa Mahatma Gandhi?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como advogado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essas duas empresas, então... A Mahatma Gandhi foi aquela que participou e acabou vencendo e assumiu os cem leitos de UTI lá de Biguaçu. É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, na verdade sob o ponto de vista financeira, ela não venceu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas é essa empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É a empresa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela só não venceu porque o Tribunal cancelou, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade, sob o pon...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, muito bem.

Vamos então... para conhecermos o senhor melhor.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vamos lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é advogado em Biguaçu, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é proprietário do Barros Advogados Associados?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo. Quem compõe a sociedade de advogados com o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Compõe a Mariana, compõe o Lucas, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pode falar o nome completo, por favor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mariana Petry, Lucas Trajano, Felipe Gorges, Maicon, Guilherme Nunes, eu e a minha esposa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então é uma banca de bastante gente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, esses são os sócios, fora os associados que a gente tem fora, mas são relações pontuais.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um grande escritório de advocacia.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem uma carta de quantos clientes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tem bastante clientes, principalmente na área da saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na área da saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participa, auxilia na questão de licitações da saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Também, faço mais projetos, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia indicar uma dessas empresas que o senhor representa como advogado para participar de licitação, projetos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Hospital Mahatma Gandhi, por exemplo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Além delas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Ideas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Instituto Ideas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã-hã. Mais qual?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Instituto Maria Schmitt, Instituto de Saúde Plus, a Meuvale, também advogo de forma voluntária pro Lar do seu Doca, faço outros serviços voluntários também. Então é... não sei se é suficiente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos fazer o seguinte: o senhor disse então que tem uma boa carta de clientes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem ideia qual o faturamento do seu escritório de advocacia anual?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, na verdade quem faz o escritório meu de advocacia é um contador, que inclusive é Vice-Prefeito lá no Município de Biguaçu, né...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...do Partido Progressista, é... teria que ver com ele, a última, a última...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, eu sou advogado...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...eu sei quanto fatura o meu escritório.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto fatura o escritório do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Anual.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bruto ou líquido?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vamos botar líquido, se o senhor quiser responder bruto ou líquido.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha que... bruto acho que uns 90 mil por mês, 100 mil por mês.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – R\$ 90 mil por mês?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, bruto, né, fora as despesas, né?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...de escritório, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso só pra deixar registrado, né, não é um valor meu, é um valor do escritório, eu tenho sócios, eu tenho associados, tenho despesas diversas dentro de um escritório, de viagens, etc., né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É um valor bruto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Valor bruto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A residência onde o senhor mora é do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É minha. Eu tinha um apartamento na rua Cônego... Leopoldo Freiburger, que eu acho que em 2018 eu troquei, né, dei de entrada por uma casa em construção, voltei a morar com os meus pais, e até hoje ela tá financiada. E eu acabei me transferindo de um apartamento pra uma residência, nesse endereço que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Casa de praia, sítio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Meu pai tem um sítio, meu pai tem uma casa de praia, né, meu pai, graças a Deus, teve uma boa renda, né, depois de muito trabalho se aposentou, recebeu o PDV, na Conab ele trabalhava, e em razão disso, né, graças a Deus ele pôde nos dar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Qual o seu relacionamento com a Mariana Rabello Petry, o senhor Anísio Petry Júnior, o conhecido Popó?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A Mariana é advogada do escritório, né, eu acho que desde 2018, né? O seu Anísio eu não tenho muita relação com ele, eu acho que é o Popô, ali que ele... não tenho muita relação com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então vamos para as partes das relações.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber especificamente a relação que o senhor tem com o Secretário Douglas Borba.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS –Tã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês são de Biguaçu, a gente já sabe que o senhor foi presidente do... é presidente do partido do qual o Douglas Borba faz parte, é isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sou presi... eu, eu fui presidente do PSD.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – PSD.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Que é um outro partido.

Se me permite fazer um pouco de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, claro, é importante.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... minha família sempre foi vinculada ao PP e... o Douglas também. Eu nunca apoiou o Douglas no âmbito municipal pra Vereador, tá, principalmente. Em 2013 pra 2014 eu recebi um convite do Deputado Gelson Merisio pra ingressar no PSD, sigla que eu presidi, inclusive por... é... por convite do ex-Prefeito Castelo, então de Biguaçu, também fui cogitado a ser candidato a Prefeito pelo PSD, à época, juntamente com o PP.

Então a minha, a minha vinculação política sempre foi... é part...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Atualmente, qual é a sua vinculação política com o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Com o... com o Douglas Borba, eu tenho o meu cunhado que foi o primeiro suplente do PP juntamente com o Douglas, que foi o mais votado, né, e através dele teve uma aproximação com o Douglas, até porque na ascendência do Secretário, né, ele assumiu ao cargo de vereança, e a aproximação dele, política de amizade, é evidente em relação a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor tem uma relação de amizade com o Douglas Borba, grande?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sou colega dele, não vou negar que eu sou colega dele, agora, dizer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Colega.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...que eu o considero como amigo, eu não considero como amigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor...

Como assim, não considera como amigo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O que que é amigo pro senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu tenho vários amigos. Os meus colegas aqui são meus amigos.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, o senhor falou que são colegas, eu também tenho ele como um colega. Agora, amigo, eu não tenho ele como uma pessoa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele é só um colega?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Colega, colega político.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Jogam bola juntos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, jogo bola com outro grupo... É... eu fui amador...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E esse grupo faz parte do grupo de amizade do Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não consigo afirmar, mas provavelmente, indiretamente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece a família do Douglas Borba, frequenta a casa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não conhece ninguém da família?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não frequento a casa, conheço a... conheço a esposa dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...que é uma profissional médica.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a Mariana e o Popó, o que são do Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, a Mariana, na verdade ela tem um vínculo com outro partido, né, do PMDB, é uma família tradicional de Biguaçu; e o Popó eu acredito que tem uma, uma relação de amizade mais próxima com ele, né, com o... no caso com o Douglas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor nunca foi presidente do PP?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Presidente do PP, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem alguma sociedade com o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Formal ou informal?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, nenhuma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário da Saúde, em Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor, dois mil e...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Douglas Borba era Vereador nesse período?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Era Vereador, era Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor foi Secretário de Saúde...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e o Douglas Borba era Vereador.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos falar o seguinte, e o senhor me desculpe fazer essa pergunta...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Fica à vontade, estou aqui pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...é uma pergunta familiar. Mas a dona Iná...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...Adriano de Barros é sua mãe, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela trabalha onde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Trabalha na Secretaria de Comunicação. Minha mãe é servidora há quarenta anos do governo do Estado, efetiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Ela era da Secretaria de Comunicação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela foi removida para algum posto?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na verdade, né, minha mãe, se me permite falar um pouquinho dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Minha mãe iniciou há quarenta anos no governo do Estado, né? Ela foi reconhecida pelo então Governador Esperidião Amin há vinte anos atrás e ascendeu a um cargo político, né? Ela, na sequência, foi mantida no cargo pelo então Governador Luiz Henrique, foi mantida no cargo pelo então Governador Raimundo Colombo, foi mantida no cargo pelo então Governador Eduardo Pinho Moreira, né? E agora, com a reforma administrativa, a Secretaria de Comunicação, né, infelizmente, segundo ela, né, teve uma reforma, e essa reforma fez com que a Secretaria de Comunicação passasse pra Casa Civil e o cargo dela foi extinto e restou a ela uma função gratificada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho uma informação que ela faz parte da Comissão Especial de Licitação do governo, a sua mãe.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela faz parte como suplente, por conta de uma obrigação legal, não por uma... por uma... uma condição dela, ela sempre deixou muito claro isso pra mim, e... por ser efetiva e pela insuficiência de profissionais como efetivos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ela faz parte da Comissão de Licitação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela fez parte como suplente, se eu não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, pelo que eu entendi até agora, o senhor faz negócios de licitação, representa empresas, é advogado...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não na área de agência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...conhece o Douglas Borba.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não na área de comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, licitação.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, mas... atuação, atuação da área de comunicação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela, como Comissão de Licitação... ela, ela...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Shiii...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, doutor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Só para ver se eu entendi: o senhor conhece o Douglas Borba, diz que é

proprietário de um grande escritório de advocacia, o senhor tem (*ininteligível*) político, o seu cunhado é suplente ou?... Cunhado, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Suplente e agora Vereador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Suplente...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e agora Vereador no lugar Douglas Borba.

O senhor confirmou que a sua mãe participa da Comissão de Licitação e o senhor também disse que faz negócios com empresas... representa empresas de saúde e essas coisas.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o que eu disse foi o seguinte: minha mãe participa da Comissão de Licitação relacionada à contratação de publicidade do governo, não Comissão de Licitação do governo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe se ela ganha mais por isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu acho que é R\$ 300.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho informa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A informação que eu tenho aqui é que ela ganha quase R\$ 3 mil a mais porque faz parte...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, pela comissão, não. Ela tem uma função gratificada que não tá relacionada à Comissão de Licitação, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A comissão gratificada é em razão da função dela, né, como responsável pelo setor de comunicação, via é... fazendo, né, a vinculação, que ela tem a atividade dela, enfim, e sempre teve, principalmente nos últimos vinte anos. [*Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite*]

A questão da Comissão de Licitação, né, e aí depois vocês podem confirmar, ela deve receber uma função gratificada ali. Eu acho que uma bonificação por participar pontualmente de uma licitação quando o governo abre pra contratação de agência de publicidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe se o Secretário Douglas Borba ajudou a indicação dela, ele foi o responsável pela nomeação dela?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho esse ato! O senhor sabe ou não sabe?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se o senhor verificar o histórico das nomeações que ela tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu quero saber se foi o Douglas Borba que colocou ela nessa condição?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor, eu não sei. Mas provavelmente... É... é... com o atual governo ele passou a ser chefe dela, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã-hã.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Douglas... a sua mãe... o Douglas Borba é chefe da sua mãe? Era até...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim. Inclusive a reforma foi aprovada aqui nessa Casa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor pode... o senhor fez alguns contratos com a Secretaria, com o governo nos últimos tempos... a empresa que o senhor representa, o senhor fez alguma representação de empresa – vamos tirar o Covid, antes do Covid...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...antes do Covid...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Antes... o senhor fez algum contrato com o governo, o senhor representou alguma empresa em relações com o governo, contratos com o governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Eu tô aqui inclusive pra falar do hospital de campanha. Não sei se é isso que o doutor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, antes, antes.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor nunca fez nenhum contrato com o governo, não participou de licitação nem representou empresa, nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade a minha relação, a empresa ou as instituições vêm, participa da licitação, né, e eu entro depois pra assessorar, quando, eventualmente, alguma entidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, muito bem.

Eu vou repetir a minha pergunta, se o senhor não entender talvez os Deputados aqui...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Claro, fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...tenham entendido. O senhor...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu nunca representei na licitação alguma empresa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca antes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Com o Estado, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca antes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

É...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei se foi essa a pergunta, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber desse contato que o senhor teve com a senhora Márcia Pauli...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...no dia 2 de abril.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou seja, o dia que antecede à compra lá dos respiradores. Explica pra gente esse contato. A gente tem o contato aqui, se o senhor quiser ver eu posso mostrar para o senhor, mas certamente o senhor já deve ter falado disso aí, o senhor tem essa imagem. O senhor entrou em contato com a Márcia Pauli.

Eu quero que o senhor explique para a Comissão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como é que essa Márcia, que é superintendente de Compras, entrou na vida do senhor? Como é que isso aconteceu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

Então, eu recebi uma solicitação, até um pouco antes dessa data, doutor, em relação a uma solicitação então do Deputado, desculpa, do... do doutor Robson, né, que é... participa da instituição lá do Instituto Maria Schmitt, e ele me perguntou se eu tinha conhecimento do descritivo dos equipamentos que estavam sendo cotados para o Estado se Santa Catarina no que se refere à questão dos respiradores, né? E aí eu fiz contato com a Márcia, é... né, pra verificar se o Estado estava, como estava fazendo as compras de respiradores, e eu fiz contato com ela desde o dia... ali próximo dia 20, 21, 22, que eu acho que foi quando, de fato, houve essa, essa movimentação toda de compra, né?

Na sequência, o senhor... eu recebo uma ligação é... do senhor Douglas Borba, tá, me pedindo também pra verificar se eu tinha conhecimento para trazer respiradores para o Estado de Santa Catarina. Eu falei a ele que eu iria verificar, né, que eu iria verificar, e ele me falou pra falar com a Márcia, inclusive disse a ele que eu já estava falando com a Márcia e que eu já, inclusive, estava... é... tentando é... levantar algumas cotações pra contribuir, em especial a pedido do doutor Robson.

Nesse período de contratação, entre o dia 22 e o dia... praticamente ali, eu acho que o dia 1º, dia 2º...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 1º.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro foi o pagamento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

É... eu encaminhei diretamente é... uma proposta de R\$ 95 mil um respirador, através de uma empresa, né, cuja representação me pediu o doutor Robson, e por intermédio de um segundo colaborador ali, segundo fornecedor, em nome de Luiz Henrique... O senhor Luiz Henrique também fez uma proposta na ordem de R\$ 100 mil, sendo que essa proposta de R\$ 100 mil está formalizada como US\$ 19 mil, no WhatsApp da... da Márcia, com pagamento somente na entrega do equipamento, tá?

Então, essa participação minha, nesse período, foi encaminhar alguns, alguns orçamentos, que eu me recorde foram esses dois, seja diretamente a ela ou seja por intermédio do senhor Luiz Henrique.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

Então o senhor nunca fez negócios com o governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca vendeu nada pro governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...e, de repente, se eu entendi, alguém do governo pede pro senhor ajudar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o Douglas Borba pede para o senhor ajudar e a Márcia Regina, que é responsável por escolher a empresa, ou pelo menos por indicar a empresa, coloca o senhor na parada, assim, do nada?!

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, não foi uma situação isolada aqui do, do Estado, né? Algumas Prefeituras me pediram ajuda, tá? Algumas Secre...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas o senhor diz que nunca vendeu nada, de onde é que tem a *expertise* do senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pois é. A gente vem com uma relação... não, a gente tem uma rede de relacionamento, né? A gente vem com uma relação de pandemia no mês entre fevereiro e março, as pessoas muito preocupadas na questão da estrutura é... de serviços, de aquisição de equipamentos. Várias instituições muito preocupadas na questão do volume e a demanda que está sendo consumida, algo em torno de... uma projeção de dois, três meses estava sendo consumida em uma semana. Então todos muito preocupados, e aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas, Leandro, assim...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS - ... externaram...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro, eu já entendi isso, já vi a sua entrevista no SBT. Eu preciso compreender o seguinte: o senhor não tem *expertise* de exportação, o senhor não tem empresa de exportação, o senhor tem um escritório de advocacia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor nunca fez comércio com ninguém do governo e daí o senhor surge como um salvador da compra dos respiradores – e, depois, eu vou passar pra outra parte. É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, se eu fui o salvador ou se esperavam que eu fosse o salvador, não sei. O problema é que as propostas que eu encaminhei do respirador não foram selecionadas e, até hoje, eu questiono o motivo de que as propostas de 95 ou R\$ 100 mil não foram selecionadas.

Agora, eu não fiz o descritivo, né, eu não fiz as cotações, eu não determinei o pagamento antecipado, a forma de contratação não foi comigo, tá? E eu, simplesmente, fiz, sim, fiz o encaminhamento, pensando que eu estava colaborando com a situação do Estado e, hoje, eu me encontro nessa situação, doutor. Agora, é... respondendo objetivamente a sua pergunta, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Eu quero saber com relação ao Secretário Helton.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Helton.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor conhece o Secretário Helton?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Secretário Helton, né, nessa relação de pandemia eu tive a oportunidade de falar com ele por telefone.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só por telefone?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

O senhor se apresentou como representante da Veigamed?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... no dia 3 de abril o senhor Fábio Guasti me liga por volta das 18, 17, 18 horas - o senhor Fábio Guasti, ele é preside... ele é... proprietário do Grupo MeuVale, eu tenho um contrato com ele desde fevereiro do ano passado -, me liga um pouco preocupado e nervoso dizendo que pessoas no Estado de Santa Catarina estavam falando mal da empresa, do grupo dele, e se eu poderia fazer alguma coisa, se tinha

algum conhecimento, né, no Estado, etc., para tranquilizar a... as pessoas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que ele chegou no senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu tenho relação com ele através da MeuVale, doutor, o senhor Fábio Guasti.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim, sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá? Aí ele me ligou, então, pela relação que eu tenho aqui, com ele na MeuVale, ele me pediu e ele, com essas palavras, ele disse que representava uma empresa que recebeu uma... né, que foi vencedora de uma cotação, me falou em algo de duzentos respiradores e etc., mas foi uma conversa rápida, uma conversa um pouco nervosa por parte dele, e me pede pra eu fazer contato então com representantes do Estado, simplesmente pra que o Estado ficasse tranquilo que ele ia cumprir o contrato, que os boatos em relação à empresa dele, no caso, né, que depois se confirmou que não era, mas ele naquele momento estava avaliando, ele me disse que, que teria condição de entregar e etc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor participou efetivamente como representante da Veigamed nesse negócio? Eu tenho aqui as informações e...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, até, até, até o pagamento, até o pagamento eu não atuei em absolutamente nada da Veigamed. Após o pagamento, eu tenho esse contato desse empresário, que está relacionado a essa empresa MeuVale, agora a qual eu também represento, me falando essa situação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas o senhor falou pra mim que entraram em contato com o senhor pedindo, que o Douglas Borba pediu para ajudar, que a Márcia pediu para ajudar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, essa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando é que o senhor entrou nisso aí?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Essa... essa é dos EPIs, doutor, essa é dos EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã. Então o senhor já estava lá no EPI conversando com eles?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, o EPI vem depois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O EPI vem depois, se eu não me engano ali partir do dia 1º, tá? Eu recebi, a... eu participei dos respiradores no... ao encaminhar as cotações por intermédio de outros, de outros pedidos, que foram cotações que não foram aceitas. Eu não participei representando a Veigamed antes do dia 3, que foi o dia em que o senhor Fábio Guasti me liga e me pede essa, essa, até acredito, né, naquela avaliação, a gentileza de tranquilizar o Estado de Santa Catarina e foi onde que eu assim o fiz...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ... ao enviar as mensagens para a Márcia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor trabalhou como representante, me parece que o senhor virou a referência em compras emergenciais na Secretaria. O senhor trabalhou nos EPIs, o senhor trabalhou no Mahatma Gandhi - que a gente vai entrar agora também -, o senhor trabalhou na questão dos respiradores... O senhor virou referência nas compras do EPI, é isso que a gente está identificando aqui.

Eu quero entender o seguinte: em algum momento o senhor identificou que a Veigamed não tinha apresentado nenhum termo de referência desses equipamentos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É que eu não, eu não, eu não participei repre...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não participou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não participei, doutor. Até o dia do pagamento eu nem sabia o que que seria Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não achou estranho que o cronograma de entrega dos equipamentos, ou seja, eles fizeram o pagamento dia 1º, dia 1º eles fizeram o pagamento, e o contrato dizia que eles iam entregar o equipamento no dia 5, quatro dias, quatro dias.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor não achou estranho que uma empresa estava vendendo - diante daquela epidemia, diante de toda aquela confusão, China fechada, navio fechado, avião não circulando - um contrato para entregar o equipa-

mento em cinco dias que vinha da China? O senhor não achou?... O que o senhor achou disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não vi o contrato, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, o senhor não se preocupou disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, na verdade me liga o empresário, a qual eu tenho uma relação de confiança por advogar para ele em outra empresa dele, e, depois de formalizado o contrato, aonde eu entro efetivamente. Eu não tratei da... da proposta, eu não tratei da assinatura do contrato, não tratei nem desse... eu não sabia absolutamente de nada dessa transação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Então o senhor não sabia de nada.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Matheus Hoffmann. Esse... como é que é?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Matheus Hoffmann.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Matheus, esses dois, Secretário Adjunto e Secretário da Casa Civil, o senhor conhece os dois, né, são de Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De Biguaçu. ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Realmente o senhor conhece eles?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Vínculo... sempre tiveram vínculo político juntos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual foi a participação do Douglas Borba nessa compra de respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Comigo, ele... me ligou no dia... eu não me recordo, mas eu acho que entre o dia 21 e 22, me pedindo para colaborar, e eu falei que eu já tava falando com a Márcia e inclusive encaminhei essa proposta como eu falei anteriormente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não tinha *expertise*, o senhor nunca tinha relacionado com o governo, o senhor não tinha feito nada e o Douglas Borba pediu para o senhor ajudar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele sabe que eu trabalho na área da saúde. Não é que eu não me relacione com o governo, né? Eu trabalho pra outras áreas dentro da área da saúde, me especializei na área da saúde, e acredito que na visão dele eu poderia contribuir nesse processo de aquisição.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Até porque as empresas também que eu acabei encaminhando, eu as indiquei por intermédio das insti... das instituições que estavam também cotando com essas empresas.

Então, como o mercado praticamente à época 80% era especulação, muita gente quis vender algo que não se tinha... é... praticamente muita gente ficou preocupado também, né, naquilo que fosse cotar, que fosse pagar, enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Hospital de campanha.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso entender a mecânica do hospital de campanha.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o hospital de campanha...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor também se apresentou como representante legal da Mahatma Gandhi, que coincidentemente foi a vencedora daquela licitação emergencial que escolheu aqueles cem leitos de UTI que viraram problema.

Como é que o senhor chegou na Mahatma Gandhi? Como é que o senhor se apresentou na Defesa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... iniciou lá numa reunião da Amfri, tá, lá na região de Itajaí, um Prefeito de uma cidade fez contato com a gente pedindo pra avaliar uma proposta que, até então, estava sendo objeto de avaliação numa reunião – se eu não me recordo agora é... é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual Prefeito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De Luiz Alves, de Luiz Alves. Ele tava muito preocupado que estava sendo colocado em pauta uma... uma proposta de, se eu não me engano, R\$ 168 milhões pra um hospital de campanha, pruma gestão durante doze meses, com quarenta leitos de UTI e sessenta leitos de enfermaria. Me pediram pra

avaliar essa proposta, eu as avalei, avalei, né, e disse a ele, né, é, que ao invés de desembolsar R\$ 14 milhões por mês, o custo/leito estava muito acima do mercado e que seria interessante, né, dentro de uma composição financeira, o olhar também é... é... naquilo que me foi apresentado, daria pra fazer em torno de R\$ 9 milhões e alguma coisa mês. E eu respondi a ele dessa forma.

Tomei conhecimento que ele levou pruma reunião, na sequência, com os Prefeitos daquela região, me parece que a, a, a proposta, né, se declinou da viabilidade da implantação do hospital pelos Municípios, e foi aonde que me parece que eles solicitaram o apoio do governo do Estado para a implantação do hospital de campanha ali na região de Itajaí.

Então, me provocaram novamente e eu respondi dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas Borba voltou a procurar o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sobre o hospital de campanha, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, ele indicou para outras coisas, para o hospital de campanha, não?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Como eu falei, doutor, né, veio do... agora se ele falou lá com o Prefeito ou não falou, né, mas, enfim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse menino que estava aqui, o Hoffmann...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... ele, ele teve contatos com você com relação a, a esses hospitais de campanha?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – À compra dos EPIs?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Alguma vez...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. O Matheus, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Matheus, não.

Dentro da Secretaria... O senhor tinha trânsito livre dentro da Secretaria da Saúde?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nenhum?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhum. Desde da... da... da entrada do Secretário Helton, né, que eu considero uma pessoa muito fechada, né? Na minha avaliação não teria é... um conhecimento, pelo menos na minha avaliação, técnico pra estar à altura do cargo, é... inclusive, na condição de gestor, na medida em que você deixa profissionais, né, de alto gabarito fora, numa relação como essa, a exemplo o doutor Fábio, por exemplo, infectologista, doutora Cristina, né? Então tu começa a se questionar a forma e a condução que a Secretaria teve, não somente no processo de pandemia, mas, sobretudo, na gestão da Secretaria de Saúde, de Estado da Saúde no governo Moisés.

Então, eu praticamente não, só pra responder a sua pergunta, eu não tramitei, pratica... acredito que nenhuma vez nessa... nessa situação toda relacionada ao Estado, e apareci, de fato, agora, nessa situação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E na Secretaria da Defesa Civil, o senhor ia muito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na Defesa Civil fui na sequência é... provocado pelo Coronel João Batista para analisar os números que eu apresentei lá em Itajaí, sobretudo em relação a essa demanda do hospital de campanha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe como é que a Mahatma Gandhi foi escolhida? Foi por carta? Foi por correspondência? Eu tenho essa informação.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... o que que aconteceu? Eu tive uma reunião com... com o doutor João Batista, com o Coronel João Batista, é... me pediram, senti com alguns técnicos pra discutir o porquê que não era R\$ 14 milhões e o porquê que seria R\$ 9 milhões, o porquê de cem leitos, enfim. E, na sequência, falei pra ele um descritivo de, de, de, de, embora não concordasse, naquele momento, com a política de hospital de campanha, principalmente coordenada pela Defesa Civil, acho que esse processo deveria ser coordenado para, pela Secretaria de Estado da Saúde, mas eu senti uma relação muito distante entre o Secretário de Estado da Saúde e o Secretário

da Defesa Civil, né, onde a Defesa Civil mais preocupada em atender os Municípios e o Secretário da... da Saúde preocupada talvez com a questão estrutural da Secretaria, leitos, enfim.

Então, minha opinião em relacionada ao projeto, mas não sou eu que faço política de saúde, né, é... foi apresentar números naquilo que, eventualmente, o Estado queria a título de... de, de serviço na área da saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E a Casa Civil nesse rolo todo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não participava a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não estava presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não estava presente. Nesse hospital de campanha não estava presente, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que aconteceu com a compra dos EPIs? Foi o senhor que relacionou também isso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...representou a empresa que ganhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem sorte, né? O senhor... o senhor é um sujeito que faz negócios grandes, né, 70 milhões, 30 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Quem dera, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu sou advogado há vinte anos e para pegar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O senhor vai, o senhor vai...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tem muita sorte, né, nos negócios.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se o senhor me escutar um pouquinho o senhor vai ver o que aconteceu.

No dia 1º o senhor Douglas Borba me liga - por isso que... teve duas ligações, o respirador e do EPI. No dia 1º ele me liga perguntando como as, as instituições estavam conseguindo adquirir EPIs, se haveria necessidade de pagamento antecipado. Eu falei a ele que estava muito difícil, né, o mercado tava muito difícil, lá fora inclusive, essa a informação das instituições, tava todo mundo muito preocupado com a demanda, enfim. E... eu perguntei por quê? E ele me disse: não, a SES está me pressionando pra fazer uma compra é... na ordem de mais de R\$ 70 milhões, antecipado, eu inclusive, segundo ele, né, eu inclusive mandei um projeto de lei pra Assembleia pra pedir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele... quem falou isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Douglas falando pra mim: mandei um projeto de lei pra Assembleia é... pra pedir autorização da Assembleia para pagamento antecipado. Eu falei pra ele que era um absurdo, que não existe pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor alertou o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Alertei, alertei. Falei pra ele que ele iria comprometer não somente os Deputados, naturalmente, mas, sobretudo o Governador, e que na relação, né, principalmente na situação que a gente se encontrava, onde 80% dos fornecedores estavam tentando vender, na prática não existia mercadoria. Então eu alertei ele e depois tomei conhecimento que ele retirou o projeto de lei da... da Assembleia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas fez o pagamento antecipado?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, porque...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi feito, o senhor sabe (*ininteligível*).

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sim, houve o pagamento antecipado, porque eu tomei conhecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou algum honorários, comissão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, só...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já tô encerrando.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, mas se me permite, eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, depois, no final, o senhor pode concluir.

Eu já me dou por satisfeito o que o senhor falou, depois o senhor vai ter oportunidade de explicar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Claro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ganhou honorários, comissão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi prometido comissão para o senhor?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Honorários, nada disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Essas, essas empresas, a qual me pediram contato, eu não tenho relação direta, foi através das instituições que estavam cotando com esse tipo de empresa que fez contato direto com o Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que todas as propostas eram fraudulentas? Não tinha o CNPJ, não tinha endereço, a empresa não correspondia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aos respiradores, aos EPIs...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ah, os EPI...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...ao Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – As propostas que eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Mahatma, não, aos cem leitos de UTI?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A proposta dos EPIs eu posso lhes garantir, tá, lhes garantir que a importadora que ia trazer esse... é... esses EPIs, esses equipamentos, tem, não somente condição financeira, mas como estrutura. Ao ponto...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E os demais?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ao ponto de, doutor, se me permite, eles iam trazer a carga sem pagamento antecipado. A Secretaria estava cotando com uma outra fornecedora, né, não sei se posso falar o nome?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, claro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da senhora Ivonete Campos, né, se eu não me engano a empresa é IR Consultores, que tem, tinha essa cotação prévia, por isso que fizermos contato comigo, só que ela estava exigindo o pagamento antecipado.

Então o Estado de Santa Catarina ia desembolsar mais de 70 milhões também pra uma empresa que não ia entregar os equi... os EPIs.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E por que isso não aconteceu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso é um procedimento anterior a minha, né... eu, eu fui provocado, depois, né, porque ela tava, ela tava exigindo, segundo o que eu entendi da própria Márcia, na época, que a única cotação que ela tinha efetivamente seria com essa pessoa. Foi aonde que eu entrei, através desse outro importador, onde que o próprio importador garantiu a, a presença da carga aqui mediante o pagamento na entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, eu quero deixar para os meus colegas também trabalharem.

Eu compreendi muito bem qual é a sua função, o senhor virou uma espécie de referência, né, no processo de compra emergencial...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por um mês, né, doutor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... me diz o seguinte: o senhor então não teve conhecimento que as, que as propostas eram fraudulentas, que não tinha o CNPJ, que não tinha a assinatura de ninguém no documento, que todos os documentos que chegaram, chegaram depois da licitação. Isso tudo o senhor não acompanhou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação a respirador?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É. Em relação a respirador, ao Hospital Mahatma Gandhi...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, é que na verdade eu... né, eu participei... Por exemplo, na questão dos EPIs eu acabei indicando... não me cabe a eu conferir documentação, né, doutor? Me cabe...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me parece que à própria Secretaria conferir a documentação na forma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não viu concorrente, nada? O senhor não quis saber quem era o concorrente nada?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Em relação à... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – As compras?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me pediram uma indicação pra um fornecedor que teria uma condição de trazer um equipamento e eu falei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Leandro, o senhor fez uma proposta de 70 milhões, fez uma compra de 33 milhões, representou uma empresa, o senhor não quis saber quem eram os concorrentes?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor, não sei se vossa excelência...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não quis saber?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...não sei se vossa excelência não entendeu, eu não tava no ato comercial. Eu indiquei uma empresa do EPL, a relação foi com ela. O que ela vai cobrar ou não vai cobrar, o que ela vai conseguir ou não vai conseguir, isso é uma situação dela. Eu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quanto o senhor ganhou nisso tudo? O senhor não respondeu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não ganhei absolutamente nada... só incomodação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quanto o senhor ia ganhar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor ia trabalhar de graça?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu repito: eu recebo uma ligação de um Secretário, assim como recebi de outros, e outros também eu fiz a mesma coisa, né, de Secretários Municipais de Municípios pequenos, e procurei ajudar e contribuir nesse mês que realmente foi um mês muito difícil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, o senhor confirma então que trocou mensagens com a secretária (sic) Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é isso.

Obrigado, senhor Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – De nada. Fico à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado João Amin, antes de passar para o senhor, só gostaria de consultar o Deputado Milton Hobs e o Deputado Sopesla se eles se inscreveram.

(O Deputado Estadual Milton Hobs, por videoconferência, confirma a sua inscrição.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu também já estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

Com a palavra o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom dia, Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – O senhor falou que teve conhecimento de algumas situações, por parte da sua mãe, dentro do governo. O senhor já ouviu falar num gabinete ou numa equipe de *fake news* comandada pelo Douglas?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, o que eu ouvi é que tinha... na verdade eu ouvi, mas não exatamente da minha mãe, né, mas que tinham pessoas trabalhando na... em mídia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sabes quem são?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Conhece os irmãos Amorim, ali de Biguaçu?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Conheço, do, do Dona Festa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Oi?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Da empresa do Dona Festa, o Gustavo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não sei.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu acredito que seja.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

A relação do Douglas com o Moisés, como é que tu vês essa relação do Douglas com o Governador: íntima, profissional?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próxima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Muito, muito?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Muito próximo. Eu vejo eles...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Podias falar um pouco sobre esse termo próximo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, né, pelo que se comenta ele era um, um braço direito do Governador Moisés, né, que inclusive filtrava até solicitações aqui da Assembleia, né, Legislativa e, principalmente, também dos Municípios, mas eu considero ele com uma pessoa de confiança ou até então de confiança do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu achas que o Douglas fez alguma situação irregular nesse período aí do governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, doutor, eu não posso responder por ele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas tens experiência em governo, né, tu conheces bastante o setor de saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, sim, sim. Na área da saúde, né, que eu, que eu tomei conhecimento na relação dele, tá vindo agora à tona esse, essa questão do respirador. Mas numa situação anterior, principalmente na área da saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu acreditas que ele teve alguma participação em alguma irregularidade?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, não posso responder por ele, doutor, eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Como é que tu teves acesso à Mahatma Gandhi? Como é que vocês começaram?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu trabalho desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – 2017?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Depois do... da tua passagem pela Secretaria de governo da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É. Eu fui superintendente de Planejamento e Gestão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem te colocou lá?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O... Gelson Merísio e eu trabalhei pro João Paulo Kleinübing, Deputado Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. Foi indicação do Gelson Merísio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos do... É, ele juntamente com o Deputado, o então Secretário da Saúde, João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá. E tu terias alguma coisa a acrescentar dessa força toda que o Douglas fez com relação a respirador, hospital de campanha?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tu viste algo errado ali?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O, Deputado, a minha participação realmente, né, foi tentar contribuir encaminhando orçamentos assim. Agora, se ele, né, fez algo com alguma empresa, eu não tenho esse conhecimento, porque...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Além do Douglas, tu tiveste relaciona... é... contato com o Helton, com o Luiz Ferreira?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Helton eu tive é... é até importante a sua pergunta pra dar sequência, né, na, na questão do Deputado Ivan, eu tive... quando essa outra empresa, né, que de fato entregaria esses Equipamentos de Proteção Individual aqui, mediante a entrega - entregaria mediante o pagamento, não o pagamento antecipado -, o senhor Helton ele me liga, tá, ele me liga, me pergunta como é que estava o contrato, eu falei pra ele que não sabia, mas que a empresa teria condição de, de, né, de resolver, até porque não é uma relação comigo, é uma relação com a empresa, né, é uma relação de um valor até considerável, e naquele momento ele questiona o porquê que a gente não fez a contratação da empresa, que era essa empresa da senhora Ivone Campos, IR Consultores. Eu falei pra ele que eu não saberia, mas que procuraria verificar para lhe dar um retorno.

Liguei pro seu Luiz, que é o agente da ECB, que era essa empresa, perguntei a ele qual o... como estava o processo de, de, de, de, de transporte desse tipo de carga, e perguntei a ele, né, e ele falou que tava tramitando, que iriam cumprir o contrato e quando chegasse aqui no aeroporto o Estado ia lá, verificava todos os equipamentos e ia autorizar o pagamento.

Na sequência é... ele me passa o contato, pede pra eu fazer o contato com essa empresa de Brasília, porque segundo ele a empresa de Brasília teria dito que a carga já estava no aeroporto da China, aproximadamente doze a quinze dias, aguardando o governo do

Estado de Santa Catarina efetuar o pagamento pro pessoal de Brasília. E naquele momento foi um momento muito difícil porque todo mundo tava procurando absolutamente tudo, os Estados Unidos inclusive confiscando, né, equipamentos e até aviões.

Eu já duvidei, mas procurei, obviamente, obter a informação e, assim eu o fiz, ao contactar o senhor Luiz, pedi a ele pra dar uma atenção na carga, que segundo o próprio Secretário estaria disponível e etc. através dessa, dessa, dessa empresa da senhora Ivoneci Campos. A informação que eu tive do proprietário dessa segunda empresa, senhora... é... senhor Luiz da ECB, que não tinha carga nenhuma. Ele inclusive me ligou, né, de forma até um pouco preocupada, perguntando se o Governador do Estado de Santa Catarina queria ser preso. Até fiquei um pouco assustado e eu perguntei qual o motivo? Ele disse assim: olha, não existe carga nenhuma, não tem absolutamente nada. A pessoa simplesmente ficou nervosa quando falou que a carga tava na China, mas a minha empresa também tem escritório na China, eu precisava ver a carga, segundo essa empresa, pra efetuar o pagamento, né, porque o compromisso dele era trazer a carga e receber aqui.

E ele... e ele me ligou assustado dizendo que não dava pra garantir o pagamento de uma empresa que na verdade essa empresa não teria esse lastro para trazer esse tipo de equipamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, foi essa a relação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E tu percebeu, nesses últimos dois anos, o aumento de patrimônio do Douglas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Sim ou não, Leandro.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, acho que sim, sim, sim. Ele, ele, ele, ele foi prum condomínio, né, ele teve, ele... juntamente com a esposa, mas eu acho que quando a esposa foi pro condomínio, teve um boato que ele separou ali, mas eu não sei exatamente onde é a casa dele, e ele tem uma casa lá na praia de São Miguel, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Seria isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor, Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Eu queria me inscrever também, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está inscrito, Deputado Sopsela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Doutor Leandro de Barros, o senhor já confirmou que a sua empresa tinha contrato com o Hospital Mahatma Gandhi. O senhor poderia precisar exatamente a data?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tenho... eu tenho uma relação com o Hospital Mahatma Gandhi desde 2017. Eu advogo pra instituição. A instituição é de São Paulo, é uma instituição que já tem mais de seus cinquenta anos, né, que presta gestão na área da saúde pública, não somente aqui no Estado de Santa Catarina, mas sobretudo em outros também, e eu represento eles aqui, é... desde 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A doutora Mariana Rabello Petry também é representante jurídica do?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela tem 1%, doutor, é... na minha sociedade, desde 2018, que é uma forma, né, é uma prática da advocacia, né, a gente atuar como sócios e associados, e ela de fato aparece no meu contrato social.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor falou também nas EPs. Qual a empresa das EPs e se o senhor também representa essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... a empresa se chama ECB.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ECB.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ECB e Importação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – De onde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ela é do Rio Grande do Sul. Eu conheci, na verdade, nesse momento de pandemia, por intermédio do senhor doutor Robson, que é médico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Doutor Robson?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Doutor Robson que é... faz parte do Instituto Maria Schmitt, e ele que me apresentou que a

instituição estava cotando com essa ECB para trazer uma carga para o Instituto, e eu fiz o vínculo direto entre ECB e Secretaria nesse processo de, de aproximação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E o senhor lembra da data que... do contato com essa empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu fiz contato sobre respirador com a mesma, com o mesmo agente, e fiz contato, se eu não me engano, entre o dia 1º e o dia 2 do mês de abril com essa empresa através do senhor Luiz Henrique.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Luiz Henrique.

O senhor também já confirmou que o vosso escritório tem contrato com a empresa Veigamed. É... que data que é esse contrato?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, doutor, eu não tenho escri... eu não tenho é... isso talvez, né, de fato levou todo a esse contexto da minha relação, mas eu não tenho absolutamente nada com a Veigamed.

Eu fui, na verdade, né, levado a uma informação de um empresário de São Paulo, senhor Fábio Guasti, que é proprietário da empresa MeuVale e de outro, de outras empresas, mas em especial a MeuVale, a qual eu tenho um contrato com ele desde fevereiro de 2019, né?

Eu fui conhecer a Veigamed numa ligação depois de o Estado de Santa Catarina ter efetuado o pagamento a ela mediante essa ligação do Fábio, que me disse – e foi uma surpresa pra mim – que ele tinha essa ligação, que a empresa era do grupo dele e que então me pediu para que eu fizesse o contato. Mas, antes da data do dia 3, eu não conhecia a Veigamed. Não tem nenhuma relação minha com essa empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a sua relação com Fábio Guasti?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Profissional, vinculado a... aos negócios da MeuVale, que é um ramo de fornecimento de cartão de benefício, de vale-alimentação, vale-refeição, de teletendimento. Então, é... a minha relação com ele é essa, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor firmou contrato com essa empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei, firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...a

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Firmei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Desde

quando?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Fevereiro... fevereiro de 2019.

A minha proximidade, né, é, é, até tá sendo também objeto de vinculação, mas a MeuVale aqui no Estado de Santa Catarina ele tem o... o Gilliard Gerent, que inclusive é objeto também de investigação, né, e que tem um escritório e eu acabo auxiliando ele... a minha relação é mais com o Gilliard e o Fábio fica como empresário lá em São Paulo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E ele, Fábio, lhe pediu exatamente o quê?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele pediu, né, no dia 3, ele me liga e pede pra eu realmente tentar tranquilizar o Estado, porque tinha, tinha-se um boato que a empresa Veigamed era fantasma. E, segundo ele, a empresa Veigamed pertencia ao grupo dele. E eu fiz o que ele me pediu, depois de confirmada e consolidada já o contrato com a empresa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual a relação entre Fábio Guasti e o Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei, doutor, desconheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Em algum momento apresentou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Por intermédio...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...os dois?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Por intermédio meu, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor tem conhecimento de uma mensagem de WhatsApp enviada por Douglas Borba à Márcia Pauli lhe nominando como contato para tratativas de aquisição dos respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Na minha pessoa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso.

[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, como eu falei, ele, de fato, fez o contato comigo e pediu pra, pra eu ajudar

nesse processo. É... eu já estava inclusive falando com a Márcia a pedido do doutor Robson, do Instituto Maria Schmitt. Inclusive eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sobre os respiradores?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sobre os respiradores. Inclusive eu re... eu, eu, eu falo pra ele por telefone quando ele me liga...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas depois da ligação do Douglas a coisa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu já estava em contato, só que a minha proposta naquele momento não tinha nenhuma vinculação com a Veigamed.

A minha proposta, inclusive, deve tá registrada no WhatsApp dela, que é uma proposta de R\$ 95 mil, que é um valor, né, 70 mil a menos por respirador, que representa 14 milhões a menos, uma proposta final, e isso deve estar registrado no WhatsApp dela. Então, é, ele me faz contato, eu já estava em contato com ela, e eu fiz esse registro.

Além desse registro que eu fiz, acredito, pessoalmente, encaminhando a proposta por intermédio do doutor Robson, é, eu também tenho um registro, no dia 27 de março, por intermédio do senhor Luiz Henrique, que é o... o responsável pela ECB, que registrou uma proposta de 19 mil dólares no WhatsApp da... senhora Márcia, servidora, a... a título de aquisição de equipamento.

Ela colocou que infelizmente não atendia a especificação, né? Até interpreto que o infelizmente... porque ela tava lamentando, né, a... a... a escolha, talvez, do descritivo do equipamento, que na minha avaliação estava, sim, direcionado, tá? Mas, é... muito provavelmente ele deva ter repassado pra ela que eu faria contato e eu já estava com contato com ela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k., Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...fazer algumas indagações aqui.

A gente está aqui para esclarecer e tentar entender essa relação. E algo que está aqui matutando a minha cabeça, né? A sua mãe participa da Comissão de Licitação do governo; o senhor tem essa relação de amizade com o Douglas Borba; o senhor representa empresas de saúde. Tudo isso foi feito, assim, de forma voluntária? Como é que foi isso, essa... é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor indica, o senhor não tinha nenhuma remuneração sobre isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, um (*ininteligível*)... até pra reafirmar: a minha mãe, ela não é da Comissão da Secretaria de Administração (*ininteligível*)...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor admite que fica no mínimo um pouco nebuloso, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Vê... ao, ao primeiro olhar, fica, mas é, é, só repetindo, a minha mãe, depois os senhores podem verificar, e ela não está nessa condição, participando da Comissão, na condição de suplente, somente nesse governo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Os senhores podem pedir portarias dela, inclusive, de governos anteriores, exatamente por quê? É... não se tem... é... servidor efetivo suficiente pra, pra se montar uma comissão.

Ela participou, na condição de suplente, de uma comissão, né, pra seleção de agências de publicidade e não exatamente contratação de órgãos púb... de... por intermédio da Secretaria da Administração. Não passa pra ela, por ela, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas o senhor veja que ficou tão nebuloso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ficou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...ficou uma situação tão... estranha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o Ministério Público pede a sua prisão. Quais são as acusações?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado, eu... reconheço que ficou. Eu... inclusive, é... depois que eu recebi esse telefonema, né, e aí realmente a gente se coloca numa condição em que... o centro veio atra... pra minha pessoa, né? Porque, né, ainda que indiretamente eu, eu fiz e tentei contribuir nessa questão do hospital de campanha, né, por intermédio de um Prefeito lá de Luiz Alves... Eu tentei, é, é, ajudar na questão do respirador, mas na questão do

respirador, pode ter certeza, que a minhas propostas, inclusive, podem verificar o WhatsApp, são menores do que foram apresentadas, mas não... Mas foi uma forma voluntária que eu acabei encaminhando por intermédio de um fornecedor de uma instituição a qual eu represento, né? E a situação realmente chegou nesse momento.

Eu, eu, eu acredito que, e reforço, que os trabalhos do Ministério Público realmente estão sendo, à luz daquele momento, muito bem realizados, levantados, porque, de fato, depois da... da, do recebimento da ligação do senhor Fábio, ele me faz com que eu entre nessa relação da Veigamed, né? E acredito que essa relação que ele me colocou, numa ligação que eu tenho e... com ele numa outra empresa, né, absolutamente fora desse contexto, me faz entrar nesse processo do respirador. Porque até então eu não apareço, é... até a contratação, eu apareço encaminhando, é... é... propostas, né, eu acho que duas, três, menores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Leandro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Perdão. Senhor Leandro, está claro aqui que você é a ponte principal entre a Veigamed e o governo do Estado. Não vou me atentar à questão de hospital, mas o senhor é a principal ponte.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por parte do governo, por parte do senhor, é... qualquer menino de 14 anos acessa aqui o senhor Google e vai olhar o endereço da empresa e vai ver que é uma casa de massagem, é um prostíbulo na frente. Que se pesquisar os negócios, as transações financeiras da empresa no ano passado, chegou a R\$ 20 mil. Aí de repente... ou seja, tem alguma coisa errada, e muito errada nessa história – não quero aqui botar o boi na frente do carro, mas 33 milhões para uma empresa que o senhor fez a ponte, e essa empresa vende 33 milhões que... que são pagos adiantados para respiradores que... não sei se vocês acreditam em milagre, mas nunca chegarão.

Ou seja, então o senhor entende que é dinheiro público, é dinheiro do contribuinte e que nós estamos querendo chegar... Quais os critérios usados para isso? Ou vocês são muito incompetentes ou são extremamente corruptos, até me perdoe, mas são 33 milhões do dinheiro do contribuinte, o senhor é o principal agente que liga essa empresa, por intermédio de a ou de b... foi o senhor, o senhor é responsável, tem toda uma experiência, já foi Secretário, e aí se paga 33 milhões adiantados.

Vocês não fizeram uma pesquisa, qualquer escritório de advocacia, qualquer indivíduo... eu acho que eu, que vim do setor público, investigava a empresa, os negócios, olhava no Google, pelo menos. Vocês fizeram isso, pelo menos? Olharam no senhor Google o endereço...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...da empresa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor tá me colocando como? Como agente público? O senhor tá me colocando que participou da cotação, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quero entender de quem é a culpa, se é incompetência sua...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A culpa é do Sec... Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...se é corrupção do governo. É isso que nós queremos chegar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha (*ri*), concordo plenamente com as suas palavras, viu, Deputado, principalmente quando você fala que realmente tava direcionado, que realmente esses valores tão fora do mercado, que realmente esse equipamento não haveria necessidade de comprá-lo. Concordo e... e não, não, não retiro uma palavra em relação a isso.

O que eu peço retificação é naquilo em que me coloca nesse processo de contratação. Eu não represento a Veigamed. Quem representa, e o culpado dessa relação, é o senhor Fábio Guasti, que foi o agente que intermediou essa relação prévia, né, que posteriormente ao recebimento ele me contata...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...e eu apareço posteriormente.

Agora, é... é... tanto que se vossa excelência verificar nas mensagens que eu enviei pra Márcia, eu coloco que eu não, nem sabia que eles tavam participando, eu não sabia como iria acontecer, mas de fato assim o fiz, é, mandando as mensagens depois de consolidado o pagamento antecipado.

Concordo plenamente na questão da especificação, não haveria nem razão pra pagar antecipado, até porque, né, como eu tive

também acesso aos autos, a própria é... proposta da Veigamed não exigia pagamento antecipado de tudo, me parece que eles estavam exigindo 50%, 25 e 25, então... e simplesmente pagaram absolutamente tudo.

Agora, quem determinou esse pagamento, quem recebeu esse pagamento, quem foram os agentes que, é, fizeram o descritivo, me parece que essa pergunta, realmente, tem que ter a devida resposta. É... repito, né, eu entrei na sequência, fiz isso por solicitação do senhor Fábio e por intermédio da relação que eu tenho ele com a empresa MeuVale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, é evidente, ou o senhor é uma vítima e levou um grande golpe, né? Mas, ou seja, o governo ou o senhor tinham a responsabilidade de investigar, né, quem foi que deu essa autorização? Foi o senhor Secretário de Saúde, Helton? Foi a Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas o senhor entende que eu tenho responsabilidade... é... de investigar em que sentido, o... Deputado? Porque assim, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então o senhor não sabe de nada, resumido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor só fez a ponte da empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... é que na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor não se envolveu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...assim, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...porque o senhor liga para uma adjunta, que tem a legalidade para dar prosseguimento e celeridade nesse contrato...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não, absolutamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ela alega isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Se... eu, eu acredito que, né, pela, pela relação e cronologia das mensagens que se tem, em relação à Veigamed eu apareço depois de consolidada a, o pagamento. Eu não, eu não participei no procedimento prévio.

Agora, me cabe, obviamente, né, é... é... é... entender e compreender a sua fala no sentido de que deve ser investigado esse processo, dentro da especificação, o porquê e o motivação que se não comprou um respirador de R\$ 95 mil, de R\$ 100 mil, e se comprou um de 165.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha informações que algumas empresas aqui de Santa Catarina, como bem especificou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...certamente, vai que elas se ofereceram para buscar esse...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se ofereceram, sim, sim. Tanto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor tinha esse conhecimento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...tanto tinha, que... na proposta que me perguntaram sobre compra de respiradores pra hospital de campanha, eu ti... eu estava levando em consideração as empresas aqui no Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor entende que se torna ainda mais nebuloso, que se tem empresas catarinenses que querem ajudar a trazer isso praticamente de graça...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De repente vai fazer um contrato com uma empresa *fake*, que não existe, levar um golpe e pagar adiantado com 33 milhões?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendo perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – (*Ininteligível*) tem fumaça, tem fogo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É su...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Isso tem cheiro de corrupção.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É surreal isso. É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou prosseguir aqui, até para ser objetivo, né?

Fala-se, e a gente tem algum material de documento, de um acordão entre os Prefeitos da Amfri, que o senhor também seria o intermediador nesse acordo com esses Prefeitos, iniciaram-se as conversas, tem reuniões, tem material, mas a gente está aqui conversando...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ã...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e tem reuniões suas com Prefeitos da Amfri, está evidente, a gente tem esse material.

O que o senhor diz sobre esse acordo, sobre os Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se eu fui alguma reunião com os Prefeitos?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor intermediou uma relação entre Prefeitos e governo...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não, não. Não.

Na verdade, eu fiz uma análise técnica de uma proposta que a Amfri, através dos seus Prefeitos, tinha de uma outra entidade que eu desconheço, mas posso apresentar se for necessário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor teve reunião com esses Prefeitos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Eu recebi por telefone e WhatsApp a... a proposta, analisei a proposta em... pouco mais de duas horas, e falei a eles que a proposta que essa entidade de fora estava propondo pra aquela região estava totalmente fora de mercado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E foi isso que eu fiz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me salientar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E eu não participei de reunião, eu fiz esse, essa, essa, essa análise técnica sobre os números que foi apresentado então pra aquela região.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Permita-me aqui, Leandro, salientar ao senhor, como advogado tem ciência que faltar com a verdade... há punições para isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Totalmente, tô aqui, inclusive, à disposição pra falar a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim. Qual é a sua relação com o Prefeito Morastoni?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Nenhuma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Por que em Itajaí?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não sei. Eu, eu, como eu falei até pro Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Nós temos aí 295 Municípios...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...e de repente Itajaí...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite, Deputado. Até falei pro Deputado Ivan, é... é... eu, eu discordo da política de hospital de campanha, se fosse me perguntar o que eu faria numa relação de pandemia. Eu discordo. Agora, não me cabe eu opinar como gestor, né? Me cabe, naquilo que me vem, eu opinar. O que que me veio? Região de Itajaí, com a proposta de... de... de fazer um hospital de campanha, nesses moldes que eu comentei aos senhores, aos valores que eu também comentei, e eu disse que os valores estava muito acima do mercado. Foi isso a minha participação em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Leandro, o senhor já responde algum processo judicial junto aos órgãos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Respondi um pro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...de controle referente a negócios públicos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Não, até porque eu nunca tive essa relação, infelizmente, né... Estou respo... respondendo por isso (*ri*). Mas estou aqui, inclusive, até, né, como o Deputado falou que me viu a entrevista no SBT, é... estou enfrentando uma situação muito difícil, tá? Pra mim, em especial, mas pra minha família também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas sei da minha responsabilidade, é por isso que tô enfrentando toda essa questão de imprensa, e eu não vou me fugir, não vou me furtar a responder aquilo que for necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu vou finalizar, até porque eu sei que meus colegas Parlamentares também têm questionamentos, mas eu vou... eu sou obrigado a perguntar: o senhor é algum tipo de bom samaritano? Fez tudo isso na amizade, na camaradagem, se envolveu em todo essa... né...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...esse desgaste físico, emocional, psicológico, nos seus negócios, por amor, por...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor é algum tipo de bom samaritano? A Bíblia conta a história de um homem que era...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...bom samaritano.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu advogo pra algumas instituições...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não, mas essas pontes, essa indicação...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor se envolve no hospital de campanha...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nessa CPI, na compra de EPIs. Algo estranho, nebuloso, que a gente está a cada dia mais chegando perto...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...que cheira a corrupção...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...o senhor fez isso por amor, o senhor não receberia nada...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não receberia nada. Mas se, né, se vossa excelência consultar, talvez, né, pessoas em comuns da nossa relação, né, na área da saúde, vossa excelência vai verificar o quanto tento ajudar as instituições, o quanto eu tento ajudar os hospitais filantrópicos.

Trabalho pra algumas instituições que, inclusive, com muita dificuldade financeira, estão tentando sobressair em relação a essa condição financeira, né, de pandemia, a exemplo, por exemplo, desse hospital de campanha, que na minha avaliação deveria reforçar a nossa rede hospitalar de hospitais filantrópicos, que essa é uma opinião minha.

... é o que eu tenho a dizer. Eu realmente tentei ajudar, eu não tenho nenhum indicativo de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Vou finalizar com uma pergunta.

No mínimo a gente procura aqui saber essas informações, né, saber a verdade. Pelo que eu ouvi das conversas, o senhor certamente vai dizer que não sabe. O senhor não sabe de quem partiu a ordem para a compra dos respiradores? Partiu do Helton? Partiu do Douglas Borba? Porque um diz que foi o outro, o Helton diz...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...nas entrevistas que foi o Douglas; o Douglas diz que é o Helton. De quem é a culpa?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu, eu não posso afirmar e também, né, não... não sei até que ponto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – O senhor não sabe, no caso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não... eu queria... posso responder no que eu penso sobre isso?

Como eu falei, eu não sei se tem envolvimento ou não tem envolvimento o senhor Douglas Borba, o que eu posso afirmar é que a relação de compra, já participei, já estive na Secretaria, a responsabilidade do pagamento antecipado não é da senhora Márcia, é do Secretário de Estado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Seria o senhor Helton?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Senhor Helton. Quem que determina um pagamento desse volume? E não foi somente esse pagamento, né? Foi... me parece que também tem um movimento pra verificar outras compras que também foram antecipadas, e me parece também que seria uma outra compra na ordem dos EPIs, também na ordem de 70 milhões antecipados.

Então, a responsabilidade, até por conhecer a estrutura lá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom lhe ouvir, esclarecedor.

Eu me considero satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado, senhor Presidente.

Quero cumprimentar o senhor Leandro, agradecer pela presença.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Leandro, a primeira pergunta: o senhor é um profissional da advocacia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...o seu escritório é de advocacia. É... na sua formação da empresa ela tem *expertise* lá para assessoria em saúde ou representação comercial ou é realmente um escritório de advocacia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É um escritório de advocacia. Eu, em particular, tenho especialidade na área da saúde, né, sou pós-graduado em Gestão da Saúde Pública, em Micropolítica da Gestão do Trabalho em Saúde e Direito Municipal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desde quando o senhor conhece a servidora Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A servidora Márcia eu conheço... quando entrei na, no cargo de superintendente de Planejamento e Gestão, que é um cargo diferente ao qual ela exerce hoje. E conheço ela por ela ser, na época, gerente de uma superintendência... hospitalar, se eu não me engano, na época do então Secretário João Paulo Kleinübing.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E qual a sua relação pessoal com o ex-Secretário Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, a minha relação pessoal, né, eu não nego que tenho essa proximidade familiar por... em razão dessa situação pontual do meu cunhado, mas em laço de amizade é... eu pertencço a um outro, um outro grupo, um outro contexto, inclusive político, lá no Município de Biguaçu, mas não desconsidero que ele é um colega lá na região, né, de Biguaçu, todo mundo conhece. Atualmente (*ri*), ou o adora ou, né, ou não, né, principalmente diante do que tá acontecendo, mas eu nunca, inclusive, nunca o apoiei a título de... de, de pessoa, né, política, ali na na cidade de Biguaçu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor mora no mesmo condomínio que o senhor Douglas Borba?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o... eu moro num condomínio desde 2018 pra 2019 e acredito que recentemente, na verdade, ele conclui a residência lá, mas me parece que ele separou da esposa e só foi a esposa, parece que a esposa está morando sozinho lá, e eu não sei... eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor Matheus, que esteve aqui nesta CPI, disse que praticamente todos os sábados, é, vocês jogam bola junto. O senhor, Matheus, Douglas Borba... Isso confere?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele falou que eu jogo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não jogo bola com eles nos sábados. Eles são do outro grupo, acho que é um grupo do futebol lá, Galácticos, se eu não me engano. E quando eu joguei futebol eu joguei lá no Biguá, que é um... campo de futebol ali na Praia João Rosa. Eu não tenho relação de amizade com o grupo do Galácticos, que é ao que o Matheus e Douglas pertencem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O Juliano Barros é seu irmão?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ele ocupa cargo público?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ele ocupa... aqui na... Prefeitura de Florianópolis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ele não... é... foi indicado pelo Douglas Borba para um cargo na Casa Civil?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem certeza disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor, quando afirmou aí nas perguntas que o pessoal lhe fez, o senhor disse que o senhor atestou para a servidora Márcia, com relação à Veigamed, a pedido de outro empresário que o senhor presta... o senhor presta... serviço.

O senhor diz, numa mensagem de WhatsApp para a servidora Márcia: Conheço a empresa, nem sabia que tinha participado, fizeram contato comigo agora porque souberam desse movimento e perguntaram se eu conhecia alguém. E, daí, o senhor disse assim: De fato eu conheço. Eu conheço eles, e fique tranquila, vai dar tudo certo.

O senhor mandou essa mensagem para a Márcia?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Confirmo que mandei, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor induziu a servidora Márcia a ficar tranquila com um caso que o

senhor não sabia se era verdade ou não, simplesmente a pedido de um amigo seu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... Na verdade ele também não é meu amigo, né? Ele possui uma relação comigo profissional, no âmbito jurídico, ele é meu cliente, na verdade, numa outra empresa, e segundo ele essa empresa seria dele, do grupo deles, e ele me pede exatamente pra eu passar essa informação, até porque não me cabe cumprir o contrato, né?

Então, eu, de fato, mandei a mensagem. Ela até fala da questão... se eu pudesse encaminhar os EPIs junto e eu reitero ela que eu só tomei conhecimento dessa informação agora, inclusive tá registrado isso também no WhatsApp dela. É... eu reforço, inclusive na mesma ligação do Fábio eu peço a ele muita urgência na entrega desses equipamentos, eu solicito isso a ele, tanto que no dia seguinte ele... ele é chamado na Secretaria de Estado da Saúde, era um sábado pela manhã, e ele me pede pra acompanhar o representante da MeuVale aqui nessa reunião, exatamente pra tratar dessa situação, né, de entrega.

Eu falei a ele que eu não poderia ir, juntamente com o Gilliard, e o Gilliard acabou indo sozinho pra essa reunião.

Então, eu de fato fiz isso, né, talvez, é, é, é, é, teve essa primeira impressão da Márcia, mas, é, provocada pelo senhor Fábio Guasti, relacionado a essa questão da empresa Veigamed. Eu não conhecia a empresa, pensei, e ele tem estrutura financeira pra cumprir esse contrato, independentemente se a Veigamed é ou não é fantasma, acho que isso é importante também saber, que ele tem estrutura financeira e estrutura empresarial, e aquilo que eu conheço dele, e ele me passando uma garantia, eu acreditava que era a verdadeira afirmação quando ele diz que a empresa fazia parte do grupo dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor também enviou uma imagem da empresa Veigamed para... para a Márcia e se (*ininteligível*)...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Foi ele que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ... essa imagem é uma imagem falsa. O senhor tinha conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Que era falsa, não. Eu peguei a imagem que o senhor Fábio me encaminha e repasso à... à... servidora Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor está ciente que com essas atitudes o senhor, com a confiança que tinha da servidora, o senhor poderia estar induzindo ela a cometer um crime, porque o senhor estava avalizando algo que o senhor nem sabia que conhecia. Muito estranho.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha... olha... Deputado, se me permite, na verdade é... quem consolidou a assinatura do contrato, o pagamento antecipado, a descrição, a cotação, a seleção, não fui eu. Agora, se é crime eu receber uma informação do meu cliente para, na sequência, tentar dizer ao Estado de Santa Catarina que ele vai cumprir um contrato, me parece que não tem crime nenhum.

Então, eu acho que essa é a minha participação, eu tô aqui, né, disposto realmente a responder aquilo que for necessário, mas eu acho que até a questão do contrato, a assinatura e o pagamento, não tem participação minha. A minha participação existe e, e reitero que foi não encaminhamento dessa mensagem, mas eu des... desconheço uma indicação de crime por avaliar algo que, na verdade, o empresário tá dizendo que vai cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas esse empresário não foi o empresário que vendeu.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Mas eu, eu não participei, doutor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Nem faz parte do contrato social da empresa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Aí, aí me ca... aí cabe quem contratou, quem firmou contrato, analisar se o Fábio não, não representa. Provavelmente pro Fábio estar ali, né, algum contato ela tam... ele também teve com a Márcia.

Agora é... é... confesso, né, que em parte tenho que lhe dar razão, porque realmente essa questão, né, do, do, do, do, do descritivo, do pagamento, dessa relação... Agora, a minha fase que na verdade eu, eu acabei encaminhando essa mensagem, já estava consolidada a contratação, o pagamento já tinha sido realizado, né?

Então me parece que, é,, a minha mensagem, ainda que sem efeito, com efeito de tranquilizá-la, no dia seguinte ela tava chamando o representante da empresa, que também, na minha avaliação, o senhor Fábio, de forma talvez até maldosa, encaminhou não o... representante da Veigamed, encaminhou pro representante da MeuVale, que nada sabia sobre a Veigamed, e ele representa a instituição também sabendo absolutamente nada, entendeu?

Então assim é, é, é, é... realmente foi uma situação que aconteceu. Esse, esse menino, que também foi pra essa reunião, é, infelizmente também tá nessa situação, mas eu acredito que o grande responsável por essa... posso dizer lambança desse processo inteiro, desde o início até a contratação, até o pagamento, até a entrega que nem... não sei nem se vão... como é que tá essa questão da entrega, se chegou cinquenta ou não chegou, mas... é... a minha participação se limita nessa situação. Eu não contratei, eu não paguei, eu não escolhi e eu, inclusive, contestei os valores, que na minha avaliação estão superfaturados, não haveria necessidade, não escolhi esse descritivo de equipamento e eu não participei desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor tem conhecimento da cotação que foi feita com a empresa de Joinville, que cotou pelos mesmos 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não tenho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...e depois a Veigamed utilizou essa cópia dessa cotação para fazer a cotação dela, inclusive deixando o nome dessa empresa. O senhor sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu, eu... na fase de contratação e, e deve estar registrado no... no teor da conversa que tive com a servidora Márcia, a cotação menor que foi enviada foi essa cotação de R\$ 95 mil, por intermédio meu, e provavelmente deve tá na... registrado no celular dela, ou por intermédio de um terceiro, solicitado pela gente, que é o senhor Luiz Henrique, na ordem de duzen... de 19 mil dólares, é... com pagamento, é... somente na entrega dos equipamentos. Eu não tinha esse conhecimento dessa... sei lá, talvez até esse conluio, aí, com essas empresas eu não... não tinha conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor trabalhou na área da saúde, eu, eu notei que o senhor tem conhecimento da área da saúde, inclusive comungo do ponto de vista de que hospital de campanha estava totalmente fora de propósito, inclusive defende isso.

O senhor sabia que Santa Catarina é o maior polo de importação do Brasil, o senhor tem conhecimento disso? O senhor sabia também que empresas teriam se oferecido para o governo para trazer esses equipamentos pelo custo, lá da China, somente com o custo de transporte?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu tinha... eu tinha conhecimento, é, embora não tinha autorização, né, da Anvisa pra trazer ainda, inclusive o próprio Senador Dário Berger é uma pessoa que, né, foi se... é, é, provocada pra contribuir nesse processo também.

Eu tinha conhecimento é... inclusive apoiava essa ação absolutamente, tanto que na... na, nas proposta do hospital de campanha, no quesito ventilador, a gente tava aguardando, porque a gente tinha informação que a Anvisa ia liberar a qualquer momento, e me parece que até agora não, não chegou essa informação e não sei se já se li... já foi... liberado a, a, a autorização pra... pra fabricação desses equipamentos. Mas concordo co...com vossa excelência que seria o modelo ideal, realmente a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, até para importar.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não só fabricar, como...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...como empresas que estão iniciando esse mês a fabricação com as devidas...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...autorizações, mas para importar sem auferir nenhum lucro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...importar pelo custo, e com o acompanhamento dos seus escritórios na China, para ter a certeza que iam receber os produtos adequados aqui.

O senhor não sabia disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não sabia.

Eu... eu fiz mais um contato, agora lembrando, eu fiz o contato com senhor Paulo, que tem uma empresa importadora ali de Taió, eu acho. Mas ele, na oportunidade, na questão dos EPIs ele não tinha essa condição financeira de o... desse valor pra trazer, então... eu acabei recomendando que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E por que o senhor acha que o Douglas Borba lhe ligou para que o senhor ajudasse na questão da compra dos EPIs?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, na ver... eu, eu acredito que a intenção dele era perguntar se tinha condição de comprar EPI sem pagamento antecipado, porque na sequência ele me pergunta... ele me fala sobre a questão do projeto de lei da... da Assembleia. E, aí, eu respondi a ele que não haveria necessidade de

pagamento antecipado e respondi a ele também, a minha avaliação, no que se refere à... é... ao projeto de lei, como eu disse, né? Então, acredito que ele me ligou pra pedir a minha opinião sobre essa questão da im... da, da importância ou não, desse pagamento relacionado a esses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado. Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Pois não. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, senhor Presidente.
Senhor Leandro...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Bom dia. Eu lhe pergunto, a empresa que o senhor representava, o senhor pode, por favor, citar o nome dele novamente?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A empresa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A empresa que o senhor apresentou a proposta.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Dos EPIs? É a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – (Ininteligível.)

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dos respiradores.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, é o senhor Luiz, da EC... da... é um agente da ECB, senhor Luiz Henrique, depois até... posso passar o contato pros senhores, tá? Eu acho que talvez...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Luiz Henri...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...talvez é importante ouvi-lo, porque realmente ele teve uma participação também importante nesse processo, aí sim no processo de cotação, senhor Luiz Henrique, e também o se... o doutor Robson, né, através de uma... de uma empresa que eu não me recordo, mas depois também posso passar o nome aqui na sequência, Deputado, e também posso passar o contato dele pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...confirmar as informações.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Essa proposta foi formulada por escrito para a Secretaria da Saúde?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, o que que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Além do encaminhamento seu pelo... via e-mail, WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, é... o que que chamou a atenção nesse processo, né? É... a ausência de formalidade legal pra cumprimento da legislação.

Simplesmente, é... eu fui provocado, como eu falei, né, pelo doutor Robson e fui tentar verificar o descritivo, a formalidade, se tinha alguma referência, e pela surpresa, e não acredito por má intenção, mas por boa vontade da servidora Márcia, né, ela concentrou no celular dela os pedidos que foram recebidos a título de orçamentos.

Mas o que... a informação que eu tenho é que não houve formalização nenhuma em relação a processos que deveriam ter sido deflagrados a título de procedimento... é... licitatório.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O senhor tinha conhecimento que a proposta do senhor Luiz Henrique ou da empresa que o senhor Luiz Henrique representa, era no valor de R\$ 95 mil cada respirador...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, a propos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...e que a...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Só uma retificação, se me permite, Deputado. A proposta do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, inclusive essa proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Dezenove?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, 19 mil dólares à época.

Inclusive essa proposta foi utilizada na sequência também como referência pros hospitais de campanha. É... e aí, né, até pra justificar, porque que 19 mil dólares, tavam falando aí em torno de cem, cento e poucos mil reais, e na proposta ali do hospital de

campanha estava 115. Porque nesse período ali de quinze dias entre o delay da... das cotações do... dos respiradores para a deflagração do, do... do hospital de campanha, a gente teve um aumento do dólar. Então por isso que, né, até, é... no câmbio aqui do real teve essa diferença.

Então do senhor Luiz Henrique, respondendo objetivamente, né, do senhor Luiz Henrique foi 19 mil dólares, é... numa proposta dia 27 de março, dia 27 de março, para a senhora Márcia, e a do senhor... por intermédio da empresa, né, que foi encaminhada pelo doutor Robson, foi R\$ 95 mil. Aí eu não me recordo a data, mas foi no período de, de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – E só pra esclarecer... e só pra esclarecer, a do senhor Luiz, a informação, né, que me chegou à época, que o seu Luiz colocava o equipamento aqui, o Estado verificava o equipamento e pagaria depois. Se eu não me engano o do doutor Robson seria 20 ou 30% de entrada e 70 ou 80% na chegada. Eu acredito que seria essa a informação sobre a questão dos equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – O.k.

Mesmo tendo conhecimento que a proposta da empresa que o senhor estaria representando no momento teria esse preço de 19 mil, 95, 100 mil reais cada respirador, e a empresa que foi homologada o valor de cento e sessenta e alguma coisa, não tenho exatamente agora, isso não passou pela empresa que o senhor representa de questionar essa homologação? Apenas a empresa se...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...satisfez com a decisão tomada pela...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ...pelo governo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas as empresas questionaram. Todas. Algumas, inclusive, foram pegadas de surpresa com essa homologação.

Uma, inclusive, é... que acredito que é o senhor Paulo, ficou muito indignado, muito indignado, é... com a condução que foi levada a efeito pela Secretaria de Estado da Saúde. Mas de fato houve essa indignação por parte de quem participou dessa cotação.

É... infelizmente, é, em relação a esse valor e essa diferença realmente que, né, precisa ser explicada a motivação dessa seleção.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Doutor Leandro, mesmo que houve essa indignação, mas ninguém teve a iniciativa de fazer uma denúncia, porque caberia muito bem fazer uma denúncia e talvez se tivesse até evitado que o Estado tivesse feito esse investimento, pago antecipado, uma vez que a proposta da empresa que o senhor representava inclusive aceitaria receber os valores dos equipamentos após a entrega.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamen...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Aí fica um tanto quanto... fica pra mim uma dúvida, inclusive depois de vossa excelência informar ou dar uma tranquilidade para a Secretaria da Saúde da concorrente, que ela iria entregar esses equipamentos, que pudessem ficar tranquilos. Não fica, assim... não há uma...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É, eu deixo, eu deixo, eu deixo claro...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – ... (ininteligível) de culpa das empresas? [Transcrição: Rafael de Souza Milke]

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu deixo claro, inclusive na mensagem pra senhora Márcia, que eu não, né, recebi a informação naquele momento, né, eu até falo isso pra ela. Ela até me pergunta, eu falo assim, ó, recebi a informação agora, a minha condição com o senhor Fábio foi fazer com que ele, é... agilizasse a entrega, é... eu não sou conhecedor de equipamento, né? Mas a, cabe, na minha avaliação, investigar quem fez esse descritivo, quem aprovou o descritivo pra chegar num resultado.

Porque o senhor imagina, se a gente consegue tocar um hospital de campanha com equipamento de R\$ 100 mil, poderia também tocar uma outra unidade com o mesmo equipamento, né? E isso à luz de, de uma pessoa, né, que embora atue na área, mas não sou especialista em equipamento, mas lá fora é... a, a avaliação que se tem é que não haveria necessidade de um equipamento tão caro quanto o equipamento se... que se cotou.

Agora, é... repito eu não, eu não consegui atuar até o processo de, de, de pagamento antecipado como ocorreu, porque eu tomei como surpresa, eu não imaginei, tanto que quando provocado fui em relação à questão do pagamento antecipado, como, como eu disse na relação dos EPIs, a minha resposta foi que isso é um absurdo, né? Tanto que o próprio Secretário retira o projeto de lei aqui da

Assembleia, porque isto, realmente, no Direito Administrativo, é uma, uma situação, se for necessário, totalmente excepcional, e nós não tínhamos, e isso é muito importante frisar, a gente não tinha indicadores de saúde pra tamanha urgência da contratação. A gente não tinha uma alta taxa de ocupação de leito, embora todos muito preocupados, né, com a crescente demanda relacionada aos serviços no combate ao Covid.

Então, é, é, eu compreendo essa pergunta, mas eu não consegui obviamente atuar nesse momento entre a cotação e o pagamento, porque pra mim isso era até... no ramo Administrativo, uma forma amadora que se fez nesse processo de cotação. Agora, na medida em que você tem, eu até citei um exemplo numa, numa, numa pergunta que fizeram, né, a gente tá numa pandemia e o Estado seria como se fosse comprar um veículo, né, a gente tem opções de veículo no mercado, né, a gente tem o... veículos, é, que não, não vai te levar a algum lugar, nós temos veículos, é... populares e nós temos veículos executivos, né? Numa situação como essa se recomenda contratar ou comprar um veículo popular, né? Não um veículo executivo, me parece que o Estado, ele quis comprar um veículo executivo numa marca x e isso acabou gerando toda essa, essa situação na minha avaliação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Para finalizar, não ficaram claro para mim as propostas que foram encaminhadas pelo menos pela empresa que o senhor representa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, foram feitas por escrito? Ou você...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não. Foi, todas as propo... todas as...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Tem conhecimento disso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Todas as propostas que a SES estava recebendo era por intermédio da senhora Márcia, ao menos o que eu tinha conhecimento, porque no início eu fui atrás dos descritivos e da formalização, até porque tu tem que abrir um edital de cotação de preços, né? E me parece que não foram observadas as... essas, é... recomendações legais que a legislação exige, então é... a relação que foi, é, colocada naquele momento foi via mensagem de telefone entre o prestador, no caso o fornecedor, e agente, agente pública, que no caso representada pela senhora Márcia. Não sei se teria outros também, mas em especial nessa situação do respirador EPI, seria a senhora Márcia que fez o contato em relação a isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – No caso o senhor não sabe se pedia garantia, se tinha um cadastro na empresa que ia fornecer esses equipamentos...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deveria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Deveria ter, em absoluto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas ninguém solicitou?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Ninguém solicitou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito bem. Estou satisfeito.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Leandro, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu que agradeço, Sopesa, sempre bom ver o senhor.

Senhor Leandro, desde que o senhor sentou aqui, em quatro oportunidades, em quatro oportunidades o senhor citou uma situação de que por uma... a própria Veigamed teria partido uma proposta dela de um pagamento inicial de 50%. A própria Veigamed chegou...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e falou: olha, nós precisamos de uma entrada de 50%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O senhor me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, essa é uma pergunta que eu estou te fazendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor já afirmou isso aqui já.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então, eu, eu consultei aos autos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...até para verificar o que que aconteceu antes da minha entrada no contexto da fala que eu tive com a Márcia. Eu verifiquei, e eu não lembro as folhas, mas isso consta nos autos, que a... a Veigamed apresenta uma proposta é... de pagamento antecipado na ordem de 50% e depois me parece mais 25%, depois mais 25%, então seria 50% pra garantir a, a... o fechamento da... da ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, até porque quem nos assiste é... ela tá vendo uma relação de compra.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É aquilo que está havendo.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então, o próprio vendedor, a própria empresa que está vendendo faz uma proposta de uma entrada de 50%?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E a contrapartida do governo do Estado: não, nós pagamos 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, exatamente (r).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É isso?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É isso aí o que aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá.

Então foi sim, houve a primeira proposta inicial, o senhor também...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, é, é que eu tomei conhecimento agora, eu fu... eu, eu não participei da relação de negócios, mas ao... obviamente...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

É... ao fazer a (ininteligível) documento agora no processo, eu tenho a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá, então, houve uma orienta... então não partiu da Veigamed a proposta de 100%? Partiu...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Do Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Da proposta do Estado de Santa Catarina...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...o pagamento de 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Me parece que sim, porque se fosse cumprir a proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, só tem duas pessoas nesse relacionamento, o comprador e o vendedor.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se o vendedor...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O vendedor pede 50%...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O comprador oferece 100%.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá perfeito, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso não tem uma terceira pessoa nesse relacionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por duas oportunidades o senhor disse que houve e que constatou um superfaturamento do produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Se me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... eu... eu...eu não conheço o descritivo desse equipamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...porque primeiro que me parece que até vai ser alterado, não foi alterado e etc. O que eu, o que eu friso é que é... a relação da necessidade, até eu usei o exemplo do carro pra tentar simplificar, não haveria necessidade talvez

de comprar um equipamento como esse, embora eu não reconheça a... a especificidade desse equipamento, se ele vale ou não vale aquele valor, né? É como se fosse um veículo, a gente pode sair com o mesmo veículo, mas um pode tá no carr... no valor de 165 e outro de 100. O que eu... é, é... reitero, é que as propostas que foram apresentadas na faixa de 90 a 100 mil reais, são equipamentos que nos daria a mesma afinidade, finalidade desse equipamento que foi na ordem desse valor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas, enfim, constata-se o superfaturamento. Não existe uma condição de crime nisso, desde que haja um estado de necessidade do comprador.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso o senhor tem conhecimento.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por exemplo, eu posso comprar uma Aspirina a R\$ 0,10 e vendê-la a R\$ 1,00, não é crime...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A não ser que exista um estado de necessidade...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está lá no código (sic) 39...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...de Defesa do Consumidor, até nisso...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...pode se bater nisso lá dentro, desde que esteja acontecendo uma catástrofe, uma pandemia, uma epidemia...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Né? Então existe essa necessidade de se observar isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já que se foi oferecido por uma, uma... a contrapartida, o próprio Estado advogava contra si mesmo, em vez de 50%, 100%, sabedor que era de que ele estava pagando um produto que já foi lhe oferecido, inclusive aqui outros Deputados já estavam citando a possibilidade (*ininteligível*) maiores do que esse mesmo, a contrapartida do Estado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma: por duas oportunidades o senhor apontou o direcionamento da compra, para que houvesse o direcionamento da compra, como o senhor mesmo citou aqui, houve direcionamento, sim, direcionados à empresa Veigamed ali. Qual foi a participação do Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...nesse direcionamento?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque o senhor disse, eles, alguém, eles...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eles têm que ser alguém.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

É... até pra responder a sua pergunta, Deputado, nas duas fases, né? Pra haver um direcionamento a gente tem um descritivo que tá obviamente ligado a um determinado equipamento. É... comentários que teve em relação a essa condição que somente uma fornecedora teria esse equipamento, se eu não me engano em determinado local, né? Então, por isso que talvez foi provocado por essa linha. Agora é... a questão, né, do direcionamento, quem atuou lá fora na questão da contratação, da contratação naquele... no lançamento do... na negociação, me parece que foi o próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O próprio Fábio.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O próprio Fábio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E quem ia estartar o pagamento, que acabou ocorrendo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O sujeito que fala assim: paga. Seria?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pela hierarquia, na Secretaria, o pro... o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Helton Zeferino.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Helton Zeferino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seria ou é?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pela hierarquia é ele, é ele, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E quando que o senhor, só para conclusão, nós já vamos terminar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pois não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e daqui a pouco vou até consultar os Deputados para um intervalo de dez minutos. Mas só para conclusão.

Em que momento o senhor teve conhecimento assim, olha, foi celebrado o pagamento. Quem te noticiou, quem pegou e falou assim: olha, foi pago.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O, o senhor Fábio, ao efetuar a ligação no dia 3, às 17, 18 horas, 3 de abril, informando que ele venceu uma cotação e aí onde que ele me informou que ele venceu esse processo. Então eu tomei conhecimento somente nessa data. E eu... tanto que é, é, é... eu não imaginei que inclusive tinha sido antecipado, porque repito, eu falei com o Fábio dia 3 e no dia 1º tem o registro que dessa fala com o senhor Douglas Borba...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...a respeito dessa questão do pagamento antecipado, em que ele retira o projeto de lei porque de fato falou comigo e eu falei o que eu já falei aqui nessa Casa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eles, seria o Douglas e o Fábio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eles que, que eu disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Quando o senhor diz: houve a pressão...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...para se fazer a compra...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e houve a contraproposta do comprador, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que para mim foi numa situação inversa...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...que eu acabei de explicar, somente um idiota ia dar... podendo pagar 50% ia pagar 100% a vista...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem ver o produto.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas por isso que eu pergunto: eles é o Fábio...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu, eu não... eu confesso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e o Douglas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu confesso que eu não tenho conhecimento da relação do Fábio com Douglas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...não posso afirmar se sim e se não, mas é... é... a questão do pagamento, né, a hierarquia é a questão do Secretário da Saúde. Agora, se houve contato do Douglas com o Helton, se eles falaram alguma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Entre si...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...eu não tenho conhe...esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Seria isso.

O Deputado Fabiano da Luz com a palavra para encerrar. E, posteriormente, consulto os Deputados se ficamos acordados para um intervalo de dez minutos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, pela ordem, por favor. Pela ordem, senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pela ordem o Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Para justificar a minha ausência.

Nós estamos aqui em Rio do Sul num dia triste que perdemos um dos grandes empresários e baluarte da nossa cidade, o seu João Stramosk, e o velório dele se dará em uns minutos e eu preciso ir até lá.

Então, vou pedir licença a todos os colegas e ao senhor Presidente para me ausentar da reunião a partir de agora.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, e transmita os pêsames desta Comissão à família, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a palavra o Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Leandro, é...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Você conhece o sistema de compras, né, é advogado tem um escritório com vários sócios, então tem vários tipos de trabalho. E a gente sabe que para trazer um equipamento, produto, enfim, para importar, se a empresa, no caso a Veigamed, tem um comprador e ela tem um fornecedor, os próprios bancos nacionais garantem a liquidez do recurso, dão a garantia, liberam recurso, porque ele tem essas duas garantias de um comprador e de um fornecedor. Ou seja, não haveria nenhuma necessidade de em ela ganhando a licitação, o governo tem que pagar adiantado por esse produto, ainda mais se já havia a empresa feito a proposta de 50%, o governo liberou 100.

Não te estranha esse fato do porquê da necessidade e querer pagar adiantado por algo que se já está garantido?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – É... perfeito, Deputado. Me estranha, me estranha muito e me estranha ainda mais ao saber que tem outras compras que estão sendo objeto de... de análise por também serem é... considerados de pagamento antecipado, pelo menos eu acho que estão sendo noticiado isso, né? E... e realmente é incompreensível é... acreditar que, como bem falou o Deputado e Presidente dessa Comissão, é... você tem uma proposta de uma empresa, né, que ela diz, ainda que numa condição excepcional, que na minha avaliação não existe, é... então senão existe já não poderia nem pagar a entrada, mas se existisse era somente 50%, né?

Então... eu, eu concordo com as palavras de vossa excelência e, e infelizmente aconteceu dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tenho... posso, antes de o senhor suspender?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para finalizar, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu fiquei curioso agora. Acabei de receber uma cópia de uma comunicação de WhatsApp. O senhor mora no mesmo condomínio do Douglas Borba, certo?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso, eu... acho... alguém me perguntou...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, o senhor mora, né?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês têm lá um grupo de WhatsApp do condomínio?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A gente tem o... Condomínio Garden, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor acompanha esse grupo de WhatsApp?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – ...pouco assim, quer dizer, acompanha, né, a gente... minha esposa vê, eu esporadicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim.

É porque eu recebi aqui uma imagem de WhatsApp de que a esposa do Douglas Borba estaria perguntando aos condôminos se havia imóveis para vender lá no condomínio que ela teria interesse de comprar. O senhor teve acesso a essa?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu tenho acesso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero perguntar...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Posso, posso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe que o seu telefone tá...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, sim, eu posso ter acesso, provavelmente vai aparecer no meu telefone, mas eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não lembra?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Não, não lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De ter recebido...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não acompanho...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...essa pergunta? Há um mês atrás, que a família estava procurando terrenos para comprar no condomínio, casas?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – A família dele? Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, ela, a esposa dele?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não posso afirmar, mas provavelmente deve tá no meu celular, o... Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor encontrar, por favor, o senhor poderia encaminhar?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Claro, claro, perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Está à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Se me permitir a palavra, eu estou aqui acompanhando os questionamentos. É um questionamento apenas, não é só um anseio nosso, mas parte da população.

Até onde o Governador deu legalidade para toda essa loucura que aconteceu e que o nosso Estado está com manchete nacional – compras com índice de ilicitude? Até onde o Governador participou nisso, tem alguma informação?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, Deputado, eu não tenho essa informação. O que eu posso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ele participava? Perdão interromper, ele participava ou ele deu total legalidade pra?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Olha, eu, eu, eu, na questão da responsabilidade do Governador, né, me permita fazer uma consideração do que eu... penso sobre essa questão da relação dele com a Secretaria de Saúde, né?

É... como eu disse, não, não, não, não confio na pessoa do Helton como uma pessoa capacitada para estar à frente da Secretaria de Saúde, é... há várias reclamações de Municípios, de hospitais filantrópicos, até da própria Assembleia Legislativa na condução da Secretaria de Estado da Saúde, e me parece que ele sempre permaneceu no cargo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Agora se tem alguma ligação entre eles ou se ele tava no (*ininteligível*) ou não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ele deu uma legalidade para o Helton, então? Essa loucura toda de 33 milhões...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ele deu legalidade.

A gente sabe que no governo tem dois clãs, né? Tem os Esmeraldinos e tinha o Douglas Borba, que é a república de Biguaçu e a de Tubarão, ambas...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hm.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ontem o Deputado Kennedy fala da SCPAR, do Porto de São Francisco, e aí... dias tenebrosos quando nuvens tempestuosas estão no horizonte...

O Secretário Helton era ligado a quem, a que clã? Ao Douglas Borba ou aos Esmeraldinos?

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – O Secretário Helton ele era, ao que eu tinha conhecimento, de confiança do senhor Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Carlos Moisés.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não tinha nenhuma ligação pessoal com ambos?...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Eu não tenho essa... essa informação, Deputado. Mas a informação que eu tenho é essa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Leandro, primeiramente agradecer por ter vindo aqui, tá? O senhor, se quiser, a gente coloca à disposição alguns minutos para, se quiser, fazer uma exposição final, eu acho importante isso, e acredito que o senhor tenha algo a dizer...

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...sem ter sido perguntado por isso.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então o senhor fique à vontade. O senhor tem três minutos para as suas explicações.

O SR. LEANDRO ADRIANO DE BARROS – Perfeito.

Primeiramente queria agradecer a oportunidade de estar aqui, na condição de testemunha nesse momento, né, falar realmente a minha versão. Dizer que daqui pra frente continuarei à disposição dos senhores naquilo que for necessário ao meu alcance pra esclarecer tudo é... que houve principalmente em relação a minha pessoa é... apoiar os trabalhos dos senhores, apoiar os trabalhos do Ministério Público, que acredito que realmente vão encontrar a verdade real dos fatos no que aconteceu nesse período aí de contratação, numa situação muito difícil, num momento muito difícil pra todos nós, mas fica registrado aqui o meu agradecimento, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Eu que agradeço.

Suspendo esta reunião por dez minutos.

(O depoente se retira do recinto.)

(Ficam suspensos os trabalhos pelo período de dez minutos.)

Senhores Deputados, com a presença do Deputado Fabiano da Luz, do Deputado Felipe Estevão, do Deputado Moacir Sopelsa, que nos acompanha pelo link, e dos demais Deputados, Deputado Cobalchini, Deputado Ivan Naatz, já temos um número suficiente de pessoas para reiniciar a reunião.

(A senhora depoente Karen Sabrina Bayestorff Duarte adentra ao recinto e se dirige ao local indicado pela assessoria.)

Senhora Karen Sabrina Bayestorff Duarte, a senhora sabe o porquê foi convidada para participar da nossa reunião no dia de hoje?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu imagino que, como diretora de Gestão de Licitações e Contratos, seja para explicar como é que funciona o processo de compras dentro do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O som dela... a senhora vai ter que se aproximar um pouquinho mais e ver se essa luz verde está acesa *(refere-se à luz do microfone.)*

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tá acesa. Tá melhor?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, bem melhor.

Dona Karen, quero dizer que a senhora está aqui para esclarecer fatos relacionados à Dispensa de Licitação nº 754/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que resultou na contratação da Veigamed Material Médico e Hospitalar, tendo por objetivo a aquisição de duzentos respiradores pulmonares, num custo total de R\$ 33 milhões.

Eu vou pedir que a senhora fale o seu nome completo, seu endereço completo e data de nascimento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – É Karen Sabrina Bayestorff Duarte, eu moro na Rua Salvatina Feliciano dos Santos, nº 335, no Itacorubi, e a minha data de nascimento é 10 de dezembro de 82.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Karen, a senhora está acompanhada de advogado?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Karen, a senhora está compromissada com a verdade, tá?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então eu vou passar as perguntas agora ao Relator da nossa Comissão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tá certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro, bom dia, já um início da tarde, né? Obrigado pela senhora ter esperado tanto tempo, espero que a senhora tenha compreendido que efetivamente nós estamos num processo de investigação muito complexo, né, e que acabou consumindo um pouco mais do horário que a gente imaginava. Por isso agradeço a paciência de a senhora ter esperado até este momento, não foi porque a gente quis, foi porque efetivamente o... o momento exigiu mais tempo para as demais testemunhas.

Eu só queria alertar a senhora que a senhora foi convidada por mim para estar aqui, para nos explicar como é que funcionam os procedimentos administrativos, das licitações do Estado, porque nós recebemos ótimas referências da senhora como profissional competente, qualificada, alguém que efetivamente conhece os trâmites e tem compromisso com as contas públicas. Então, é por isso que a senhora está aqui, para nos ajudar a esclarecer como as coisas acontecem.

Considerando que o Deputado Cobalchini foi Secretário de Estado e tem muito mais experiência do que este Deputado em relação a compras, licitações, que passou por isso, eu vou passar a palavra para o Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Obrigado, Presidente. Obrigado, Deputado Ivan.

Cumprimento todos os Deputados neste reinício da reunião, cumprimento a servidora Karen Sabrina Duarte, eu não tenho o outro sobrenome, que é diretora de Gestão de Contratos da Secretaria da Administração.

Considero que seja a principal autoridade quando se trata de processos licitatórios para aquisição de bens e serviços para o Estado, né? Deve ser sempre a consultora, né, a quem todas as Secretarias, em caso de alguma dúvida, devem se reportar.

Iniciado o processo licitatório, neste caso aqui não houve o processo licitatório, houve a dispensa, né? O Secretário da Pasta tem que autorizar a abertura ou a dispensa? Queria que a senhora explicasse o início do processo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – No caso de um processo licitatório, o Secretário, ele autoriza a abertura daquele processo, ele depois assina o edital de licitação e ao final do processo ele homologa o resultado. Numa dispensa, cabe ao Secretário, ordenador primário da Pasta, ou a quem ele, é... subdelegar, é... a assinatura da dispensa. Precisa ser autorizada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Neste caso, o Secretário da Saúde tem autonomia para fazer a dispensa da licitação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem, tem total autonomia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Houve esse documento? Se houve, por que não foi feita a publicidade? Deveria ter sido feita a publicidade, a publicação em Diário Oficial da dispensa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, a... os órgãos eles têm autonomia pra licitarem, realizarem as suas licitações. A Secretaria de Administração ela licita de forma centralizada somente aqueles contratos que atendem a mais de um órgão. Então, no caso específico dos respiradores, a Secretaria de... de Saúde tinha total autonomia pra executar esse processo. E... a dispensa ela precisa ser publicada no Diário Oficial, Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Após instruído o processo licitatório e/ou a dispensa, o mesmo não deve ser submetido obrigatoriamente ao Grupo Gestor de Estado, conforme Decreto 049/2015, para aprovação?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Em 2017 o Grupo Gestor é... editou uma resolução onde ele dispensa as Secretarias de atividade finalística a essa autorização prévia pra execução da dispensa, da despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Em 2017 tem uma resolução...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem, se eu não me engano é 2017.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Deve ter sido assinada pelo Governador essa resolução. Hierarquicamente a resolução e o decreto, o decreto não está numa condição hierárquica superior? Não deveria ser um outro decreto para?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – É... a... a resolução eu não sei dizer se o Governador assina, acho que são os membros do Grupo Gestor, são os Secretários que fazem parte do... do Grupo Gestor, e como a... o Decreto 49 ele é um decreto pra regular as atividades do Grupo Gestor, essa resolução ela supre a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Seria, seria interessante que nós tivéssemos a cópia dessa resolução.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Presidente, eu solicito que seja anotado em ata para providências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Acatada a solicitação do Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Como ocorre a homologação do processo licitatório de forma eletrônica?

Eu vou complementar. O Secretário da Pasta não deve, obrigatoriamente, assinar digitalmente para a continuidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, ele assina. Ele homologa dentro... o processo licitatório, o pregão eletrônico, né, ele é, ele homologa dentro do sistema e ele assina a... a homologação digitalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esta formalidade... tens a informação se houve essa formalidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – O caso dos respiradores foi uma dispensa de... de licitação, então cabe ao Secretário assinar também digitalmente essa dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bem, todo esse processo, Presidente e Relator, o que foi formalizado, o que não foi formalizado, acho que requer que essa Comissão tenha.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está requerendo esses relatórios?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Está acatado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Após os atos administrativos da licitação o Secretário tem que dar o “de acordo” para que seja encaminhado o pagamento.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Antes do pagamento, o Secretário, nesse, obrigatoriamente, tem que autorizar que haja o...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum. Após a formalização da dispensa de licitação é emitido uma ordem de fornecimento na Secretaria da Saúde que deve ser assinada, também, pelo ordenador da... da Pasta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Em caso de alteração dos materiais licitados, por exemplo, a entrega de materiais ou equipamentos de qualidade inferior aos licitados... Qual o procedimento legal para se adotar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – O fornecedor ele tá vinculado àquela proposta que ele apresentou e que foi aprovada. Se ele solicita a alteração de marca daquele... daquele material, ele precisa, é... apresentar justificativa, e não é... não deve ser aceito o material de qualidade inferior, sempre tem que ter uma, alguma vantagem para a administração pública naquela... naquela troca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No caso, se o Estado aceita o material de qualidade inferior, tem que ter o correspondente desconto do valor? É possível que isso aconteça?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A... a boa prática diz que não deve ser aceito, porque ele tá atrelado àquela proposta e que se abra então um novo, um novo processo pra que se... aí, se apresente uma proposta... uma proposta alterada. A troca de marca ela é aceita quando ela é de... de equipamento de igual qualidade ou superior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A justificativa, neste caso específico, e se o governo tem adotado pagamentos antecipados sem o recebimento dos materiais adquiridos... Isso é praxe em tempo agora de calamidade pública em função da pandemia? Esse procedimento tem sido adotado? Largamente isso passa pela Secretaria da Administração? A Secretaria tem conhecimento disso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Esses processos, eles não passam pela Secretaria de Administração, porque os órgãos eles têm autonomia pra realizar essas... essas, essas aquisições do início ao fim. Então a Secretaria de Administração não se envolve. O pagamento antecipado ele não é um procedimento comum, ele não é um procedimento usual, embora exista a possibilidade, a permissão dentro da... da... da jurisprudência para que ele seja executado, não é um procedimento padrão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Hum, hum.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A pandemia trouxe esse assunto é... em voga, esse assunto veio muito forte no País inteiro por conta de exigência do... do mercado, mas ele não é um... um procedimento usual.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mas digamos que tenha... Isso aconteceu, isso é um fato, né? Para que aconteça essa excepcionalidade, o Estado tem que se cercar de todas as garantias. Neste caso específico não aconteceu, também isso é, certamente, mais uma irregularidade muito grave, porque o Secretário não pode dispor daquilo que não é seu. A senhora concorda?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, um pagamento antecipado ele exige uma série de garantias e cautelas pra que... é... Estados minimize os riscos ou se resgare de um possível... problema na entrega ou... e eu não... analisei a fundo o, o processo pra saber se nesse caso específico não houve essa... esse cuidado, mas o procedimento padrão é: que se cerque de todas as garantias e cautelas possíveis pra que face a essa necessidade os riscos sejam os mínimos possíveis.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa dispensa, esse ato de dispensa da licitação tem que ser encaminhado ao Tribunal de Contas, por exemplo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, todos os atos são encaminhados ao Tribunal de Contas, devem ser encaminhados ao Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Certamente que não foi encaminhado, porque não há a publicação do ato, não há publicidade. A publicidade dos atos é obrigatória.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim. No caso de, da dispensa de licitação é... ele deve ocorrer... Após a finalização da dispensa, obrigatoriamente esse, esse ato tem que ser publicado em Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – E encaminhado ao Tribunal de Contas...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tribunal de Contas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...pelo valor da aquisição, inclusive não apenas a aquisição, mas o pagamento antecipado, né?

Bem, eu me considero satisfeito com as respostas que aqui foram dadas. De minha parte, agradeço.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Só um minuto, Deputado Ivan Naatz.

Consulto o Deputado Sopesa se ele está se inscrevendo, pelo fato de estar remoto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mais para o fim, Deputado, mais para o fim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Gostaria de ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, o senhor com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo estadual... a gente sabe que a União tem uma orientação técnica expedida pela Controladoria-Geral da União para procedimentos licitatórios em geral. Dentro dessa orientação técnica da AGU, que é a 37/2011, existe todo um cronograma que as licitações da União devem perseguir, mesmo emergenciais. Há essa orientação, né, da AGU.

No Estado de Santa Catarina tenho conhecimento que a Controladoria-Geral do Estado editou a Orientação Técnica 02/2020. Essa Orientação Técnica também faz uma série de referências. A senhora conhece essa?...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Conheço essa referência. Muito bem.

Significa, a meu ver, que se tem uma orientação técnica, essa 02/2020, que todas as licitações do Estado devam percorrer essa orientação técnica. Isso é o que eu acredito.

Nós também temos a Lei nº 4.320/64, que veda os pagamentos antecipados – há uma vedação, tem uma lei expressa que veda o pagamento antecipado. A jurisprudência, o Tribunal de Contas da União, com o decorrer do tempo, foi criando situações excepcionalíssimas que permitiram, então, o pagamento antecipado. Então, o pagamento antecipado é uma situação excepcional, não criada pela lei, criada pela jurisprudência, obviamente excepcional excepcionalíssimo, né, casos extremamente complexos.

Eu diria o seguinte, se fosse dar um exemplo: uma coisa é dar o dinheiro antecipado para Siemens, para Philips, para GE, outra coisa é dar um dinheiro antecipado para uma empresa que não tem CNPJ, que o endereço é falso. Essa relação fica claro, porque o governo diz que a lei autoriza o pagamento antecipado, a lei não autoriza, quem autoriza é a jurisprudência em caso excepcionalíssimo. *[Transcrição: Camila Letícia de Moraes / Revisão: Bruna Maria Scalco]*

Estou fazendo esse relatório para a senhora concordar se, efetivamente, isso acontece.

Muito bem. A senhora tem conhecimento da Orientação Técnica 02, de 2020, a senhora também tem conhecimento do que aconteceu lá nesse procedimento, o pagamento antecipado, não tinha

a descrição técnica do equipamento... A senhora está acompanhando pela imprensa, até para a senhora saber o que está acontecendo. A senhora sabe por que essa...a senhora tem ideia - a senhora não estava lá - mas a senhora tem ideia por que essa instrução técnica, essa orientação técnica não foi seguida pela Secretaria da Saúde nessa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não, não, não posso afirmar, não posso falar por eles. Foi dada ampla publicidade pra esta orientação técnica. A Secretaria de Administração, tão logo se instalou a situação de pandemia, criou dentro do Portal de Compras do Estado um estado específico pro comprador lidar com a Covid, e essa orientação técnica foi disponibilizada lá, encaminhada por e-mail e encaminhada numa lista de transmissão no Whatsapp que a gente tem com todos os compradores do Estado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A gente divulgou o máximo possível essa orientação da CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, antes dessa compra os Secretários tinham conhecimento dessa orientação técnica, os departamentos responsáveis por compras do Estado tinham conhecimento dessa orientação técnica?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não tenho certeza desse, desse lapso temporal, o que que veio antes, a compra ou a orientação, mas tão logo a gente recebeu a orientação técnica da CGE, no mesmo dia a gente já deu publicidade a ela. Eu não sei se ela, se ela foi editada depois ou antes da, dessa compra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não sei...eu tenho, eu tenho a orientação técnica aqui, mas eu não tenho o dia em que ela foi publicada. A gente pode providenciar isso.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas essa orientação técnica é a que deve ser seguida?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Vamos imaginar o seguinte: eu tenho uma compra... dentro dessa Secretaria tem uma compra de R\$ 33 milhões que vão ser pagos, vai ser feito um pagamento antecipado de uma licitação feita em horas, em horas. Quem tem poder de fazer, de apertar o botão da transparência? Ou seja, essa transferência não aconteceria se não houvesse a participação do Pedro, do Paulo e do fulano, ou do órgão, se a senhora não quiser citar nomes; a transferência não aconteceria se não tivesse a aquiescência de fulano, fulano e fulano, ou do órgão, esse ou aquele órgão.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Como é que isso acontece? Posso fazer... a senhora podia explicar isso para a gente? Como é que isso se procedeu e por quem passou?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O ordenador da Pasta ele tem autonomia para autorizar qualquer despesa. Não tem alçadas de valor que subiria a outras instâncias para aprovarem. Então, é de responsabilidade do ordenador da Pasta autorizar essas despesas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, seria só o Helton, no caso, só o Secretário Helton? Ou o Fundo Estadual da Saúde, ou a Superintendência Estadual da Secretaria de controle de compras? Isso não teria que passar na mão de várias pessoas? Sem o carimbo de uma delas a coisa não teria acontecido?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Quem tem, por lei, a responsabilidade de autorizar despesas, de assinar tanto a dispensa de licitação quanto a ordem de fornecimento é o ordenador da Pasta. Dentro do órgão, eles podem se organizar com instâncias de aprovação para que ele se sinta seguro para fazer essa, essa autorização de despesa, mas a única assinatura que é obrigatória nesse processo é a do ordenador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Única assinatura, só ele tem o dedo ou digital, só com a digital dele vai passar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só com a digital dele pode passar. Como eu disse, dentro do, do órgão eles podem regrar outras instâncias de assinatura. Pro controle, tendo assinatura do ordenador, essa despesa está autorizada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mesmo no valor de R\$ 33 milhões?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Mesmo no valor R\$ 33 milhões. O ordenador da Pasta ele pode gerir a, a, o orçamento e o financeiro da, da Pasta, ele tem autonomia pra isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tem autonomia para comprar, pagar e escolher quem ele quer, tudo isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A escolha ela tem que ser justificada, então, ele não tem o poder de escolher, né. Numa dispensa de licitação ou ele vai ao mercado colher orçamentos e, aí, se opta pelo menor preço, ou ele abre um edital de cotação para que o mercado ofereça propostas e dali ele escolha o melhor preço. Então, a escolha do fornecedor ela precisa tá muito bem justificada. Ele não tem o poder de escolher; ele tem, dentro do cenário que ele avalia, ele justifica aquela escolha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tudo bem.

Para nós, para os Parlamentares e para Santa Catarina, a gente não consegue compreender como isso aconteceu dentro da Secretaria, nós não conseguimos compreender como isso aconteceu. E a gente olha a Procuradoria e a Procuradoria não se importou. A Procuradoria deu um parecer e não se importou; a Superintendência não se importou; o Fundo Estadual de Saúde não se importou. Então, o relatório de todas as pessoas que participam da Secretaria da Saúde ninguém se importou, todo mundo fez, ninguém se importou.

Eu queria saber da senhora, já para eu encerrar, qual o procedimento que a senhora recomendaria pra essa, para aquela ação: vamos comprar R\$ 33 milhões em respiradores. Qual o encaminhamento que a senhora daria? Mesmo na situação emergencial, nesta pandemia em que a gente vive hoje, qual o caminho que a senhora indicaria?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Só fazendo uma ressalva da minha fala anterior, Deputado. O ordenador ele tem a autoridade pra executar aquela despesa, só que dentro de um processo de compra existe a segregação de funções. Então, não pode a mesma pessoa selecionar o fornecedor, justificar, pagar e autorizar. Então, essa segregação de funções, ela deve existir. No final do processo, quem tem autoridade pra autorizar aquela despesa é o ordenador da Pasta, mas nesse meio do caminho são várias instâncias decisórias, porque o processo exige a segregação de funções.

No caso específico dos respiradores, eu não conhecia o cenário à época, cenário do mercado à época, mas me fica muito claro pelo que foi noticiado que a escolha desse fornecedor ela precisava ser mais justificada. Se, de fato, só havia uma possibilidade de compra naquele momento, toda essa justificativa ela precisava constar no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, eu estou satisfeito.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Muito obrigado.

Karen, boa tarde.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Diante de tudo isso que você viu e comentou, do conhecimento que vocês têm e de toda a área técnica e grupo gestor, ninguém tentou barrar uma compra dessas ou alertar os riscos ou tentar chamar a atenção do que estava acontecendo com relação a essa compra?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Essa compra, em particular, a gente teve notícia dela pela mídia, porque como o órgão ele tem autonomia total para realizar as suas aquisições, não é feito um acompanhamento *pari passu* de cada aquisição dos órgãos. A Secretaria da Saúde publica mais de mil editais por ano e tem total autonomia para executar essas, essas compras. Então, esse acompanhamento ele não existe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Tem algum controle dentro do governo nessa questão das compras para justamente tentar barrar os oportunistas das licitações? Porque a gente sabe que em tudo que é licitação sempre tem aqueles que entram só pra ganhar dinheiro, só pra tirar uma casquinha.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O órgão responsável pelo controle dentro do governo do, do Estado, dentro da estrutura do governo do Estado é a Controladoria-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Mas também não, não, não sabe se houve manifestação, não houve deles de controlar e investigar a empresa, de dar um parecer sobre a empresa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu não sei dizer. A gente... a SEA articulou com os órgãos de controle, interno e externo, já no início, um grupo pra, pra que fossem tiradas dúvidas de forma bastante célere, para que a tomada de decisão fosse célere também com a celeridade que o momento exige, mas não nos cabe fazer o acompanhamento, o controle. Nós fizemos a articulação com esses grupos e colocamos eles à disposição dos gestores que precisassem consultar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Não foram consultados nesse caso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - No grupo que a gente montou eu não vi consulta. Pode ser que essa consulta tenha existido por outros meios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - A princípio, oficialmente, não houve nenhuma consulta a esse grupo gestor?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Para esse caso específico, até onde eu sei, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Bom, os respiradores também são considerados um dos principais equipamentos na cura, no tratamento da pessoa que está contagiada, né, e eles têm umas especificações muito técnicas, muito delicadas, muito precisas, o que inclusive dificulta uma aprovação aqui no Brasil, na Anvisa, e acredita-se que em outros países sigam a mesma regra, né?

Também tu não tens conhecimento ou tens de que se foi buscar a informação se realmente era isso, se a empresa fornecia, se tinha qualificação, se poderia entregar esse equipamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A praxe é que todas essas propostas sejam avaliadas por uma equipe técnica e a Secretaria da Saúde possui um corpo de engenheiros clínicos dispostos a fazer essa análise. Eu não sei dizer se nesse caso específico foi submetido a esse grupo a análise técnica desses equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Senhor Presidente, obrigado.

Pergunta direcionada à nossa servidora. A dispensa de licitação, a seu ver, ela flexibilizou esse processo - eu vou chamar carinhosamente de irregularidade -, essa compra irregular? Porque ela é uma compra nebulosa, de repente é dispensada a licitação. A seu ver, fazendo parte, eu sei que você fez parte desse processo, a caneta poderosa talvez não era sua...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A dispensa de licitação foi criada pra suprir situações, principalmente situações emergenciais. Então, o que não signifique, o que não significa que não se tenha garantias numa dispensa de licitação. O processo ele é diferente de uma licitação que tem prazos maiores, é dada mais publicidade. A dispensa, de fato, flexibiliza em alguns pontos, mas não significa que não se tenha garantia nenhuma a partir da dispensa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Mas você admite que ela flexibiliza um processo irregular?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Desde que cercado com todas as garantias, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Eu não entendi quais foram os critérios usados, né, por exemplo, você tem consciência, pelas falas anteriores, que teve irregularidade. Uma das irregularidades... porque não houve a publicidade dos atos? De onde saiu essa ordem? Foi feito em oculto. Para quem está fazendo algo com transparência...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - ...não teria porque estar em oculto, não dar publicidade a esses atos.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - A dispensa ela pode ser feita utilizando basicamente duas maneiras: ou o Poder Público vai até o mercado, entra em contato como fornecedor e traz orçamentos para que sejam comparadas as propostas e se opte pela melhor, geralmente a de menor preço, ou se publica um edital de cotação de preços e o mercado encaminha as cotações pra que, aí, seja feita a dispensa de licitação. A publicidade em Diário Oficial de uma dispensa ela se dá na finalização da dispensa quando ela é publicada no Diário Oficial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Seria então... quando seria dada essa publicidade? Porque o que mais se preza hoje é ter uma publicidade, transparência. Quem não tem nada a temer, para não deixar sombra de dúvida ou variação é natural que esteja ela aí. Porque que... então seria publicizado isso, em qual momento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Da forma como foi feita a compra dos respiradores, que não foi feita por meio de um edital de cotação, foi feito mediante o recebimento de orçamentos, essa publicidade ela se dá ao final do processo, depois de finalizada a dispensa, assinada a dispensa, aí, ela é publicada no Diário Oficial, aí, ela está pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Até repito a você o que eu disse aos outros entrevistados, digamos assim, a gente está em busca de respostas, então, é evidente, é claro, falando em um linguajar bem prático, ou teve uma incompetência sem tamanho,

tremendamente incompetentes, ou há uma transação fraudulenta, corrupção. Porque, como eu falei, R\$ 33 milhões pagos adiantados para uma empresa fundo de quintal que, se entrasse no Google, veria que na frente era uma casa de massagem...

Então, é algo que a gente está tentando entender nesta CPI, que é o que a população quer, o que nós queremos saber e todo o contribuinte quer saber. Por que isso? Essa caneta poderosa estava na mão do Helton para assinar, ele tem esse poder? Trinta e três milhões pagos adiantados num processo que foi feito em algumas horas. Qual foi o critério que usaram, ele tinha essa caneta, essa prerrogativa do Governador? Segundo algumas informações, ele era o homem de confiança do Governador, não veio do Douglas Borba, os que nós entrevistamos aqui, que nós conversamos aqui nas conversas anteriores, ele vinha direto de homem de confiança do Moisés. Então, a pergunta é: ele tinha legalidade, tinha essa caneta poderosa na mão pra consumir esse ato?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - O grupo gestor de governo ele exige que compras a partir de R\$ 650 mil, compras de materiais permanentes passem pela análise do grupo, com exceção das Secretarias de atividade finalística. Essas Secretarias estão dispensadas dessa análise prévia. Então o ordenador do órgão, não só a Saúde, mas como a Educação, por exemplo, outra Secretaria finalística, ele tem, sim, autoridade pra, pra autorizar essa despesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Você não participou dessa questão, não influenciou na hora de assinar esse contrato. Você fez a sua parte técnica e quem assina, quem delibera isso é o Secretário Helton?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Eu, como Secretaria de Administração, não participei do processo. Esse processo foi todo executado pela Secretaria de, de Saúde, e, da mesma forma, como acontece nas demais Secretarias, é o Secretário, o ordenador da Pasta que tem autoridade pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deixa eu entender. No governo Moisés, então, em plena, né, a gente sabe que tem as Leis de Responsabilidades Fiscais - está aí uma ex-Presidente que leva essas marcas sobre si -, as questões de Leis de Responsabilidades Fiscais o Governador Moisés dá essa autonomia. Um Secretário, hoje, ele tem essa autonomia de deliberar isso sozinho? Ou seja, não teve a participação do Governador, até onde ele tem esse poder? O Governador confia, afinal, a carreira dele em jogo, o próprio salário dele de Coronel aposentado está em jogo, porque se aprovado que ele participa com corrupção ativa, passiva, de qualquer forma, ele terá sérias complicações. Então, ele dá essa legalidade ao Secretário Helton? Hoje eu quero entender isso, ele tinha esse poder de assinar? Ou seja, o Governador não sabia de nada, porque é o que ele diz: "Eu não sei nada, eu não sei de nada. É esse, é aquele..."

A gente quer chegar a um culpado, é o Douglas Borba? É o Secretário Helton? É o Governador, até onde ele participava? Hoje, um Secretário tem essa legalidade?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Tem.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - No governo Moisés?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Hoje, as Secretarias finalísticas têm autoridade para executar despesas sem prévia autorização do grupo gestor. Todas as demais, passado um limite de valor, precisam submeter as despesas à análise do grupo gestor. No caso específico da Saúde, por ser uma, uma Secretaria de atividade finalística, ele tem, sim, por decreto de resolução, a, a autonomia para executar essas despesas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Muito bem, Senhor Presidente, me considero satisfeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Deputado Moacir Sopesla, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Pois não. Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu queria indagar a senhora Karen se ela tem conhecimento de qual a justificativa que foi feita, que avaliação foi feita pra homologar e antecipar o pagamento da compra dos respiradores?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE - Não tenho, Deputado. Eu cheguei a olhar o processo, mas muito superficialmente, já que não cabe à SEA fazer o controle e a fiscalização desses processos. Eu não tenho informação da justificativa que foi, que foi dada pra que fosse feito nesses moldes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - A senhora também mencionou que as Secretarias afins têm poder de homologar somente com um o.k. do Secretário da Pasta compras com essa, no caso, de R\$ 33 milhões e, se for o caso, de mais valor, de menos valor. Isso é para todas as Secretarias? A Secretaria da Agricultura também tem, por exemplo, esse poder?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Todas as Secretarias que executam atividades finalísticas dentro do governo têm. Isso tá nessa re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar...

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Não precisa passar no grupo gestor?Elas têm que pedir, elas somente pedem...elas, tendo orçamento, só pedem o recurso para a Secretaria da Fazenda para fazer o pagamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim, o recurso ele não é pedido a cada compra, né, mas eles têm... dentro do processo de compra eles têm autonomia para fazer e executar essas despesas.Todas essas despesas, todas as aquisições elas precisam ser cadastradas no CIG, que é o Cadastro de Informações Gerenciais. Isso aí é obrigatório a todas as Secretarias. A partir do CIG, o grupo gestor analisa alguns desses processos. No caso das secretarias finalísticas, é exigido apenas o cadastro no CIG; a avaliação do grupo gestor está dispensada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Está dispensada, mas no CIG essa compra foi registrada?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei dizer se foi registrada, mas ela deveria ter sido registrada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – É, pelo que a gente sabe não deve ter sido, porque foi muito rápido.

Eu queria só uma outra informação. Esses recursos foram solicitados pela Secretaria da Saúde à Secretaria da Fazenda pra fazer o pagamento?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar ao senhor. Como esses processos não passam por nós na Secretaria de Administração, eu não sei informar se eles solicitaram ou não recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Desculpa, desculpa aí a minha falta de informação: quais são as Secretarias consideradas finalísticas?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – A gente tem a Saúde, tem a Educação, Segurança Pública, Administração Prisional. Se não me falha a memória, são essas. Mas a resolução, a resolução ela lista. Se eu não me engano, a resolução, a Resolução 04, de 2017 ela lista quais são essas Secretarias finalísticas, ela enumera essas Secretarias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Quer dizer, a Secretaria de Segurança, se ela licitar o prédio e homologar, não precisa passar pelo grupo gestor? O governo do Estado também não precisa saber? Como que é?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – O caso do prédio, por exemplo, ele é diferente porque ele exige, ele trabalha com serviços terceirizados. Os serviços terceirizados, todos passam pelo grupo gestor. Quando eu falo dessa dispensa de avaliação é pra material permanente, que é o caso dos respiradores, né? Então, uma licitação pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tá bom.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado.

Dona Karen, o Secretário Helton Zeferino, na época, ele tinha total autonomia, inclusive para delegar para uma segunda pessoa a possibilidade de estar executando tanto a dispensa - pelo que estou entendendo aqui...eu estou acompanhando o raciocínio da senhora.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Como também para poder celebrar ali a compra através de licitação.Ele poderia delegar essa função a uma segunda pessoa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE –A execução, o processo de compra, ele precisa ser feito por outra área para respeitar a segregação de funções. Então, quem autoriza não pode ser a pessoa que executa, que não pode ser a pessoa que paga e não pode ser a pessoa que fiscaliza. Essas tarefas, elas têm, têm que ser...essas atividades têm que ser segregadas para garantir esse sistema quase que de freios e contrapesos. E o, o...essas nomeações são de responsabilidade do, do, do... Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele tem essa autonomia para ele delegar?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Tem, como, como Secretário da Pasta ele pode definir quem vai desempenhar essas atividades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Por meados de junho do ano passado, nós estivemos na Secretaria da Saúde e encaminhamos algumas pessoas ali que sofriam de obesidade mórbida, de uma associação. E a aquisição nossa, naquela época, que eu tentei conversar o Secretário Helton era sobre a compra de grampos que iriam servir ali para o processo cirúrgico que se trata da redução ou da obstrução de alimentos ali no estômago. Ali a gente viu uma diferença entre aquilo que é comprado. Quando se compra um material que é específico para utilização ou cirurgia, né, ou pra qualquer obstrução mais efusiva, no caso do respirador pulmonar, pessoas que estão acometidas ali pela síndrome respiratória, era necessário que se passasse, na época, né, por uma junta médica e por técnicos, como muito bem lembrado ali pelo Deputado Fabiano da Luz. Três lotes de materiais foram reprovados naquela época porque não atingiu a qualidade que foi avaliada por essa Comissão.

No nosso caso aqui, houve a entrega de um material... a entrega, não; não se pode nem falar entrega... a ameaça de entrega de um material de qualidade inferior. Uma expectativa, mas na expectativa já foi dito que o material que seria entregue seria de qualidade diferente daquele do acordado no contrato da compra.

Como que se faz uma análise técnica de um material que só se tem a expectativa da análise dele? É essa a minha pergunta. Se, se nesse exato momento, já não se... de alguma forma, já não se cancelaria qualquer tipo de negociação. Olha, você precisa comprar um produto, mas se você tivesse ele na mão e já o técnico conseguisse vistoriar ele e falasse: “Não, realmente a qualidade é inferior, não dá pra comprar isso de forma alguma.” Mas, mediante a simples expectativa daquilo que está sendo...a não ser que os técnicos da Secretaria da Saúde já tivessem contato com aquele material alguma vez no passado ou se já tivessem trabalhado de forma efetiva com ele ali. Nesse exato momento já não era o suficiente para falar assim: Olha, dispensa-se, cancela-se, trocamos de fornecedor ou buscamos uma nova negociação com alguma outra empresa. Não seria desta forma que seria pra funcionar a coisa?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Quando o fornecedor ele entrega uma proposta, seja por meio de licitação ou dispensa, ele está atrelado àquela proposta, e essa proposta ela tem que ser avaliada, tanto com relação ao preço tanto com relação aos aspectos técnicos do, do objeto que ele está oferecendo.

É, é, é a solicitação de amostra pra fazer uma avaliação física desse material ela é tratada como exceção, porque tem um custo envolvido em um fornecedor apresentar a amostra. Em insumos para a Saúde, como o caso que o senhor citou,é, é, é...e de valor menor, geralmente, a Secretaria pede e passa essas amostras por uma junta médica. O caso de equipamentos ele é um pouco mais complicado pela dificuldade de se apresentar amostra, mas a análise ela tem que ser feita em cima daquela proposta e na impossibilidade de se testar o equipamento, o responsável técnico por aquela análise tem que solicitar quantos materiais forem necessários: laudo, laudo de ensaio, atestados. Ele tem a prerrogativa de solicitar todos os materiais que ele precisar pra garantir que aquele material atenda às especificações do, do, da administração pública. Se não tiver elementos suficientes para fazer essa análise, aí, a compra não deve ser realizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Esse material para análise, mesmo ali, até porque a gente está vivendo na era digital, a gente está decodificando DNA, o ser humano já pisou na lua, já viajou, e você consegue colocar de forma específica o código de um produto na Internet com facilidade, e isso se consegue fazer, não precisa ter o material ali na mão mesmo, para que o técnico possa emitir, pelo menos, um laudo.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - E falar assim: olha, viabiliza, esse é bom, pode ser usado... porque muitas vezes nos dá a impressão de que a gente está discutindo somente o valor, o preço. Poderia ser um valor vinte vezes mais barato, porém, se a qualidade não fosse aquela que atendesse à expectativa do médico que fosse utilizar ele, também não teria vantagem alguma comprar o material, né?

Em uma determinada *live*, uma apresentação do Governador, juntamente com o Secretário Helton Zeferino, ele disse a seguinte frase, na época, se referindo aos respiradores: “Nós tomamos essa atitude mediante uma atitude de desespero.” Estava ali dizendo que nós estamos caminhando para o apocalipse e que um terço da população nessa ia rodar, enfim, tudo aquilo que foi dito ali, que nós estaríamos no pico da curva e que alguns de nós aqui, que estão nessa sala hoje, nem estariam aqui.Mas quando ele disse com o Secretário sentado ao lado dele: “Nós tomamos na época uma decisão numa atitude de desespero.”Se nós tomamos, é porque nós sabíamos.A senhora não concorda comigo?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Eu não sei informar em que contexto se deu essa decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, é só para seguir uma linha de raciocínio. Se nós tomamos uma...nós sabíamos, né? E como a senhora disse, o Secretário tinha autonomia para delegar a alguém, mas no final das contas, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, ele que realmente tinha que cancelar a compra, tendo conhecimento inclusive da qualidade do produto, do preço e da data de entrega, por força da estrutura toda que o trâmite de compras segue seria isso?

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora Karen, queremos agradecer-lá.

Há mais alguma pergunta, senhores Deputados? Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA– Obrigado, Deputado Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A gente está acostumando a trabalhar remotamente, então, devemos consultar por nomes.

A gente agradece a presença da senhora aqui, foi bastante... trouxe bastante lucidez aqui, né, para os trabalhos que nós estamos executando. Como bem disse os outros Deputados, a senhora está aqui numa condição mais de ajudar a gente com as suas informações mesmo, e eu acredito que termina por aqui a nossa conversa no dia de hoje.

Muito obrigado pela presença da senhora.

A SRA. KAREN SABRINA BAYESTORFF DUARTE – Obrigada.

(A depoente se retira do recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os senhores Deputados... Não seria a última a dona Karen? Ah, não, tem a dona Mariana ainda. Peço à assessoria que encaminhe a dona Mariana.

(A depoente Mariana Rabello Petry adentra ao recinto e senta-se no local indicado.)

Boa tarde.

Senhora Mariana Rabello Petry. É a senhora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Seja muitíssimo bem-vinda à nossa Comissão.

Senhora Mariana, a senhora sabe o porquê foi convidada a vir até a nossa reunião aqui nesta tarde de hoje?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Eu tenho conhecimento que essa reunião é sobre a CPI dos Respiradores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana, a senhora está acompanhada de um advogado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dona Mariana, a senhora poderia fazer...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Posso tirar a minha máscara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode.

A senhora poderia fazer uma gentileza pra gente e dizer seu nome completo, seu endereço e data de nascimento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY - Mariana Rabello Petry, eu resido na rua Presidente Nereu Ramos, Centro, Florianópolis e nasci em 24/10/1989.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim. Dona Mariana, em qualquer momento que for feita uma pergunta para a senhora, pode ser usado o direito de permanecer calada, mas para isso é necessário que a senhora expresse: prefiro não falar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Porque o silêncio não é um indicativo de resposta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - A senhora está compromissada com a verdade, tá, dona Mariana?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Neste momento, eu vou passar a palavra ao Relator, ele pode fazer as perguntas ou passar para um segundo Deputado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutora, obrigado por ter esperado até esse horário. É importante sua presença aqui para o esclarecimento da verdade.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, com certeza.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado.

A senhora não está aqui na condição de investigada, não há nenhuma acusação que paire sobre a senhora, absolutamente, não tem nenhuma informação de participação da senhora em qualquer evento nesse processo da licitação dos respiradores ou hospital de campanha. A senhora é citada em ter participado de absolutamente nada, quero que a senhora fique absolutamente tranquila, porque a conversa que a gente quer ter aqui é uma conversa de informação, a gente quer saber da senhora algumas coisas que são importantes para o deslinde da investigação.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora é sócia do escritório de advocacia Barros Advogados Associados.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, eu trabalho desde 2018 na Barros e todos os advogados que trabalham lá, eu tenho 1% da sociedade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo. A senhora então conhece bem o senhor Leandro Adriano de Barros?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso. No dia a dia eu não trabalho com ele, eu entrei em 2018 e eu sempre advoguei para o Instituto Ideas, que é um Instituto que a gente presta serviço, a Barros presta e eu faço o jurídico interno desse Instituto. Eu trabalho diariamente lá no Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

A senhora conhece o senhor Anísio Petry Júnior, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, meu irmão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Seu irmão, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Anísio Petry Júnior, chamado Popó Petry?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em Biguaçu conhecido como Popó Petry, isso?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele trabalha lá também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele trabalha em Biguaçu? O que ele faz?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Empresário de que ramo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele tem um escritório de pagamentos, é um...como que é o nome? Ele representa a Sicoob, é uma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Cobrança, coisa assim?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É do ramo da advocacia também?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, ele é formado em Administração.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é empresário há muitos anos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Me diz uma coisa, Mariana: a senhora e o Popó, vocês são amigos do Douglas Borba? Amigos de frequentar um a casa do outro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu conheço o Douglas Borba como várias pessoas de Biguaçu conhecem. Eu morei no centro de Biguaçu por um tempo, eu não moro mais em Biguaçu, e, e, e, e no centro todo mundo se conhece. Minha família é uma família grande lá, meu irmão é muito conhecido e eu não sou amiga íntima do Douglas. Eu sou amiga da esposa dele, dele não tenho intimidade com ele, não tenho nem o telefone do Douglas Borba, nem o celular dele eu tenho.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas com a família a senhora tem, no caso, é amiga da esposa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sou amiga da esposa, não sou amiga íntima de estar sempre na casa dela, mas, sim, já estive na casa dela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, somos amigas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Popó Petry, teu irmão?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O meu irmão, sim, ele joga bola com o Douglas e é amigo dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Amigo dele?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas nunca teve nenhuma relação política com o Douglas, isso não. A minha família é muito tradicional em Biguaçu, nós somos do atual MDB, né, que era o PMDB, e sempre teve essa rixa política entre o Douglas e a minha família.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Hum, hum.

Mas então vocês conhecem o Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ... a família, conhece toda a situação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu queria saber o seguinte: qual é, como é a vida do Douglas Borba? Como que é...a senhora é amiga da esposa do Douglas Borba. Ele tem uma vida financeiramente boa, eles são, assim, considerados pessoas que vivem bem financeiramente, como que é?

ASRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei. A Carol é médica, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Então eles são classe média, não ostentam, eles são uma classe média normal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –A senhora sentiu, nos últimos tempos, algum enriquecimento, algum empoderamento? Alguma coisa nesse sentido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum... não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O Popó Petry tem emprego público, cargo público?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele trabalha acho que desde... não sei se deste ano, de 2019, não, não me recordo, na Junta Comercial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Douglas Borba teria indicado o Popó Petry para trabalhar na Junta Comercial?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY– Acredito que foi o Douglas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O escritório em que a senhora trabalha, representado pelo Leandro Adriano de Barros, se apresentou como representante de três empresas que estão envolvidas nesse processo de fraude de licitações.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY –Sim. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Primeiro, cem leitos de UTI. Quando o Leandro se apresentou como advogado do Mahatma Gandhi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...a empresa teria sido classificada... Aliás, assinou o contrato. Esse contrato só não se concretizou porque o Tribunal de Justiça deu uma liminar, suspendeu, tinha uma ação popular, o Tribunal de Contas mandou expedir um ofício, enfim...

É... esse hospital, o Mahatma Gandhi, cem leitos de UTI, os R\$ 77 milhões, o Leandro Adriano de Barros estava envolvido porque ele se dizia representante dessa empresa e essa escolha claramente decorreu de uma fraude de licitação. Certo?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não tenho esse conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu estou afirmando, a senhora não precisa concordar.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ah, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois a gente teve uma licitação dentro da Secretaria da Saúde, duas licitações dentro da Secretaria da Saúde, uma delas é essa dos respiradores que é objeto desta CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro Adriano de Barros...

(A assessoria coloca sobre a mesa da depoente um copo com água.)

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro Adriano de Barros também se apresentou como representante da Veigamed, como representante dessa empresa, etc. e tal, empresa que teria fraudado o processo licitatório.

Como se não bastasse, também teve outra licitação, que é dos EPIs, que essa também não é objeto desta CPI, mas é fato que consta dos relatórios; também houve uma tentativa de fraude, superfaturamento, pagamento adiantado de quase R\$ 70 milhões, e também o Leandro de Barros se apresentou como representante legal dessas empresas.

Então, o doutor Leandro, seu sócio, conseguiu ser representante de três empresas, todas elas envolvidas nas falcaturas da... da... das... das Secretarias de Saúde.

Eu quero saber... a senhora sabe como o Leandro foi parar nesse troço? Como é que ele foi parar lá dentro?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...dessas licitações?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY —Pra ser bem sincera, eu tive conhecimento dessas situações, das três, depois que saiu na mídia. Eu não participei disso. Como eu falei, eu trabalho atualmente dentro do Ideas, diariamente, eu posso comprovar isso. A Mahatma Gandhi, sim, tem contrato com a Barros – a Barros eu acho que advoga pra eles desde... hum, acho que é 2017, 2018, não sei ao certo. E... não sei, eu sei que o nosso escritório é referência de... na área da saúde, tanto aqui no Estado como na região Sul, e... acredito que talvez algum instituto, alguém procurou, procurou o Leandro acerca disso. Mas não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)— Das três empresas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – A Veigamed eu não... não conheço essa empresa. Eu, eu conheço, eu sei que a gente advoga pra Mahatma Gandhi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz)— Certo.

A... O Popó, o Popó, arru... O, o Douglas Borba arrumou um emprego pro Popó. O Popó tem um emprego lá bem remunerado, aliás, lá na Junta Comercial.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, ele faz parte... acho... acredito que é de um conselho da Junta. Ele trabalha diariamente lá no período matutino.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, ele... é da Junta.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —E o Douglas Borba arrumou um emprego pra ele lá. O Popó é amigo do Leandro, o Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O meu irmão não é amigo do Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não é?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não é.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nunca foi?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não. Eles são conhecidos de Biguaçu, mas ele não tem amizade com o Leandro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Na realidade nem eu tinha amizade com o Leandro. Eu escri... eu entrei no escritório porque surgiu a oportunidade de uma vaga, mandei meu currículo e entrei lá. Não, não temos amizade com o Leandro. A gente teve...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – A gente sempre teve uma rixa política muito grande...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...entre a minha família e a do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...vou fazer um triângulo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Só que eu sou técnica, profissional e tinha currículo para entrar dentro do escritório.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que eu tenho um triângulo aqui feito pela Polícia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ã-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pela Polícia... pela Deic, um triângulo de relacionamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...que a senhora deve ter visto pela imprensa, que consta o Popó dentro desse triângulo de relacionamento.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, mas eles não são amigos. O meu irmão tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não são amigos?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...tem amizade com o Douglas, com o Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

E... e o Leandro e o Douglas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Leandro e o Douglas também...

(A depoente gesticula com a cabeça negativamente.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas vai lá no escritório de advocacia?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não... que eu saiba o Douglas nunca foi lá. Como eu falei, eu não trabalho dentro do escritório, eu trabalho no Ideas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Então, eu não sei se teve alguma vez lá, mas eu desconheço essa informação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro nunca falou que tava na Secretaria da Saúde, que tava na Secretaria da Defesa Civil?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, o Leandro vai, a gente representa vários, vários institutos que têm contratos, né, com a Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vários institutos que... Secretarias de Saúde de quais Municípios?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – De Municípios? São José, Florianópolis, temos contrato com a SES desde 2017, do Hospital Gaminski (?). São contratos de gestão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o Leandro, a senhora sabe que ele tinha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Leandro é referência na área de saúde como advogado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim. Ele tinha entrada então dentro da Secretaria...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ele é especializado nisso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele tinha entrada dentro das Secretarias?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos uma mensagem de WhatsApp...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Eu vou repetir, a senhora não está sendo investigada aqui.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, eu... eu tô falando a verdade, eu quero esclarecer a verdade. Meu nome tá envolvido em algo que eu não fiz, eu não tenho conhecimento. Eu preciso esclarecer...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que a senhora acha...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu quero que vocês esclareçam essa verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que o nome da senhora... acha que o nome da senhora tá envolvido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Porque me ligaram a Douglas Borba. Acredito que foi isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

É... o Leandro e o Douglas Borba são conhecidos, são amigos, certo? Tanto que o Leandro disse aqui que ele vai na Secretaria, que conhece, moram no mesmo condomínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim. Eu não sei se são amigos, eles se conhecem, em Biguaçu todo mundo se conhece, o centro de Biguaçu eles são todos conhecidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

Tem uma mensagem de WhatsApp, tem uma mensagem de WhatsApp do Secretário Douglas Borba...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para uma servidora pública da Secretaria, da Superintendência, a Márcia, em que o Douglas Borba diz para o Leandro procurar a Márcia, nessa relação de...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, sim, eu vi no inquérito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...de cumplicidade na, na... no que aconteceu.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... a senhora conhece o Leandro, conhece o Douglas, a senhora é advogada lá do escritório, o Douglas... o Leandro disse pra gente que nunca representou nenhuma empresa em Santa Catarina, nunca representou

nenhum contrato, que nunca fez nenhum contrato com o Estado... Ele também não representou...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O nosso escritório, com os institutos que a gente advoga, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Leandro Adriano de Barros não tem, mas a Barros, com os institutos que advogam, tem contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles têm contratos com o Estado?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É contrato de gestão, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, com a Secre... com o Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum... Como assim? Algum contrato de prestação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Prestam serviços, participaram de alguma licitação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, não. O Leandro, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Leandro, específico, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou o escritório dele, que é a mesma coisa.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não. Um contrato específico com a Secretaria ou com o Estado, não. Os nossos institutos, que a gente advoga, eles têm contrato... um... um tem um contrato específico com o Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. O que acontece? Então, não tem contrato, não tem especialidade, advoga na área de defesa... da defesa dos processos, prestadores de serviço de saúde, etc., o Leandro diz que não tem nenhum contrato, não tem *expertise*, nunca fez, e de repente ele recebe uma mensagem do Douglas Borba dizendo pra ele procurar a Superintendente da Saúde pra ajudar no processo de licitação... esse texto está escrito aqui no WhatsApp. E o Leandro, então, entra em contato. Depois o Leandro começa a fazer uma rede de comunicação dentro das Secretarias, ele começa a participar de todas as licitações, lá dentro, começa a ser amigo de todo mundo. A senhora acha por que isso aconteceu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não sei. Não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não faz ideia?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Como eu falei, eu... diariamente eu não trabalho com o Leandro, eu trabalho em outro lugar. Não trabalho todo dia com ele e não sei. Não tive envolvimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem trabalha diariamente com o Leandro? O Popó?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem trabalha?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Leandro trabalha sozinho. Ele tem o escritório que ele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ele disse que tem dez advogados.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, mas a sala dele é sozinho, ninguém fica ali o dia inteiro com ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tem escritório no Estreito e tem escritório em Biguaçu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutora Mariana, eu também tenho um escritório de advocacia...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós temos lá também vários advogados, mas a gente sabe mais ou menos o que um está fazendo, o que outro está fazendo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Leandro comentou com a senhora que ele estava tratando de assuntos dentro da Secretaria, que o escritório estava representando empresas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, a gente representa a Mahatma Gandhi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O... e outra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Só que eu, Mariana, trabalho dentro do Ideas, que é outro Instituto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas eu... mas eu não tô perguntando pra senhora, eu tô perguntando se a senhora sabe.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, do Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que ele...

Quando a senhora viu essas coisas na imprensa, o escritório, o nome da senhora...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, conversei com o Leandro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...o nome do seu irmão, o Leandro... O que vocês fizeram? Vocês procuraram o Leandro pra perguntar?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O meu irmão, não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Procuraram o Douglas Borba?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...o meu irmão não tem envolvimento nenhum com o Leandro. É como eu falei, eles não têm amizade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, mas ao menos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas eu conversei com o Leandro e questionei o que tava acontecendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o que ele disse?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, ele disse que ele tava representando a Mahatma Gandhi no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas os respiradores a Mahatma Gandhi não estava participando.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O respirador foi a questão do... do Fábio, que o Fábio ligou pra ele, depois que já tinha efetivado o pagamento, pediu... que a gente... o escritório tem um contrato com a Meuvale, que o Fábio é um dos sócios – eu não conheço o Fábio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Fábio é aqui de Biguaçu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, eu não conheço o Fábio, acho que ele é de São Paulo.

E... e foi isso que ele me explicou, que o Fábio fez uma ligação pra ele pra ele... é... entrar em contato pra dizer que essas, essas mercadorias iriam ser entregues.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, vamos imaginar...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas a gente não tem contrato com essa Veigamed, essa empresa eu não... eu desconheço ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

Vamos imaginar o meu escritório de advocacia. Chego de manhã lá, tem os meus advogados...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... um vai contar uma história pra mim, um vai contar de um processo, outro vai contar de uma intimação, aquela coisa que a gente sabe do dia a dia de escritório de advocacia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É que eu acho que o senhor não entendeu que a gente não tá fixo no mesmo... no mesmo escritório, né? Eu fico em outro, em outro lugar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E quem tá fixo no escritório poderia explicar isso pra gente?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, o Leandro... a sala dele é só ele, ele não trabalha com mais ninguém.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas ninguém conversa naquele escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Como?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ninguém conversa? Oh, o nosso escritório tá na lama, o nosso nome tá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim, a gente conversa, a gente... O Leandro coordena e distribui os prazos, quem tem que fazer o quê. Eu faço o Ideias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É só, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Doutora, com relação ao escritório que a senhora é sócia, o Douglas já foi sócio desse escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não tem relação nenhuma? É... ele tem algum contato com o escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Como eu já falei, não tenho conhecimento. Comigo, em relação ao escritório, ele nunca teve contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi. Ele, né, dentro do processo de investigação, algumas acusações que ele é um sócio oculto. Essa informação não procede?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, não procede.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ela é inverídica.

Ele indica clientes?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Entendi.

Uma pergunta que... ficou estranho, né, acho que de repente vossas excelências podem partilhar talvez da mesma ideia, mas... você é sócia de um escritório, né, como você disse, e...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É como eu falei, eu tenho 1% da sociedade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas você diz aqui que não vai ao escritório?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Isso pode? Tem alguns advogados, eles são sócios, mas que não frequentam o escritório. É no mínimo estranho.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É como eu falei, a gente tem um contrato de prestação de serviço com o Ideias, que solicitou um advogado interno lá, e desde que eu entrei eu trabalho diretamente pro Ideias. A Barros tem um contrato de prestação de serviço com esse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – E eu trabalho internamente lá e eu posso comprovar isso tudo. Desde 2018 o meu e-mail é corporativo desse... desse Instituto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Então deixa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu tenho testemunhas que podem comprovar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Deixa eu ver se entendi...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...só que eu represento a Barros lá dentro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Você é sócia do escritório que você não frequenta o escritório, não sabe quem frequenta... Seria isso, você não sabe de nada?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, é como eu falei, eu, eu estou no escritório internamente dentro do Ideias, que é um Instituto que a Barros tem contrato de prestação de serviço com eles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Não conhece nada da rotina, quem frequenta?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, sei que o escritório tem... advoga pra Mahatma Gandhi, tenho conhecimento disso, mas diariamente eu e o Leandro a gente não tá junto. É claro que tem... tem reuniões semanais ou ele... É que ele coordena e ele distribui as demandas que chegam.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É que é no mínimo estranho, doutora, né? É normal que... quando a gente tem um sócio, a gente sabe pelo menos um pouquinho, fragmentos da rotina, não é, e você alega que nada sabe, não frequenta... Acho que...

Sem mais perguntas, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ— Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para concluir, antes de passar para o... Posso ajudar.

Existem várias fotografias em redes sociais, também publicadas na imprensa, do Douglas Borba e o Popó e... e o... e o Leandro, várias fotografias deles juntos...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Olha, eu acho que o meu irmão e o Leandro eles não têm foto juntos, eu até gostaria de ver essa foto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Posso mostrar para a senhora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É... Só se é do time de futebol ou algo assim.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, mostra foto do seu celular.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uma foto que nem essa aqui foi sacada...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Do jogo de futebol? É, deve ser um time de futebol...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De uma confraternização...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, pode ser.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas eles, como eu falei, não têm amizade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem. Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – De nada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Boa tarde, doutora.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Você sabe me dizer, dessas instituições das quais o escritório presta assessoria, presta serviços de consultoria, quais delas que têm contratos, têm serviços com o governo do Estado de Santa Catarina?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É... somente o Ideas que faz a gestão do Hospital Materno-Infantil, de Criciúma. Ele tem um contrato desde o governo anterior.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tá.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Era municipal e depois o Estado assumiu esse hospital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E nesse caso é vossa excelência quem presta a assessoria jurídica para o Instituto Ideas?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – E... Eu faço assessoria jurídica do Instituto, a gente presta esse serviço, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Consequentemente, se houvesse dúvidas para tirar com o Estado, a pessoa indicada do escritório seria você?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Quem vai nas reuniões... Eu não, eu nunca fui na... na SES, se é isso que o senhor quer perguntar. Quem sempre vai nas reuniões, na maioria das vezes, é o diretor do Instituto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Hum, hum.

Mas quando é necessária uma opinião jurídica...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu acho que eu fui... se eu não me engano, eu fui uma vez na SES na época que era o Secretário Acélio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Muito bem. Então o Leandro foi várias vezes na Secretaria da Saúde, mas nunca pelo Instituto Id... nunca...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Ah, talvez ele possa ter ido, isso eu não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mas eu, Mariana, não, não fui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência com a palavra. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, desculpa. Nada a perguntar, senhor Presidente. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Mariana, durante todo esse episódio do Covid-19, desde quando foi decretado estado de calamidade, enfim, a imprensa vem noticiando dia a dia, né, e, além da imprensa, o próprio governo do Estado tem um esforço muito grande de mostrar cada uma das suas ações, inclusive são feitas transmissões ao vivo todos os dias, os repórteres comentam, a televisão divulga isso, né – e eu não estou me referindo ali agora à divulgação das providências a serem tomadas em relação ao hospital lá da Marejada, mas à compra dos respiradores, né?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O governo do Estado, em várias oportunidades, diz que estão tomando providências pra acelerar, enfim, né, via telefone, WhatsApp, inclusive naquelas pessoas que fazem parte da mesma rede social de pessoas que estão diretamente envolvidas em todo esse processo.

Por exemplo, se o Deputado Cobalchini publica alguma coisa na rede social dele, como eu tenho amizade com ele, sigo a página dele, eu vou acabar tendo acesso a isso também, não é, e isso se forma uma grande rede de amigos. É assim que funciona a rede social. *(A depoente gesticula positivamente com a cabeça.)*

Então, as informações elas chegam de forma muito pontual. Então, fica difícil de a gente entender como que uma pessoa, e a gente ouviu isso aqui em várias declarações, que: “Eu só fiquei sabendo disso pela imprensa, após.” A senhora entendeu minha linha de raciocínio aqui? Da aquisição do material.

Aí, além da aquisição do material, nós partimos também ali para quando ou o meu ambiente de trabalho, ou o meu círculo familiar, ou o meu círculo de amigos começa a trabalhar com isso, né? Nós estamos construindo aqui um raciocínio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Qual foi o momento... o momento que a senhora ouviu falar assim: Olha, existem respirado... Não, não tô falando do escândalo em si mesmo, daquilo que foi provocado pela irregularidade da compra...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...mas antes disso, em algum momento, antes – como a senhora já declarou, então não vou perguntar novamente, que ficou sabendo do escândalo da compra dos respiradores, né... pela, pela televisão, pela imprensa assistindo ao jornal, né, estava lá vendo o jornal...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...se assustou com a notícia e tal. Mas eu tô dizendo antes disso, quando a senhora falou assim: nossa, o governo do Estado está comprando alguns respiradores. A senhora fi... teve o... ou a senhora em momento nenhum soube?...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, eu tive conhecimento quando saiu na mídia, já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O que...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...que não vai entregar o respirador e começou essa história.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Antes não?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, não acompanhei mesmo. Como em relação à Covid a gente teve muita demanda, até desse outro Instituto que eu fico diariamente lá dentro, eu tava focada no meu trabalho, eu tava trabalhando muito, fazendo ofícios...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Demais mesmo.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum. E... tudo bem.

É... o escritório de advocacia do... A pessoa do... do Leandro, né? Ele foi procurado dois dias depois. É isso, não, que a senhora afirmou aqui na declaração da senhora de quando...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...foi constatada a irregularidade.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – O Fábio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Fábio.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...procurou ele depo... é... depois do... que já tinha sido pago, já tinha sido feita toda a *(ininteligível)*...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Já foi efetuado o pagamento...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tinha sido pago e... não sei se foi um ou dois dias depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

E por que o Fábio procurou ele, no entendimento da senhora? O Fábio procurou o Leandro por esse determinado motivo. Pra quê? Pra que foi buscado ali o trabalho do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Pra se ver se o Leandro tinha algum contato com a Secretaria. Como o Leandro é uma pessoa de referência na área da saúde aqui no Estado, se ele poderia conversar com alguém pra tentar só amenizar a situação, dizer que era, era uma empresa é... idônea e tudo mais e que iria entregar esse material.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tá. Deixa eu ver... se ele podia falar assim: olha, fiquem tranquilos, né, que essa empresa ela tem uma idoneidade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...e que em tempo mínimo o material será entregue. Como a senhora teve conhecimento do conteúdo dessa conversa?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Depois que aconteceu tudo isso eu questionei o Leandro, qual...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O que foi o problema?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – ...foi o teu contato com o Fábio?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É assim: ô, Leandro, o que o Fábio falou contigo? Aí, ele respondeu?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, eu precisava saber, o meu nome tava envolvido, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – E ele me mostrou, sim, a me... o Fábio manda mensagem, liga pra ele, algo desse tipo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Que o Fábio teria pedido...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – E o Leandro tem essa prova.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Justamente pra poder falar assim: olha, governo do Estado de Santa Catarina, tenha confiança porque essa empresa ela vai honrar o compro...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Foi uma ligação, ele falou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hã?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Foi uma ligação dele.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi uma ligação?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Então não foi um contato pessoal, foi uma ligação só?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, ele daí depois ele fala isso com a... O Leandro fala com a servidora, né, sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Qual servidora?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Com a Márcia.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Com a Márcia.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Que tá... Eu vi isso, eu li tudo, eu li o inquérito, né? (Ri)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Hum, hum.

Consulto os senhores Deputados se existe mais algum questionamento a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O seu... o seu... O endereço do seu escritório é distinto do endereço do escritório do Leandro?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É... nós temos dois escritórios, um em Biguaçu e um no Estreito. É... o Inst... Você fala do Instituto?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Isso.
A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É no mesmo prédio, mas não é no mesmo andar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não no mesmo andar?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Isso.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Mariana, quero dizer para a senhora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, uma última pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Prossiga.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora sabe pelo menos o faturamento do escritório, bruto ou líquido?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Mensal, você diz?
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Sim.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Hum... Não tenho... Acredito que seja uns sessenta mil, não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Mariana, quero...

Opa, só um pouquinho, chegando mais um materialzinho aqui.

Quero agradecer à senhora, bastante, tá? Como bem disse o Deputado Ivan Naatz aqui, a senhora veio para nos ajudar no nosso trabalho, então, por isso que a gente agradece a presença da senhora aqui hoje.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E eu peço à assessoria que... A senhora pode ficar à vontade, está dispensada.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu agradeço a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, só mais uma... A senhora tem, tá, pode usar...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...o espaço, se quiser fazer alguma retratação, alguma explicação...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade para isso.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu agradeço a oportunidade. Eu só quero que a verdade seja mostrada, o meu nome está envolvido em algo que eu não fiz e eu preciso do final dessa CPI pra mostrar quem realmente está envolvido, quem realmente deu a caneta, quem assinou e quem autorizou tudo isso. Eu preciso que meu... O meu nome e o do meu irmão estão envolvidos em algo que a gente não, não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Mariana, eu fui polícia por vinte anos, eu sei que um bom crime ele precisa de uma vítima e de um criminoso, e um crime perfeito ele precisa de uma vítima, de um criminoso e alguém a quem culpar, tá?

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Tá bom.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora, também se tiver alguma informação que possa nos ajudar a descobrir o caminho da verdade...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Estou à disposição.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...por favor, procure a CPI.

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Pode deixar.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora vive em Biguaçu, acontecem muitas coisas em Biguaçu...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É, eu não moro mais em Biguaçu, né? Mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, mas trabalha lá...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Não, não.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A é? Então...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – Eu trabalho no Estreito. Tá?
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas se a senhora souber de alguma coisa...

A SRA. MARIANA RABELLO PETRY – É que tô vinculada como advogada de Biguaçu, mas eu não trabalho lá.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá bom. Obrigado.

(A depoente se retira do recinto.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu gostaria da atenção dos senhores por um minuto.

Nós temos uma próxima... agendado para a nossa próxima reunião ordinária uma testemunha que é do Estado de São Paulo. Conversando aqui, a Casa nos repassou uma solução mais prática, tendo em vista a dificuldade dos voos e do próprio transporte, e se existe uma possibilidade de colocar em votação aqui de entrar em contato com a Alesp, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, e se essa testemunha poderia ser ouvida lá também via remota, lá na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ou por aplicativo.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ou por aplicativo... não, até por aplicativo dentro da Alesp, para que ele possa passar pela... para colocar todos em pé de igualdade, as nossas testemunhas aqui também ficaram numa sala aguardando, sem contato com as demais, e não acompanhando o depoimento das demais testemunhas. Eu gostaria de colocar isso em votação, se pode ser acertado dessa forma, por videoconferência, utilizando-se da oferta de ajuda da Alesp.

Em votação.
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De acordo.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – De acordo, Presidente.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – De acordo, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pois não.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa testemunha tem sido citada aí na...
O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, na verdade, essa testemunha é o representante legal da empresa que foi... ela apresentou o menor preço, apresentou todas as condições, mas ela foi desqualificada.

Então, o objetivo com essa testemunha é de a gente entender o que... se ela compreendeu o que estava acontecendo aí dentro do processo, já que ela foi desqualificada, acabou perdendo o negócio, né, que foi cancelado.
O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dessa forma, coloco em votação.

Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Concordo, concordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Bom, não havendo quem se oponha, aprovado.

Antes de terminar esta reunião, convoco outra para terça-feira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, antes de o senhor concluir, para saber, em relação à terça-feira da próxima semana e na quinta-feira da próxima semana, os depoimentos já estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Todos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, a gente está aprovando de cinco em cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Até cinco, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Até cinco. Terça-feira já se sabe quem vai depor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, já tô (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – São só quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Quatro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O de São Paulo e três daqui. Para a gente terminar aquela etapa, Deputado, do conhecimento dos trâmites, pessoas que não têm nenhuma relação, etc. A gente vai terça-feira terminar essa etapa.

Depois, a gente vai entrar na parte das pessoas que, de uma forma ou de outra, participaram do processo, o nome delas consta em algum lugar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O que eu quero sugerir, Presidente e Relator, é que a gente... nós já sabemos nome, sobrenome...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor quiser, eu posso repetir para o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, não, não tô me referindo a esses, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O processo já está claro, né, os passos que... para mim já está claro e nós temos sessenta dias. Esse prazo ele está... foi exteriorizado. Penso, penso, que a gente deva, o mais rápido possível, até pelo farto material que o próprio Ministério Público tem, a não ser que surja um fato novo, de alguém que não conste ainda nesses autos, mas eu

penso que a gente deva perseguir esses que há indícios fortíssimos, tá, de materialidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Acho que aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Cobalchini, eu acompanho o raciocínio de vossa excelência, mas como foi apresentado o nosso plano de trabalho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...nós temos que fazer depois, no final do relatório, os comparativos, deste com aquele, aquele com aquele, isso com aquilo, e é preciso passar por essa etapa.

Com a, com o, o, a abertura... ou com o deferimento do sigilo do inquérito, nós vamos ter os depoimentos tomados, como a gente combinou antes, por autoridades, pelo Ministério Público e pelo Gaeco.

Então, o que eu vou fazer hoje à tarde? Eu vou tomar pé de todos esses depoimentos e vou, dentro daquele rol que eu tinha apresentado, tentar ao máximo possível utilizar daqueles depoimentos para diminuir o nosso rol. Aí eu acredito que se a gente conseguir diminuir o rol com três sessões, com quatro sessões de depoimento, nós vamos acabar com a fase de depoimentos. Aí a gente entra na fase da documentação, depois a gente faz os depoimentos, os contra de... os depoimentos que a gente achar mais importantes. Por exemplo, se alguém decidir ouvir o Governador, por exemplo, nós vamos deixar para o final, depois dessa etapa; ou se a gente decidir ouvir o ex-Governador ou o ex-Secretário. Então, essas partes aí a gente vai deixando mais para o final, de acordo com o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para eu concluir. (*Ininteligível*) o que eu falei...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Deputado, até sugiro que a gente converse isso na interna, até porque (*ininteligível*) ser sigiloso nesse processo, questão de estratégia nossa, né? A gente conversa internamente isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Segunda-feira...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Se for publicar... de... né? O Estado inteiro está assistindo este momento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Segunda-feira, nós vamos fazer uma reunião virtual para acertar esses detalhes, para tentar encurtar os sessenta dias, o nosso prazo.

Muito bem lembrado, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Pela ordem, Presidente, Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – De onde vem essa voz?

(*O senhor Deputado João Amin, naquele momento, participa remotamente.*)

Vossa excelência com a palavra, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, eu nunca tinha feito isso, eu fiz um requerimento do requerimento hoje para o senhor, não precisa responder agora, mas eu reafirmo a minha solicitação dos três depoimentos ainda na semana que vem e, na sequência, uma acareação, que já foi aprovada, proposta por dois Deputados, e aprovada por unanimidade na CPI.

Se o senhor puder me dar uma resposta antes da reunião de preparação, eu agradeço, porque cada um acha uma situação importante aqui, mas eu concordo plenamente com o Deputado Cobalchini, né? Hoje nós acompanhamos uma situação que, confesso, muito pouco acrescentou a um cidadão comum que vê o jornal, que lê o jornal impresso, que vê o jornal pela televisão. Então, eu aguardo o seu contato antes da reunião preparatória. Está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, pode contar com o meu contato antes da reunião preparatória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Muito obrigado. Até porque parte do Presidente o agendamento e todos os Parlamentares têm a prerrogativa do artigo 161 de fazer essa solicitação já aprovada por unanimidade entre os membros da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Feito o...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Muito obrigado, senhor Presidente.

Eu vi o Deputado Felipe Estevão fazer um encaminhamento e eu concordo com ele. Nós estamos trabalhando com a questão bastante séria e com muita responsabilidade nossa, porque não podemos sair de uma CPI, acho que ninguém quer isso, né, tenho certeza, não é acho, ninguém quer que a gente saia sem ter os encaminhamentos todos corretos.

Eu acho que mesmo que eu esteja *on-line*, vocês que têm a possibilidade... os senhores, né, desculpa o vocês, os senhores que têm a possibilidade de fazer presencial, podem tratar de questões que nós precisamos manter reserva, sigilos, né, para o bom andamento, vocês possam fazer e me comunicar. Não tenho nenhuma dúvida em ser parceiro, sabe?

Acho que... eu também concordo que nós tivemos, na minha maneira de ver, pouco progresso hoje, sabe? Eu acho que tem coisas aí que nós podemos agilizar e ter muito mais proveito.

É o meu entendimento, e quero dizer que é o entendimento meu, modesto, e respeito a opinião de todos os demais oito Colegas que fazem parte da CPI.

Era esta, senhor Presidente, senhor Relator e senhores Deputados, a minha participação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Sopelsa, se a gente não cuidar com os ritos, as situações, ouvindo

todo mundo, nós vamos fazer um processo de inquirição, que não é o nosso desejo. Ninguém quer inquirir (*sic*) ninguém, nós queremos dar a oportunidade para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, tiveram o nome envolvido, citado, cara estampada no jornal, de uma forma ou de outra indicados como partícipes desse processo, dar a oportunidade de se manifestarem aqui na CPI. Todos. A mocinha aqui teve o nome dela, a doutora Adriana... Mariana, teve o nome dela citado, a fotografia dela citada, ela estava nos jornais, ela estava em tudo quanto é lugar, ela teve agora a oportunidade dela de vir aqui contar a história dela. Isso também tem que ser levado em consideração.

O processo que a gente pretende implementar aqui não é um processo de inquirição, é um processo de dar a oportunidade para todas as pessoas que tiveram o nome envolvido apresentar a sua versão. Esse é o meu desejo, Deputado Sopelsa.

Muito obrigado pela oportunidade e vossa excelência também tem razão no que fala, mas a gente vai fazer dentro da... dentro do tempo estabelecido vai-se fazer tudo o que tem que fazer, o que for preciso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...eu tenho absoluta certeza que neste exato momento quase sete milhões de pessoas então torcendo pelo sucesso do nosso trabalho, tenha essa absoluta certeza, mas também tenho absoluta certeza que no mínimo umas trinta pessoas estão torcendo para o nosso insucesso, para o nosso fracasso, e pessoas que... como é... quem tem acesso ao processo e quem tem acompanhado o trabalho aqui de perto, né, o trabalho feito pelo Relator, pelos demais Deputados e pelos encaminhamentos de cada um... os encaminhamentos de cada um dos requerimentos, nós estamos trabalhando com pessoas que... não vou dizer boas naquilo que fazem, porque apresentaram falha no cometimento do erro, mas pessoas que... que conseguem, sim, alguma forma garimpar no meio do nosso trabalho, feito a várias mãos aqui, buscar erros, até porque isso é muito lucrativo, né, no mínimo R\$ 33 milhões, e vale a pena.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Questão de ordem, Presidente.

Até para não desanimar o espírito dos Colegas, é o primeiro dia de uma sabatina, processo investigativo, ou seja, é achar uma agulha no palheiro. Nós temos um objetivo central, que é dar esse senso para a população de justiça, ou seja, é responsabilidade, é maracutaia que tem atrás dos panos? Então, acho que o processo está dentro daquilo... Acompanhando algumas CPIs, eu estudei muito nas últimas semanas, estudei todas, e esse é o processo, vai-se ouvindo todas as partes, todos os envolvidos, vai juntando. Para que sejamos justos, não seja um tribunal de inquirição, traga logo o fulano, ciclano, o Secretário esse ou *b*. Tem uma caminhada e eu acho que estão de parabéns, foram o quê, oito horas de trabalho aqui, com afinco e

dedicação, com o objetivo central de chegar quem deliberou isso, quem foi, foi incompetência...

Então, eu parabeno todos, para que não desanime o espírito dos Colegas, que a gente continue firme. Eu acho que o trabalho, a gente está aqui se empenhando em fazer o melhor. Eu acho que se fosse fácil, qualquer jornalista investigativo já tinha resolvido, sanado, e a Justiça já estava aí prendendo gente, tanto é que o Ministério Público ainda não prendeu ninguém, por quê? Existe um processo criterioso, que é gradativo, sistemático. Então parabéns aos Colegas.

Eu fiquei muito satisfeito, não considero que não tenhamos tido avanços, acho que ouvimos as partes, respeitadamente, claro, ao Amin, que eu considero um colega, um amigo, igualmente a experiência, não é, do nosso querido amigo Sopelsa, mas eu manifesto aqui uma opinião um pouco contrária, eu acho que a gente avançou. Uma grande caminhada começa com o primeiro passo, são sessenta dias, então não vamos desanimar o nosso espírito e vamos firmes em busca da verdade e trabalhando com unidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Antes do encerramento, convoco uma próxima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Felipe...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Opa, Deputado Sopelsa, meu nobre amigo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Deputado Felipe, você pode ter certeza que eu quero é contribuir, não é para achar essa agulha no palheiro. Não posso te dizer que é bem maior do que uma agulha que está no palheiro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Também acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Às vezes, é a minha pressa, sabe? Talvez seja a minha pressa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Eu estava fazendo suspense, mas o nosso... A Bíblia diz que com um ancião... não que ele seja um ancião, ele é jovial, esses cabelos brancos não nos enganam, mas está a sabedoria e com o jovem está a força, e eu tenho certeza que a sincronia disso, da experiência dos mais antigos, como o Cobalchini, conosco mais jovens, que chegamos, a gente vai chegar a um resultado que seja satisfatório à população catarinense.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Gostei do ancião, porque ele está bem vinho mesmo, né? Tá acabado. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Gente, convocada a próxima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – *(Ininteligível.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...reunião para terça-feira, às 10h, e dou por encerrada... às 17h. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI

———— * * * ————

MENSAGENS GOVERNAMENTAIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 483

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 130/2020, que “Suspende os prazos relativos a concursos públicos, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020, que declara situação de calamidade pública no Estado de Santa Catarina”, por ser inconstitucional, com fundamento nos Pareceres nº 376/20, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), e nº 533/2020, da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Administração (SEA).

O PL nº 130/2020, ao pretender suspender, mesmo que temporariamente, os prazos relativos a concursos públicos no Estado, está eivado de inconstitucionalidade formal por vício de iniciativa, uma vez que compete ao Poder Executivo legislar sobre o provimento de cargos públicos e a organização e o funcionamento da Administração Pública, e, conseqüentemente, padece de inconstitucionalidade material por violação do princípio da independência e harmonia dos Poderes. Assim, o PL ofende o disposto no art. 32, no inciso IV do § 2º do art. 50 e na alínea “a” do inciso IV do *caput* do art. 71 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

Malgrado a boa intenção dos deputados proponentes, tenho que o autógrafo de lei em análise versa, de forma inequívoca, sobre o provimento de cargos públicos e sobre matéria afeta à organização e ao funcionamento da administração pública local, cuja iniciativa é exclusiva do Chefe do Poder Executivo, nos exatos termos dos artigos 50, § 2º, inciso IV, e 71, inciso IV, “a”, ambos da Constituição Estadual [...].

A medida legislativa que não observa a competência privativa do Governador do Estado para iniciar o processo legislativo viola o Princípio da Separação dos Poderes, previsto no art. 2º da Constituição Federal, reproduzido pelo art. 32 da Constituição Estadual [...].

O Poder Legislativo não pode tomar a iniciativa de editar normas que tratem de concurso público para provimento de cargos públicos ou que disponham sobre o funcionamento da Administração Pública, uma vez que a iniciativa de leis nessa matéria é exclusiva do Governador do Estado.

Segundo voto do Ministro Celso de Mello na Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 776, “a reserva da administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo”. Na ADI nº 1391, o mesmo Ministro salientou que “o desrespeito à prerrogativa de iniciar o processo de positivação do Direito, gerado pela usurpação do poder sujeito à cláusula de reserva, traduz vício jurídico de gravidade inquestionável, cuja ocorrência reflete típica hipótese de inconstitucionalidade formal, apta a

infirmar, de modo irremissível, a própria integridade do ato legislativo eventualmente editado.” (ADI 1391 MC, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, julgado em 01/02/1996, DJ 28-11-1997 PP62216 EMENT VOL-01893-01 PP-00172)

Também da Suprema Corte:

“AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. INVESTIGADORES DE POLÍCIA. LEI ESTADUAL 6.053/99. PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DO CONCURSO. VÍCIO FORMAL DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ALEGADA EXISTÊNCIA DE DECRETO PRORROGANDO A VALIDADE DO CERTAME. NECESSIDADE DE REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 279 DO STF. INDICAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS DE ÍNDOLE INFRACONSTITUCIONAL. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO APELO EXTREMO. SÚMULA 284 DO STF. [...] 8. Sendo de competência privativa do chefe do executivo tratar de matérias atinentes à organização administrativa e provimento de cargos do Poder Executivo, flagrante a inconstitucionalidade formal da Lei parlamentar nº 6.053/93, por vício de iniciativa. [...] 8. Agravo regimental a que se nega provimento”. (AI 830040 AgR, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 19/03/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-066 DIVULG 10-04-2013 PUBLIC 11-04-2013)

[...]

Por todo o exposto, entendo que o autógrafo em análise padece de vício formal de inconstitucionalidade frente ao disposto nos artigos 32, 50, § 2º, inc. IV, e 71, inciso IV, “a”, todos da Constituição Estadual.

Por fim, a SEA, por intermédio de sua Consultoria Jurídica, também apresentou manifestação contrária à sanção do PL em questão, nos seguintes termos:

Em razão da pertinência temática, instada a se manifestar, a Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP) desta Secretaria de Estado da Administração (SEA), analisando o que compete à parte técnica, teceu as seguintes considerações, por meio da Informação nº 218 (fl. 0004/0010):

[...]

De plano, constata-se vício formal de iniciativa, tendo em vista que o projeto tem origem parlamentar.

É que, na esfera estadual, por força da aplicação do princípio da simetria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo Estadual a fixação dos critérios para a criação de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, Autárquica e Fundacional, o aumento de sua remuneração, bem como que disponha sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, alínea ‘a’, da CF/88).

Nesse norte, colhe-se de julgado do STF:

“É da iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua

remuneração, bem como que disponha sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores públicos. Afronta, na espécie, ao disposto no art. 61, § 1º, II, ‘a’ e ‘c’, da Constituição de 1988, o qual se aplica aos Estados-membros, em razão do princípio da simetria”. (ADI 2.192, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 4-6-2008, P, DJE de 20-6-2008)

[...]

Assim, ao dispor sobre a suspensão do prazo de validade dos concursos públicos, parece-nos que está o Legislativo invadindo a esfera privativa de iniciativa do Chefe do Poder Executivo.

[...]

Em conclusão, diante da existência de contrariedade ao interesse público, opina-se pelo não prosseguimento do Projeto de Lei 130/2020, uma vez que se constatou a existência de vício formal de iniciativa, decorrente da invasão de atribuição privativa do Chefe do Poder Executivo.

Ante o exposto, opina-se pelo veto do Autógrafo do Projeto de Lei nº 130/2020, de origem parlamentar, pelo Governador do Estado.

Essas, senhores Deputados, são as razões que me levaram a vetar o projeto em causa, as quais submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 30 de julho de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/20

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 130/2020

Suspende os prazos relativos a concursos públicos, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020, que declara situação de calamidade pública no Estado de Santa Catarina.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a contagem de prazos relativos a concursos públicos, independente de homologação, enquanto vigorar o Decreto Legislativo nº 18.332, de 20 de março de 2020, ou posterior, que declare situação de calamidade pública no Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Para efeitos de aplicação, este comando legal se estende para todo ente público constituído no Estado de Santa Catarina. incluídos aqueles dispostos na Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019.

Art. 2º São excetuados do cumprimento dos termos dispostos no art. 1º desta Lei, os prazos e atividades relativos a procedimentos de convocação e do curso de formação profissional.

Art. 3º As novas datas serão estabelecidas por calendário próprio do órgão instituidor do concurso, com ampla divulgação pelos seus canais de comunicação oficiais e através do contato fornecido pelo candidato no momento da inscrição.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de julho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente

———— * * * ————

ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO GOVERNADOR
MENSAGEM Nº 488

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
 SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar o § 2º que seria acrescido ao art. 2º da Lei nº 10.361, de 10 de janeiro de 1997, pelo art. 1º do autógrafo do Projeto de Lei nº 345/2019, que “Altera a Lei nº 10.361, de 1997, que ‘Disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico desportivo-recreativas e adota outras providências’, para facultar a contratação de responsável técnico substituto”, por ser inconstitucional, com fundamento no despacho exarado pelo Procurador-Geral Adjunto para Assuntos Jurídicos e referendado pelo Procurador-Geral do Estado, constante dos autos do processo administrativo nº SCC 10434/2020.

Estabelece o dispositivo vetado:

§ 2º que seria acrescido ao art. 2º da Lei nº 10.361, de 1997, pelo art. 1º

“Art. 1º

‘Art. 2º

§ 2º Caso ministradas orientações técnicas em arte marcial, o instrutor deverá ser credenciado por Federação Estadual de Arte Marcial, devidamente registrada, em que possa ser comprovada sua habilitação.’ (NR)”

Razão do veto

O dispositivo vetado, ao pretender obrigar os instrutores de artes marciais a serem credenciados em federações estaduais de artes marciais, está eivado de inconstitucionalidade formal orgânica, por invadir competência privativa da União para legislar sobre condições para o exercício de profissões, ofendendo, assim, o disposto no inciso XVI do *caput* do art. 22 da Constituição da República. Nesse sentido, a PGE recomendou vetá-lo, manifestando-se nos seguintes termos:

Faço ressalva, no entanto, em relação ao art. 2º, § 2º, da Lei 10.361, de 1997, cuja redação foi atribuída pelo art. 1º do autógrafo em exame. Embora não se trate de inovação normativa, mas de mera renumeração de norma que já era veiculada no parágrafo único da redação então vigente, não posso deixar de anotar que, a meu juízo, a matéria se insere na competência normativa privativa da União. Isto porque, nos termos do art. 22, XVI, da Constituição Federal, compete privativamente à União dispor sobre condições para o exercício de profissões.

Portanto, recomenda-se o veto da redação que o art. 1º do autógrafo pretende atribuir ao art. 2º, § 2º, da Lei n. 10.361, de 1997.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal corrobora o posicionamento da PGE sobre a inconstitucionalidade do PL nº 345/2019, como se pode observar dos julgados a seguir:

“Profissionais fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais. Carga horária. Lei 8.856/1994. Competência privativa da

União para legislar sobre condições de trabalho.” (ARE 758.227-AgR, rel. min. Cármen Lúcia, julgamento em 29-10-2013, Segunda Turma, DJE de 4-11- 2013)

“Profissão de motoboy. Regulamentação. Inadmissibilidade. (...) Competências exclusivas da União. (...) É inconstitucional a lei distrital ou estadual que disponha sobre condições do exercício ou criação de profissão, sobretudo quando esta diga à segurança de trânsito.” (ADI 3.610, rel. min. Cezar Peluso, julgamento em 1º-8-2011, Plenário, DJE de 22-9-2011). Vide: ADI 3.679, rel. min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 18-6-2007, Plenário, DJ de 3-8-2007.

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o dispositivo acima mencionado do projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 3 de agosto de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/20

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 345/2020

Altera a Lei nº 10.361, de 1997, que “Disciplina o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministrem aulas ou treinos de ginástica, dança, artes marciais, esportes e demais atividades físico desportivo-recreativas e adota outras providências”, para facultar a contratação de responsável técnico substituto.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.361, de 10 de janeiro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os estabelecimentos a que se refere o art. 1º, devem:

I - manter supervisão e responsabilidade técnica de profissional com registro no Conselho Regional de Educação Física (CREF/SC);

II - possuir alvarás sanitários e de funcionamento.

§ 1º A presença do responsável técnico será obrigatória durante todo o horário de funcionamento dos estabelecimentos a que se refere o art. 1º, sendo-lhes facultado manter responsável técnico substituto, para os casos de ausência ou impedimento do titular.

§ 2º Caso ministradas orientações técnicas em arte marcial, o instrutor deverá ser credenciado por Federação Estadual de Arte Marcial, devidamente registrada, em que possa ser comprovada sua habilitação.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de julho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente

———— * * * ————

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 489

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE,
SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição do Estado, comunico a esse colendo Poder Legislativo que decidi vetar totalmente o autógrafo do Projeto de Lei nº 169/2020, que “Regulamenta o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores no Estado de Santa Catarina durante o período de pandemia da COVID-19 (coronavírus)”, por ser inconstitucional, com fundamento no Parecer nº 375/20, da Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

O PL nº 169/2020, ao pretender regulamentar o funcionamento dos centros de formação de condutores durante o período de pandemia do novo coronavírus, está eivado de inconstitucionalidade material, visto que contraria o princípio da independência e harmonia dos Poderes, ofendendo, assim, o disposto no art. 32 da Constituição do Estado. Nesse sentido, a PGE recomendou vetar totalmente o referido PL, manifestando-se nos seguintes termos:

[...] sob o aspecto material, o Projeto de Lei apresenta vício de inconstitucionalidade. Isso porque traz regras que retiram a prerrogativa de o Poder Público restringir atividades e serviços, em privilégio a medidas de controles sanitário e epidemiológico, destinadas a atender ao interesse coletivo. Nota-se que o art. 1º autoriza, indiscriminadamente, a abertura dos Centros de Formação de Condutores no Estado de Santa Catarina durante o período da pandemia, impedindo que o Poder Executivo imponha medidas restritivas ao seu funcionamento, caso julgue necessárias.

Desse modo, a pretendida usurpação das atribuições do Poder Executivo não encontra amparo na ordem constitucional brasileira. É que normas dessa natureza limitam demasiadamente a política pública de controles epidemiológico e sanitário, com vistas ao combate à pandemia decorrente da COVID-19. O presente Projeto pretende transformar em estático algo que é, por sua natureza, dinâmico. Não se pode enrijecer, via previsão legal, critérios destinados a evitar a expansão de uma pandemia, já que isso depende de estudos e análises dos órgãos técnicos vinculados ao Poder Executivo. A autorização ou a proibição para determinados serviços ou atividades funcionarem dependem de inúmeros fatores, que podem se alterar a cada dia, a exemplo do número de casos suspeitos e confirmados, do número de óbitos, da quantidade de leitos de UTI disponíveis, entre diversas outras circunstâncias.

Ocorre que tal análise é atribuição exclusiva do Poder Executivo, que é o Poder competente para, em um juízo de discricionariedade, seguindo estudos e normas técnicas, definir as ações concretas e os protocolos de prevenção, a fim de se combater a pandemia.

Nesse sentido, o Poder Executivo detém atribuições inerentes à reserva da administração, que é “[...] o conjunto das formas de proteção estruturado na Constituição, de maneira

explícita e implícita, em benefício do Poder Executivo e da Administração Pública como um todo, para que esses possam realizar suas funções administrativas e prerrogativas correlatas, para o bom cumprimento dos respectivos papéis institucionais” [MACERA, Paulo Henrique. Reserva de administração. Revista Digital de Direito Administrativo - USP, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 343, 2014].

[...]

Assim, não é permitido ao Poder Legislativo limitar, via Projeto de Lei, a atuação do Poder Executivo no combate à pandemia, sobretudo diante da necessidade latente de restringir o funcionamento de determinadas atividades, sob pena de se esvaziar o poder de tomada de decisões por parte da Administração Pública, violando-se, por consequência, o princípio da separação dos poderes, positivado no art. 2º da Constituição Federal de 1988 e no art. 32 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A propósito, em casos análogos, o Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a inconstitucionalidade de leis que visem a restringir a função do Poder Executivo de adotar medidas concretas para o exercício de suas competências constitucionais: “As restrições impostas ao exercício das competências constitucionais conferidas ao Poder Executivo, incluída a definição de políticas públicas, importam em contrariedade ao princípio da independência e harmonia entre os Poderes.” (ADI 4.102, rel. min. Cármen Lúcia, j. 30-10-2014, P, DJE de 10-2-2015)

“O princípio constitucional da reserva de administração impede a ingerência normativa do Poder Legislativo em matérias sujeitas à exclusiva competência administrativa do Poder Executivo. É que, em tais matérias, o Legislativo não se qualifica como instância de revisão dos atos administrativos emanados do Poder Executivo. [...] Não cabe, desse modo, ao Poder Legislativo, sob pena de grave desrespeito ao postulado da separação de poderes, desconstituir, por lei, atos de caráter administrativo que tenham sido editados pelo Poder Executivo, no estrito desempenho de suas privativas atribuições institucionais. Essa prática legislativa, quando efetivada, subverte a função primária da lei, transgredindo o princípio da divisão funcional do poder, representa comportamento heterodoxo da instituição parlamentar e importa em atuação *ultra vires* do Poder Legislativo, que não pode, em sua atuação político-jurídica, exorbitar dos limites que definem o exercício de suas prerrogativas institucionais.” (RE 427.574 ED, rel. min. Celso de Mello, j. 13-12-2011, 2ª T, DJE de 13-2-2012)

[...]

Por fim, é importante esclarecer que as razões do presente Parecer Jurídico não representam incompatibilidade com o conteúdo dos Pareceres nº 219/20-PGE, nº 220/20-PGE e nº 233/20-PGE. Isso porque os Projetos de Lei analisados em tais oportunidades, ao contrário do que ocorre no caso em estudo, não afastavam o poder de polícia sanitária do Governo do Estado, tendente a proteger a saúde pública, porquanto, ao tempo em que reconheciam alguns serviços como essenciais para a população, estabeleciam a possibi-

lidade de sua restrição em tempos de calamidade, emergência, epidemia ou pandemia, por meio de decisão administrativa devidamente fundamentada pela autoridade competente.

Ante o exposto, conclui-se que o presente autógrafo é inconstitucional, por violar o princípio da separação dos poderes previsto no art. 2º da Constituição Federal de 1988 e no art. 32 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Essa, senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar o projeto em causa, a qual submeto à elevada apreciação dos senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 3 de agosto de 2020.

CARLOS MOISÉS DA SILVA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 05/08/20

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI Nº 169/2020

Regulamenta o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores no Estado de Santa Catarina durante o período de pandemia da COVID-19 (coronavírus).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura dos Centros de Formação de Condutores no Estado de Santa Catarina, durante o período de pandemia da COVID-19 (coronavírus), seguindo as seguintes orientações:

I - a lotação máxima autorizada será de 50% (cinquenta por cento) da capacidade de cada sala de aula;

II - os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, respeitando a distância de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderam ser ocupados;

III - deverá ser assegurado que todas as pessoas ao adentrarem ao Centro de Formação de Condutores, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 2º Durante o período de vigência do decreto de emergência, os estabelecimentos descritos no art. 1º desta Lei, deverão cumprir as seguintes obrigações:

I - os atendimentos individuais deverão ser realizados através de horário agendado;

II - devem disponibilizar álcool gel para uso das pessoas que vierem a ser atendidas, disponibilizando através de dispensadores localizados na porta de acesso dos Centros de Formação de Condutores;

III - todos os alunos, funcionários, e frequentadores deverão usar máscaras durante todo o período em que estiverem no interior dos Centros de Formação de Condutores, independentemente de estarem em contato direto com o público.

Art. 3º O funcionamento dos Centros de Formação de Condutores está condicionado ao cumprimento das seguintes obrigações, sem prejuízo das medidas já determinadas nos arts. 1º e 2º desta Lei:

I - priorização do afastamento, sem prejuízo, de colaboradores pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos;

II - priorização de trabalho remoto para os setores administrativos;

III - adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, necessárias para evitar a transmissão do coronavírus no ambiente de trabalho;

IV - as pessoas que acessarem e saírem dos Centros de Formação de Condutores deverão realizar a higienização das mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, colocadas em dispensadores e disponibilizadas em pontos estratégicos como na entrada, na secretaria, salas de aula, corredores, banheiros, e em locais de acesso dos alunos, funcionários e público em geral;

V - manter todas as áreas ventiladas, incluindo, caso exista, os locais de alimentação;

VI - deverá ser intensificada a higienização das mãos, principalmente antes e depois do atendimento e ao término das aulas, após uso do banheiro, após entrar em contato com superfícies de uso comum como balcões, corrimãos, etc;

VII - realizar procedimentos que garantam a higienização contínua dos Centros de Formação de Condutores, intensificando a limpeza das áreas com desinfetantes próprios para a finalidade e realizar frequente desinfecção com álcool 70%, quando possível, sob fricção de superfícies expostas, como maçanetas, mesas, teclado, mouse, materiais de escritório, balcões, corrimãos, interruptores, elevadores, banheiros, lavatórios, pisos, entre outros;

VIII - disponibilizar e exigir o uso das máscaras para os colaboradores na realização das atividades;

IX - durante os atendimentos deverá ser mantida a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;

X - se algum dos colaboradores apresentar sintomas de contaminação pela COVID-19 deverão buscar orientações médicas, bem como serem afastados do trabalho e do atendimento ao público, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde devem ser imediatamente informadas desta situação;

XI - o responsável pelo Centro de Formação de Condutores deve orientar aos frequentadores que não poderão participar das aulas, caso apresentem sintomas de resfriado/gripe.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 15 de julho de 2020.

Deputado **JULIO GARCIA**

Presidente

_____ * * * _____

PORTARIAS**PORTARIA Nº 749, de 31 de julho de 2020.**

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde do servidor abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
7181	MEIBEL PARMEGGIANI	28	11/07/2020	1277/2020
7520	MICHELLI BURIGO COAN DA LUZ	60	24/07/2020	1278/2020

Maria Natel Scheffer Lorentz

Diretora-Geral

Republicada por Incorreção

PORTARIA Nº 762, de 04 de agosto de 2020

A DIRETORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho, sem remuneração, para elaboração de proposta orçamentária da ALESC para o exercício financeiro de 2021.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será constituído pelos servidores abaixo relacionados e coordenado pelo Diretor Financeiro, sob a supervisão da Diretora-Geral.

Nome do Servidor	Cargo
ARNALDO VENICIO DE SOUZA	Diretor Financeiro
NELSON HENRIQUE MOREIRA	Analista Legislativo II
THAMIRIS RAPOSO SILVA LITRAN DOS SANTOS	Coordenador de Contabilidade
PEDRO ANTONIO CHEREM FILHO	Diretor Administrativo
MARCIO WELTER	Analista Legislativo II
GABRIELA PERES SCHIOCHET	Analista Legislativo II
REINHARD RICHTER	Consultor Legislativo
ROMUALDO GOULART	Analista da Receita Estadual III
VLADIMIR VALDEMIRO FERREIRA	Coordenador de Execução Orçamentária

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Maria Natel Scheffer Lorentz

Diretora-Geral

PORTARIA Nº 780, de 06 de agosto de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de

2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **DANIEL GOULART CARDOSO**, matrícula nº 10296, de PL/GAB-54 para o PL/GAB-65 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de agosto de 2020 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 781, de 06 de agosto de 2020

O DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas no art. 18, parágrafo único, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015, com redação dada pelo art. 4º da Lei Complementar nº 672, de 19 de janeiro de 2016, e Portaria nº 071, de 5 de fevereiro de 2016

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações, e convalidada pela Lei Complementar nº 642, de 22 de janeiro de 2015,

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, do servidor **THIAGO RAFAEL AYRES**, matrícula nº 8699, de PL/GAB-67 para o PL/GAB-58 do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 05 de agosto de 2020 (Gab Dep Jose Milton Scheffer).

Carlos Antonio Blosfeld

Diretor de Recursos Humanos

REDAÇÕES FINAIS**EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI****Nº 0239.0/2020**

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019.

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2020-2023, constante do Anexo I da Lei nº 17.874, de 26 de dezembro de 2019, conforme o Anexo Único desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, julho de 2020.

Deputada Luciane Carminatti

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	1.584.000.000	125.000.000	1.459.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 011320 Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada - PPI			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	00	105.000.000	105.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 015037 Enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	1.260,00	1.260,00
Ação realizada / unidade			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	0,00	15.000.000	15.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 XXXXXX Repasse financeiro aos hospitais filantrópicos e municipais para enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	180,00	180,00
Ação realizada / unidade			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	0,00	5.000.000	5.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 XXXXXX Repasse financeiro para centro de hemoterapia e centro de pesquisas oncológicas para o enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	60,00	60,00
Ação realizada / unidade			

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 239/2020

Plurianual para o quadriênio 2020-2023, constante do Anexo I da Lei

Altera a Programação Físico-Financeira do Plano

nº 17.874, de 26 de dezembro de 2019, conforme o Anexo Único desta Lei.

Plurianual para o quadriênio 2020-2023, aprovado pela Lei nº 17.874, de 2019.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de julho de

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

2020.

DECRETA:

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Art. 1º Fica alterada a Programação Físico-Financeira do Plano

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ANEXO ÚNICO

REDUÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	1.584.000.000	125.000.000	1.459.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 011320 Realização de procedimentos contemplados na programação pactuada e integrada - PPI			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	00	105.000.000	105.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 015037 Enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	1.260,00	1.260,00
Ação realizada / unidade			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	0,00	15.000.000	15.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 XXXXXX Repasse financeiro aos hospitais filantrópicos e municipais para enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	180,00	180,00
Ação realizada / unidade			
SUPLEMENTAÇÃO	2020-2023	Alteração	Atualizada
Metas Financeiras	0,00	5.000.000	5.000.000
U.O. Prog. Subação			
48091 0430 XXXXXX Repasse financeiro para centro de hemoterapia e centro de pesquisas oncológicas para o enfrentamento da pandemia COVID-19			
Metas Físicas	2020-2023	Alteração	Atualizada
Produto / Unidade Medida	0,00	60,00	60,00
Ação realizada / unidade			

* * *

EMENDA SUBSTITUTIVA GLOBAL AO PROJETO DE LEI**Nº 0240.4/2020**

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES).

Art. 1º Fica o Governador do Estado autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES), oriundo da fonte de recursos 0.1.00 - recursos do tesouro - exercício corrente - recursos ordinários - Receita Líquida Disponível, com vista ao atendimento da

programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas no programa de trabalho do FES, conforme programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

FERNANDO KRELLING

Deputado Estadual

ANEXO I

Ano Base: 2020

Ato Normativo		
Órgão	48000	Secretaria de Estado da Saúde
Unidade Orçamentária	48091	Fundo Estadual de Saúde
Subação	Administração de pessoal e encargos sociais - SES	
Código	10.122.0850.0949.001018	
3	Despesas Correntes	
31	Pessoal e Encargos Sociais	
31.90	Aplicações Diretas	
31.90.11 (0.1.00)	Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 95.000.000,00
Total		R\$ 95.000.000,00

ANEXO II

Ano Base: 2020

Ato Normativo		
Órgão	48000	Secretaria de Estado da Saúde
Unidade Orçamentária	48091	Fundo Estadual de Saúde
Subação	Enfrentamento da pandemia COVID-19	
Código	10.122.0430.1113.015037	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.90	Aplicações Diretas	
33.90.30 (0.1.00)	Material de Consumo	R\$ 50.000.000,00
33.90.39 (0.1.00)	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.90	Aplicações Diretas	
44.90.52 (0.1.00)	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000.000,00
Total		R\$ 75.000.000,00
Subação	Repasso financeiro aos hospitais filantrópicos e municipais para enfrentamento da pandemia COVID-19	
Código	10.302.0430.0023.XXXXXX	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.40	Transferências a Municípios	
33.40.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
33.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
33.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.40	Transferências a Municípios	
44.40.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 3.000.000,00
44.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
44.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
Total		R\$ 15.000.000,00
Subação	Repasso financeiro para centro de hemoterapia e centro de pesquisas oncológicas para o enfrentamento da Pandemia COVID-19	
Código	10.302.0430.1090.XXXXXX	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
33.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 3.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
44.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 2.000.000,00
Total		R\$ 5.000.000,00

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 240/2020

Autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo Estadual de Saúde (FES).

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Governador do Estado autorizado a abrir crédito especial, no valor de R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões de reais), em favor

do Fundo Estadual de Saúde (FES), oriundo da fonte de recursos 0.1.00 - recursos do tesouro - exercício corrente - recursos ordinários - Receita Líquida Disponível, com vista ao atendimento da

programação constante do Anexo II desta Lei.

Art. 2º Para atender ao crédito de que trata o art. 1º desta Lei, ficam anuladas parcialmente as dotações orçamentárias consignadas no programa de trabalho do FES, conforme programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 30 de julho de 2020.

Deputado **MARCOS VIEIRA**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

ANEXO I

Ano Base: 2020

Ato Normativo		
Órgão	48000	Secretaria de Estado da Saúde
Unidade Orçamentária	48091	Fundo Estadual de Saúde
Subação	Administração de pessoal e encargos sociais - SES	
Código	10.122.0850.0949.001018	
3	Despesas Correntes	
31	Pessoal e Encargos Sociais	
31.90	Aplicações Diretas	
31.90.11 (0.1.00)	Vencim. e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R\$ 95.000.000,00
Total		R\$ 95.000.000,00

ANEXO II

Ano Base: 2020

Ato Normativo		
Órgão	48000	Secretaria de Estado da Saúde
Unidade Orçamentária	48091	Fundo Estadual de Saúde
Subação	Enfrentamento da pandemia COVID-19	
Código	10.122.0430.1113.015037	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.90	Aplicações Diretas	
33.90.30 (0.1.00)	Material de Consumo	R\$ 50.000.000,00
33.90.39 (0.1.00)	Outros Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 20.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.90	Aplicações Diretas	
44.90.52 (0.1.00)	Equipamentos e Material Permanente	R\$ 5.000.000,00
Total		R\$ 75.000.000,00
Subação	Repasse financeiro aos hospitais filantrópicos e municipais para enfrentamento da pandemia COVID-19	
Código	10.302.0430.0023.XXXXXX	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.40	Transferências a Municípios	
33.40.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
33.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
33.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.40	Transferências a Municípios	
44.40.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 3.000.000,00
44.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
44.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 4.000.000,00
Total		R\$ 15.000.000,00
Subação	Repasse financeiro para centro de hemoterapia e centro de pesquisas oncológicas para o enfrentamento da Pandemia COVID-19	
Código	10.302.0430.1090.XXXXXX	
3	Despesas Correntes	
33	Outras Despesas Correntes	
33.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
33.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 3.000.000,00
4	Despesas de Capital	
44	Investimentos	
44.50	Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	
44.50.41 (0.1.00)	Contribuições	R\$ 2.000.000,00
Total		R\$ 5.000.000,00
